

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Geoprocessamento p/ IPHAN (Analista - Área 2) Pós-Edital

Professor: Alexandre Vastella

Sumário

Aula 01 – Território, Políticas Públicas e Questão Regional

| | |
|--|-----------|
| Introdução ao curso de Geoprocessamento – IPHAN 2018..... | 2 |
| Territorialidade e políticas públicas (Item 1) | 6 |
| <i>Território, territorialidade e poder.....</i> | <i>6</i> |
| <i>Políticas públicas e território/territorialidade no Brasil.....</i> | <i>9</i> |
| Brasil Arquipélago e o planejamento regional | 10 |
| Vargas à Jânio: início do planejamento centralizado | 12 |
| Governo Militar: o estado como agente de desenvolvimento..... | 13 |
| Redemocratização no Brasil e as novas faces do planejamento | 16 |
| O Geoprocessamento e a Gestão do território (Item 2)..... | 20 |
| <i>Dimensão política da organização do território (Item 2.1).....</i> | <i>21</i> |
| Estado e território no mundo..... | 21 |
| Estado e território no Brasil..... | 25 |
| <i>Processo histórico e geográfico da formação territorial no Brasil (Item 2.1.1).....</i> | <i>28</i> |
| O início da formação territorial | 30 |
| Tratados e a ocupação do interior..... | 31 |
| Fronteiras nos séculos XIX e XX | 35 |
| <i>Desenvolvimento econômico e regionalização do Brasil (Itens 2.1.2 e 2.2.3)</i> | <i>39</i> |
| O problema da região na produção do conhecimento geográfico..... | 39 |
| Desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil..... | 40 |
| Introduzindo os Complexos Regionais..... | 46 |
| Complexo regional do Centro-Sul..... | 46 |
| Complexo regional do Nordeste..... | 53 |
| Complexo regional da Amazônia | 57 |
| Treinamento em questões objetivas..... | 66 |
| <i>Simulado.....</i> | <i>66</i> |



Introdução ao curso de Geoprocessamento – IPHAN 2018

Lançamos, com grande entusiasmo, o **curso de Geoprocessamento para o concurso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, especificamente destinado à seguinte área:

2.1.1.2 ÁREA 2

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em **Engenharia Cartográfica, Geografia ou Geociências**, ou nível superior em qualquer área de formação, acrescido de **pós-graduação em Geoprocessamento, Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Geomática**, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

Para quem não me conhece, sou Alexandre Vastella. Fiz graduação em geografia com bolsa integral na Universidade Cruzeiro do Sul, em São Paulo, concluindo a Licenciatura Plena (2009) e o Bacharelado (2010). Logo, me tornei Especialista em Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento (2011) pela mesma instituição, e Especialista em Gestão Ambiental (2013) pelo SENAC. Recentemente, concluí o Mestrado em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP) na área de Geoprocessamento, o qual terminei com auxílio do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), realizando pesquisas junto ao Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto da mesma instituição. Atualmente, faço Doutorado em Geografia Física – também na área de geoprocessamento – e participo do *Research Centre for Gas Innovation*, um centro internacional de pesquisa financiado pela FAPESP e pela Shell, onde, como convidado, atuo com geoprocessamento escrevendo *papers* e elaborando mapas temáticos.

Como geógrafo, já participei de dezenas de estudos ambientais escrevendo relatórios (diagnósticos e prognósticos dos meios físico e socioeconômico) e também elaborando mapas e bases cartográficas. Em Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de empreendimentos de grande porte, escrevia sobre climatologia, expansão urbana, históricos de ocupação, sistemas de transportes e temas correlatos. Já participei de licenciamentos de ferrovias, dutos, portos, usinas de cana de açúcar, minerações e outros empreendimentos para empresas como Vale, Petrobrás, Cosan, e Indústrias Nucleares do Brasil. Realizei também, levantamentos de campo de recursos hídricos, uso e ocupação do solo e outros temas. Tenho, portanto, considerável experiência envolvendo a aplicação de geoprocessamento a estudos ambientais.

Como professor, fui aprovado duas vezes (em 2010 e em 2014) em concurso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sendo uma delas classificado em segundo lugar na Diretoria de Ensino de Itapeverica da Serra. Também fui aprovado no certame da Prefeitura do Município de São Paulo (2015), onde atualmente leciono. Atuando no magistério, já ministrei aulas de geografia e de sociologia, tendo experiência em todas as séries do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º, e 9º ano), em todas as séries do Ensino Médio (1º, 2º, e 3º ano), e em todos os níveis de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também já dei aulas particulares do software ArcGis, utilizado para fazer mapas.

Aqui no Estratégia Concursos, já ministrei aulas de Geografia do Brasil e Geografia Mundial para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), editais de grande concorrência promovidos pela Cespe/UNB, a mesma banca que fará o concurso do IPHAN. Aqui no Estratégia, cada professor é avaliado de forma geral, em **uma escala de 0 a 5 estrelas**. Além disso, no final de cada curso, o aluno pode dar uma **nota de 0 a 10 para** critérios objetivos como didática, qualidade do material, ou eficiência no fórum. Reparem que para todos os critérios, **minha nota é superior a 8 pontos**



e minha média geral é 4,3 estrelas. Não estou dizendo isso para “me gabar” ou “me achar”, mas para passar-lhes a confiança de que **a minha didática já foi aprovada** pela maior parte dos alunos que tiveram aula comigo. Mesmo assim, **em caso de insatisfação**, você pode pedir o reembolso em até 30 dias após a compra, bastando entrar em contato com a equipe de atendimento.

| Votos | Estrelas | Professor |
|-------|----------|--------------------|
| 143 | 4.3147 | Alexandre Vastella |

| # | Professor | Pergunta | Resposta Média | Quantidade Respostas |
|----|--------------------|--|----------------|----------------------|
| 1 | Alexandre Vastella | Quanto deste curso você já estudou? | 8,63 | 344 |
| 2 | Alexandre Vastella | O professor é capaz de transmitir o conhecimento nas aulas em vídeo: | 8,53 | 344 |
| 3 | Alexandre Vastella | As aulas em vídeo cobrem todos os assuntos: | 8,48 | 344 |
| 4 | Alexandre Vastella | O professor é capaz de transmitir o conhecimento nas aulas em PDF: | 9,14 | 343 |
| 5 | Alexandre Vastella | As aulas em PDF cobrem todos os assuntos: | 9,08 | 344 |
| 6 | Alexandre Vastella | O volume de questões comentadas no curso é suficiente: | 8,43 | 344 |
| 7 | Alexandre Vastella | As questões são comentadas com clareza ao longo das aulas: | 8,87 | 344 |
| 8 | Alexandre Vastella | As aulas foram disponibilizadas pontualmente: | 8,84 | 344 |
| 9 | Alexandre Vastella | As respostas no fórum de dúvidas foram satisfatórias: | 8,75 | 344 |
| 10 | Alexandre Vastella | O tempo entre pergunta e resposta no fórum foi adequado: | 8,71 | 344 |
| 11 | Alexandre Vastella | De maneira geral, como você avalia o seu nível de satisfação com este curso? | 8,79 | 344 |

Agora que vocês já conhecem minha trajetória, vamos ao que interessa: o concurso do IPHAN. De 2018. Primeiramente, é preciso reconhecer que **a cobrança de geoprocessamento no edital é novidade para o ingresso no IPHAN**. Analisando o histórico dos últimos concursos e processos seletivos, podemos perceber que nenhum deles exigiu conhecimentos nesta área, conforme quadro abaixo:

| Histórico de Concursos – IPHAN – Alterações de banca e interface com Geoprocessamento | | | | |
|---|--|--|------------------------|---|
| Ano | Natureza | Banca | Caiu Geoprocessamento? | Link para Edital |
| 2018 (concurso atual) | Concurso com 411 vagas para diversas áreas. | Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE ou CEBRASPE) | Sim | https://bit.ly/2sZdHV9 |
| 2015 | Processo seletivo simplificado para 48 vagas de arqueólogo. | Cetro Concursos Públicos Consultoria e Administração | Não | https://bit.ly/2tsxJHk |
| 2013 | Processo seletivo simplificado para 163 vagas em diversas áreas. | Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) | Não | https://bit.ly/2M7IAOV |
| 2009 | Concurso com 187 vagas em diversas áreas. | Fundação Universa | Não | https://bit.ly/2I5ncah |

Perceba que **cada um destes concursos e processos foi realizado por uma banca diferente**. O último grande concurso, de 2009, foi feito pela Fundação Universa; já os processos seletivos de 2013 e 2015, pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES) e pelo Cetro Concursos Públicos. O concurso atual, pela primeira vez na história de ingresso no IPHAN, está sendo organizado pelo **Centro de Seleção e de Promoção**



de Eventos (CESPE). Entender essas mudanças é particularmente importante pois **cada banca possui uma forma de trabalhar diferente.**

Portanto, **é pouco provável que o atual concurso seja semelhante aos anteriores, e muito provável que siga a tendência das questões que estão sendo cobradas pela CESPE nos últimos anos.** Logo, mais do que simplesmente saber conteúdo (como se isso fosse fácil, né?), **é muito importante que o candidato tenha familiaridade com as questões da CESPE.** Por isso, nosso curso dará prioridade para as questões desta banca; lhe dando todas as ferramentas para você ir muito bem (mesmo!) no concurso do IPHAN. Trabalharemos com o edital “na mão”, o mais focado possível, procurando trabalhar aquilo que a Cespe pede!

Para que possamos continuar fazendo este trabalho, pedimos que **não comprem material pirata e não comprem material de rateio.** Não quero ser chato logo de início, mas tenham consciência **que a única empresa legalmente autorizada a vender este curso é o Estratégia Concursos** por meio do site oficial: www.estrategiaconcursos.com.br. Além do material ser eletronicamente rastreado (o que pode dar um problemão para quem compra curso ilegalmente), pensem que **construir um PDF como este aqui demanda horas e horas de preparação** e estudo. Sendo assim, não é justo que outras pessoas roubem o nosso material e ganhem dinheiro em cima dele sem fazer nada. Em relação a ordem dos temas do curso, vamos seguir exatamente o edital do IPHAN, de acordo como seguinte cronograma:



| CRONOGRAMA - PROFESSOR ALEXANDRE VASTELLA - GEOPROCESSAMENTO - ÁREA 2 | | |
|---|--|--|
| Aula e tema | Data | Itens contemplados do edital Iphan 2018 |
| AULAS 1 E 2 TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO REGIONAL E URBANIZAÇÃO | Sábados, dias 21 e 28 de julho, 14h | 1 Territorialidade e políticas públicas. |
| | | 2. O geoprocessamento e a gestão do território. |
| | | 2.1 Dimensão política da organização do território. |
| | | 2.1.1 Processo histórico e geográfico da formação territorial no Brasil. |
| | | 2.1.2 Desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil. |
| | | 2.3 Urbanização. |
| | | 2.3.1 Processo de urbanização dinâmica. |
| | | 2.3.2 Complexidade e tendências no Brasil. |
| | | 2.3.3 Características da natureza do fato urbano brasileiro. |
| | | 2.3.4 Rede urbana, dinâmica. |
| | | 2.2 Organização do território. |
| | | 2.2.1 Dimensão política da modernização. |
| | | 2.2.2 O problema da escala geográfica e cartográfica para o conhecimento do território. |
| 2.2.3 O problema da região e a produção do conhecimento geográfico. | | |
| AULA 03 GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO | Sábado, 04 de agosto, 14h | 3 Geoprocessamento e sensoriamento remoto. |
| | | 3.1 Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). |
| | | 3.2 Sistemas de coordenadas e georreferenciamento. |
| | | 3.3 Sistemas de imageamento: conceito de pixel, resolução espacial, temporal e radiométrica. |
| | | 3.4 Imagens de radar, multiespectrais e multitemporais. |
| | Sábado, 11 de agosto, 14h | 4 Dados e informações geográficas. |
| | | 4.1 Características dos dados geográficos: posição, atributos e relações espaciais. |
| | | 4.2 Principais modelos de dados geográficos. |



| | | |
|---|--|---|
| AULA 04 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS | | 4.3 Estrutura básica dos sistemas de informações geográficas: entrada e integração de dados, gerência de dados espaciais, consulta/análise espacial e visualização. |
| | | 4.4 Análise de dados geográficos: seleção, manipulação, elaboração de mapas temáticos, análise exploratória e modelagem, métodos. |
| | | 5 A aquisição de dados e produção de conhecimento. |
| | | 5.1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: distribuições de frequências. |
| | | 5.2 Medidas descritivas de locação e de dispersão: média, mediana, quartis, variância, desvio-padrão, coeficiente de variação e histograma. |
| AULA 05 RESUMÃO | Sábado, 18 de agosto, 14h | Resumo de todo o conteúdo |

Perceba que os temas do edital não dizem respeito somente a Geoprocessamento, mas também a assuntos de Geografia Humana. É por isso que **nosso curso será interdisciplinar entre Geoprocessamento e Geografia**; afinal, é exatamente esse enfoque cobrado pelo edital.

Aula 01 – Maior ênfase à **Geografia Humana** (itens 1 e 2)
 Aula 02 – Maior ênfase à **Geografia Humana** (itens 1 e 2)
 Aula 03 – Maior ênfase ao **Geoprocessamento** (itens 3, 4 e 5)
 Aula 04 – Maior ênfase ao **Geoprocessamento** (itens 3, 4 e 5)
 Aula 05 – Resumão

Note também, que **nossas aulas ao vivo ocorrerão às 14h de sábado**. Mas não se preocupem caso não consigam assistir, pois **todos os vídeos serão postados na Área do Aluno e ficarão disponíveis para download**. A postagem no site ocorre em até cinco dias úteis após a gravação. Este tempo é necessário para que a Equipe de Audiovisual remova as imperfeições do vídeo e torne o material mais agradável para estudo.

O PDF da aula deverá ser postado até as 23:59 minutos do mesmo dia da gravação. Por exemplo, dia 21/07, no dia da primeira aula online, também será postado o primeiro PDF. Entendo que o prazo está bem curto (afinal, a prova já é dia 26/08), e por isso, vou fazer o possível para postar os PDFs de forma adiantada, ok? Lembrando que a última aula com conteúdo novo – sem contar o resumão – será dia 11 de agosto, duas semanas antes da prova. Em caso de pouco tempo, é **preferível investir tempo lendo o PDF** do que vendo o vídeo, afinal, **ler é sempre melhor do que escutar**. Além disso, as aulas em vídeo são sempre versões resumidas do que os materiais escritos, que costumam ser mais densos e detalhados.

Sei que muitos que estão lendo essa aula agora são iniciantes ou possuem muita dificuldade em Geografia e Geoprocessamento. **Nosso curso não exigirá conhecimentos prévios**. Portanto, se você nunca estudou, ou está iniciando seus estudos em Geografia e Geoprocessamento, ou se já estudou mas teve imensa dificuldade, fique tranquilo pois nosso curso atenderá aos seus anseios perfeitamente. Por outro lado, se você já estudou os temas, e apenas quer revisá-los, ou deseja um maior aprofundamento em alguns itens, o curso também será bastante útil, pela quantidade de exercícios comentados que teremos e pelo rigor no tratamento da matéria.



Territorialidade e políticas públicas (Item 1)

Neste primeiro item do edital do IPHAN, vamos estudar as **relações entre territorialidade e políticas públicas**. A respeito da **territorialidade**, a CESPE entende que o aluno domine as formas de apropriação do **território**, conceito intimamente ligado às **relações espaciais de poder**. Por **políticas públicas**, a banca considera as formas e o histórico de planejamento territorial no Brasil. Ou seja, **como o território e as territorialidades foram sendo moldadas pelas políticas públicas no país**. Parece complicado, mas tenho certeza que ao longo do texto vai conseguir entender.

Como o assunto é complexo, vamos dividi-lo em duas partes: uma **introdução conceitual** para entender a tríade território, territorialidade e poder; e um **histórico do planejamento público e territorial** no Brasil. Apesar de nenhum dos subitens estarem explicitados no edital, ambos compõem o item 1. “Territorialidade e políticas públicas”. Vamos aos estudos!

Território, territorialidade e poder

O território é um dos conceitos-chave da geografia. Para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, **o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder**. Não se trata, portanto, de um espaço caracterizado pelas características naturais, pelo tipo de produção humana, ou pelas ligações afetivas, mas sim, pelas definições de poder. Visto que o território pertence a quem possui o poder sobre o espaço, pode-se afirmar que **“território” e “poder” são conceitos indissociáveis**.

O que é território?

Base material e simbólica da sociedade. Termo jurídico: extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos, e também, a faixa do mar exterior que lhe banha a costa e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondendo ao próprio território. Ecologia: área que um animal ou grupo de animais ocupa, e que é defendida contra a invasão de outros indivíduos da mesma espécie.

Para Hanna Arendt, o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, **mas agir em uníssono, em comum acordo**. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, mas pertence ele a um grupo e **existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido**. Para Arendt, portanto, quando dizemos que alguém “está no poder”, na verdade, estamos nos referindo ao fato desta pessoa encontrar-se revestida por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. Se o grupo onde origina-se o poder desaparece, o poder individual também desaparece. Esta definição serve perfeitamente ao intuito da geografia, pois na sociedade, o poder é exercido de forma territorial.

Tradicionalmente, o território é exercido pelo Estado, por meio da existência de um comando jurídico, policial, ou normativo sobre um determinado espaço. Por essa lógica, o controle do que se entende por “território brasileiro” seria exercido pelo Governo Federal, e conseqüentemente, seria **delimitado pelas próprias fronteiras** que o cercam. Deste modo, o território terminaria onde terminaria o poder estatal. No entanto, no mundo contemporâneo, existem **outros atores envolvidos no processo de controle territorial**. Ao contrário do que ocorria no século XIX – quando a geografia política foi sistematizada por Ratzel – há



outras formas de poder que refletem no espaço geográfico. O território, neste contexto, não é somente o espaço delimitado pelo poder estatal, mas sim, **delimitado por diversas formas de poder**. Conforme Rogério Haesbert, **o território existe em múltiplas escalas**.

Para Iná Elias de Castro, em todas as sociedades nacionais há grupos e classes sociais que possuem interesses distintos e que, conseqüentemente, **exercem diferentes formas de poder territorial**. Em escala local, conforme exemplo dado pela autora, as fábricas poluem porque visam ao lucro; as igrejas colocam autofalantes porque querem pregar sua fé; e os moradores, por sua vez, querem ar limpo, paz e silêncio. Estes conflitos são ainda mais complexos quanto transpostos para outras escalas. As Unidades da Federação, por exemplo, disputam investimentos públicos e privados; já as nações disputam condições internacionais favoráveis aos seus produtos e à sociedade. Portanto, para Castro, **independentemente da escala, quanto mais variada e complexa for a sociedade, maior será a diferença entre as necessidades dos grupos e das classes sociais e de cada território ocupado por eles**.



Fronteira Bélgica-Holanda. Apesar dos diferentes poderes de Estado, trata-se da mesma territorialidade.

Estes conflitos, de certo modo, materializam-se no espaço geográfico, dando origens aos territórios controlados por **diferentes e conflitantes formas de poder**, que não necessariamente correspondem ao Estado nacional. O meu bairro, por exemplo, está inserido no território municipal, no território estadual, e no território federal. Também pode estar inserido em territórios paralelos, como por exemplo, no território do tráfico de drogas, no território da prostituição, ou no território dos vendedores ambulantes. E além disso, pode estar inserido no território de blocos econômicos como o Mercosul, ou em territórios dominados por empresas transnacionais.



Invasão/ocupação do MST (Centro-Oeste), região da Cracolândia (São Paulo), e tribo indígena (Amazonas). Nestes casos, de quem é o território? Do Estado ou dos agentes que o ocupam? E de quem é a territorialidade?

Assim como ocorre com o espaço geográfico, o território também é construído dialeticamente, isto é, apresentando profundas desigualdades. Portanto, existem várias formas de território. Para o geógrafo Rogério Haesbert, o território oficial do Estado seria o **território-zona**, uma área contínua, onde é exercido o poder normativo burocrático estatal. Por outro lado, o **território-rede** seria pulverizado (não-contínuo) correspondendo ao raio de ação do capital hegemônico, como as cidades globais e os espaços tomados pelo meio técnico-científico-informacional. De forma excludente, para além do Estado (território-zona) e do grande capital (território-rede), haveriam territórios marginalizados, chamados pelo autor de **aglomerados humanos de exclusão**.

| | |
|--|---|
| Território-zona | Território do Estado, contínuo e oficial. |
| Território-rede | Território do capital, descontínuo e articulado com fluxos globais. |
| Aglomerados humanos de exclusão | Território marginalizado, "que ninguém quer". |



Já a **territorialidade**, para Haesbaert, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às **relações econômicas e culturais circunscritas ao território**, estando intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar [fonte]. **A territorialidade é, portanto, a forma com que os grupos se articulam dentro do território.**

Quando falamos em “territorialidade”, a análise territorial fica ainda mais complexa. Afinal, estas **territorialidades podem ser temporárias ou cíclicas**; isto é, existem somente em uma parte do tempo, de forma intermitente ou não. Marcelo Lopes de Souza exemplifica a **territorialidade cíclica** como a ocupação de ruas urbanas: de dia, podem servir, por exemplo, de palco para pessoas em compras ou comerciantes; já a noite, podem ter suas territorialidades exercidas por prostitutas ou outras formas de ocupação noturna.

Para complexificar mais ainda o debate, podemos citar o fenômeno de **desterritorialização** e **reterritorialização**. Um imigrante, por exemplo, ao vir para o Brasil, é naturalmente “desterritorializado”, pois este abandona seu território anteriormente ocupado, onde existiam vínculos de territorialidade pessoal ou coletiva. Por outro lado, quando habitam-se ao novo território, sofrem a “reterritorialização”, isto é, inserem-se em nova territorialidade. Além do exemplo do imigrante, podemos citar as famílias que são removidas de áreas de risco e mudam-se para conjuntos habitacionais.

| | |
|-----------------------------|---|
| Território | Porção do espaço geográfica delimitada pelas relações de poder, tanto pelo Estado quanto por outros grupos sociais. |
| Territorialidade | Relações sociais e formas de apropriação que ocorrem dentro do território. |
| Desterritorialização | Perda de territorialidade original. |
| Reterritorialização | Adaptação à nova territorialidade. |

Para além do binômio território-territorialidade (que a Cespe adora cobrar, não só nas provas do IPHAN, mas também em outros concursos), **a Geografia possui outras categorias de análise**, como **espaço**, **paisagem**, **região**, ou **lugar**. Não vamos estudá-las detalhadamente, afinal, fugiria do escopo edital; mas é importante ter uma breve noção do que significam:

Resumão das principais categorias de análise da Geografia

| | |
|-------------------|---|
| Território | Porção do espaço delimitada por relações de poder , que pode ser estatal (território de um país, por exemplo), ou de grupos específicos da sociedade (por exemplo, território dos flanelinhas em estacionamentos). |
|-------------------|---|

| | |
|-----------------|--|
| Espaço | Conjunto de objetos (materiais) e ações (imateriais). Só é possível entendê-lo, portanto, olhando para os fluxos e processos para além dos elementos concretos. Trata-se, portanto, de um conceito de alto grau de complexidade. |
| Paisagem | Porção do espaço apreendida pela visão, ou para alguns autores, também pelos outros sentidos. Por ser perceptível somente pelos sentidos (sobretudo a visão), a paisagem é a porção concreta e visível do espaço geográfico. |
| Região | Área relativamente homogênea delimitada de acordo com critérios elaborados pelo pesquisador. Uma região, para ser definida como tal, deve ter pelo menos um aspecto em comum. Por exemplo, região canavieira de São Paulo (produto agrícola), região norte do Brasil (bioma e demografia), ou região subtropical (clima). |
| Lugar | Porção do espaço na qual um grupo social possui relações afetivas de identidade e familiaridade. É, portanto, subjetivo e extremamente relativo. |
| Local | Não é categoria de análise! |

CESPE - Analista do Ministério Público da União – Perícia – Geografia – 2010

A respeito das diversas abordagens existentes acerca do conceito de território, julgue o item que se segue.

01) A partir da difusão dos princípios da geografia crítica, a ideia de relação de poder deixou de ser fundamental para a caracterização do território.

Não, o conceito de território está intimamente relacionado ao poder que é exercido sob o espaço geográfico. Gabarito: Errado

02) Na tradicional geografia política, espaço geográfico diferencia-se de território, por ser mais amplo e englobar também as áreas vazias que ainda não sofreram ocupação humana efetiva.

De fato, o conceito de espaço “geográfico” é mais amplo que o de “território”. Mas a questão erra ao afirmar que o espaço geográfico engloba as áreas vazias sem ocupação humana. De acordo com Milton Santos, “espaço geográfico” é o conjunto entre sistemas de objetos e sistemas de AÇÕES. Ou seja, ao contrário do afirmado na questão, consiste na interação entre objetos materiais (que podem ou não ser naturais) e processos HUMANOS. Sem ação humana não há espaço. Gabarito: Errado

Políticas públicas e território/territorialidade no Brasil

Agora que você já conhece o debate teórico entre território e territorialidade, vamos aplicar estes conceitos à realidade brasileira, entendendo **como o poder público historicamente moldou e alterou o território/territorialidade no país**. Neste caso, seguindo a proposta do edital, iremos focar apenas nas políticas públicas de âmbito territorial, deixando as demais políticas públicas de lado.

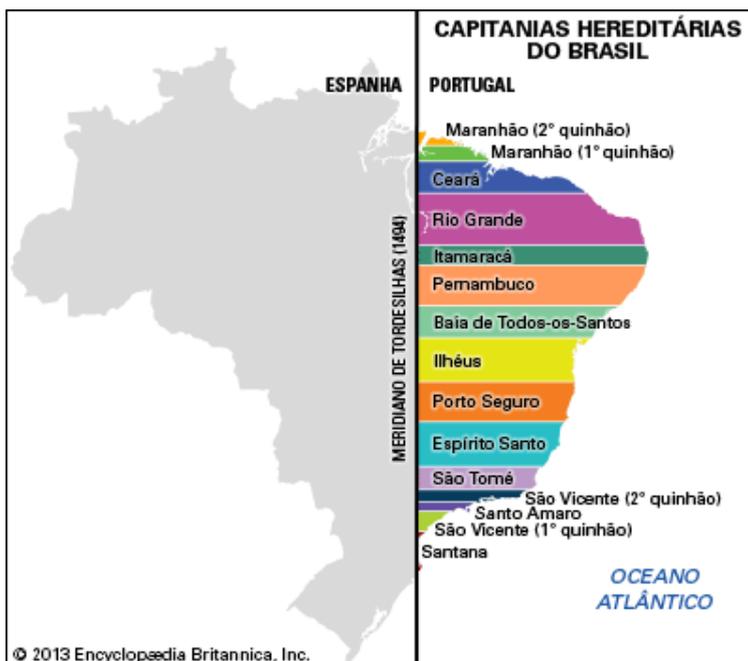


Brasil Arquipélago e o planejamento regional

Dada a vastidão do território nacional e a dificuldade de integração – seja esta por razões militares, econômicas, políticas, ou sociais – as políticas de planejamento territorial sempre fizeram parte da história do Brasil; no entanto, conforme aponta o economista Celso Furtado, as políticas de planejamento territorial do país ocorreram **de forma regionalizada, de acordo com ciclos econômicos** que demandavam mais ou menos atenção do estado. Por exemplo, com o pau-brasil e cana-de-açúcar, houve maior destaque à Região Nordeste; posteriormente, com o ouro e o café, foi a vez do sudeste se desenvolver; do mesmo modo, produtos regionais como o a borracha (Região Norte) e o charque (Região Sul) fizeram avançar estas áreas do país.

Somente no século XX – especificamente com o governo Getúlio Vargas (1930-1945) – houve maior preocupação em promover a **integração nacional** de forma mais efetiva, preocupação existente até hoje nos governos nacionais. Assim, apesar do Brasil ser administrado pela coroa portuguesa desde o século XVI e ser politicamente independente desde o século XIX, sua atual unidade identitária é relativamente recente na história do país: termos como “cultura brasileira”, “história brasileira”, ou “povo brasileiro” eram pouco relevantes antes da década de 1930, período este, marcado pelos interesses das oligarquias regionais.

A primeira tentativa de planejar e ocupar o país ocorreu no século XVI por meio da implantação de **capitanias hereditárias** ao longo da costa brasileira. Tratava-se de um sistema no qual o **donatário** (nobre da coroa que recebesse a terra) podia ocupa-la e desenvolvê-la, cabendo-lhe também, o direito de escravizar indígenas e aplicar a justiça em sua jurisdição. Curiosamente, muitos dos nomes dos estados brasileiros têm origem neste período.



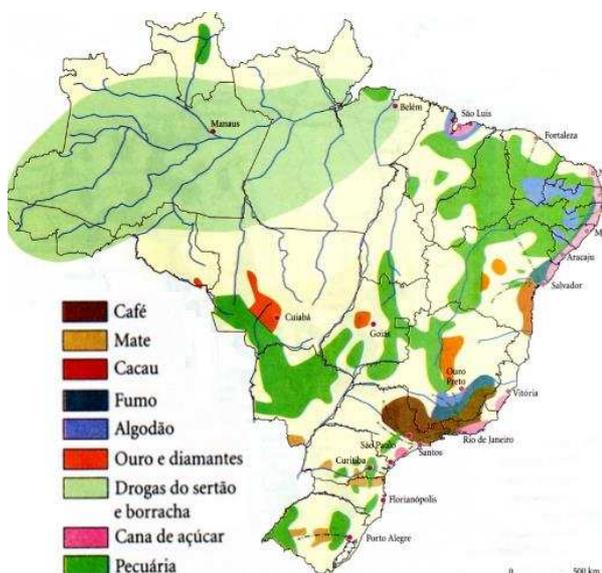
No entanto, devido principalmente à ausência de recursos e falta de interesse de alguns donatários em ocupa-las, **o sistema de capitanias fracassou** como política de planejamento territorial: de toda a costa brasileira, somente Pernambuco e São Vicente (atual estado de São Paulo) atingiram o propósito inicial. Após a falência deste modelo, a fim de retomar o controle do território, a coroa portuguesa implantou um governo geral na Baía-de-Todos-os-Santos, mais especificamente em Salvador, que viria a ser a primeira capital do Brasil.

A implantação do sistema de capitanias e o modelo de colônia de exploração fizeram do Brasil um **arquipélago econômico**; na qual as relações de comércio e poder eram estabelecidas **entre colônia e metrópole**, e não entre as regiões do país. Pelo menos até o século XVIII, não fazia sentido falar em “políticas territoriais no Brasil”, mas sim, em políticas territoriais regionais.

Arquipélago econômico

Expressão designada pelos geógrafos para descrever o Brasil entre os séculos XVI a XIX. Assim como um conjunto de ilhas isoladas (arquipélago), o território brasileiro era composto por **núcleos econômicos autônomos e desarticulados**; não havendo, portanto, identidade nacional, mas sim **áreas relativamente isoladas e comercialmente voltadas à metrópole**.

Este **arquipélago econômico começou a se desfazer, de forma lenta e gradual**, a partir século XVIII, com a transferência do eixo econômico do nordeste para o sudeste, mais especificamente para o interior de Minas Gerais, onde iniciava-se, no período, a exploração de ouro de aluvião. Criou-se assim, um **mercado interno** de alimentos, produtos de higiene, remédios, e outros itens básicos. A partir desta época, produtos como carne de sol, mate, tabaco, e drogas do sertão começaram a ser produzidos e comercializados nas diferentes porções do território nacional.



Brasil: a economia e o território no século XIX – desmembramento do arquipélago econômico

No século seguinte – época marcada pela independência do Brasil (1822), pelo Governo Imperial (1822-1889), e pela abolição da escravidão (1888) – houve um **aumento ainda maior dos fluxos Brasil**: neste período, enquanto o café produzido no sudeste era responsável pela maior parte das exportações, também destacavam-se as plantações de fumo e cacau na Bahia, de erva mate no Região sul, e de algodão no Maranhão. Ainda no século XIX, o geógrafo e diplomata Barão de Rio Branco eliminou os conflitos de fronteira no país – em destaque aos casos do Acre (negociações com Bolívia), e Paraná e Santa Catarina (negociações com Argentina);

Com o golpe de 1889 e a instalação da Primeira República, os interesses regionais foram mantidos através da Política de Café com Leite – revezamento de poder entre São Paulo e Minas Gerais – que se configurou até o final da década de 1920, com a Crise do Café (1929) e o golpe de Getúlio Vargas (1930). De fato, apesar do aparente fim do arquipélago econômico ocorrido anteriormente; **no início do século XX, o estado-nação brasileiro ainda não existia em sua plenitude**; ao invés deste, conviviam neste cenário, territórios relativamente autônomos com oligarquias regionais.

CESPE – Diplomacia – 2017

- 1) Até 1930, a economia brasileira era essencialmente agroexportadora, tendo o café como seu principal produto.

Sim, o café foi o principal produto brasileiro durante grande parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, durante a República Velha. A situação mudou a partir dos anos 1930: a crise de 1929 derrubou o preço do café; e sendo assim, o governo estimulou outras formas de economia, como a industrialização. Gabarito: Certo

Vargas à Jânio: início do planejamento centralizado

Com o governo de Getúlio Vargas (1930), iniciou-se uma nova fase na política territorial: ao contrário dos períodos anteriores – caracterizados pelo planejamento regional – **Vargas promoveu a integração nacional**, marcada principalmente pelo nacionalismo e pela industrialização da economia. Nesta época, elementos culturais como o samba, o futebol, a feijoada, ou até mesmo a “malandragem” brasileira começaram a ser artificialmente definidas como **matrizes culturais genuinamente nacionais**. Através da difusão da rádio, tais elementos poderiam ser incorporados facilmente à cultura do país, recrudescendo o incipiente nacionalismo brasileiro.

Além disso, Getúlio promoveu a **industrialização do sudeste**, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, regiões até então produtoras de café, provocando assim, grandes movimentos de migração interna e concentração de capital. Assim, na primeira metade do século, foram inauguradas importantes **indústrias de base** como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Petrobrás, e Vale do Rio Doce. Estes novos dinamismos econômicos fizeram com que, gradativamente, o **mercado interno passasse a comandar a economia brasileira** ao invés do mercado externo praticado pelas antigas metrópoles coloniais e imperiais. Deste período, destaca-se a criação do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (atual BNDES)**, uma autarquia federal, que pelo menos teoricamente, seria responsável pelo financiamento de projetos de interesse nacional.

Além de ser famoso pela Rodovia Presidente Dutra (que liga São Paulo à Rio de Janeiro) inaugurada em seu mandato, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), sucessor de Getúlio, também foi o responsável pela idealização do **Plano Salte (1947)**. Por meio de empréstimos externos, o plano visava potencializar investimentos nas áreas de saúde, educação, energia e transporte. Contudo, devido à forte oposição e às dificuldades de implantação, acabou não saindo do papel.



Cartilha de Vargas destinada às crianças estimulava o nacionalismo e o “culto a pátria”. Além de industrializar o Brasil, Getúlio criou uma identidade nacional única.

Visando dar continuidade ao ambicioso projeto de substituição de importações iniciado nas décadas anteriores, o então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) pôs em prática o seu **Plano de Metas** com ênfase na industrialização e na modernização do país. Sob o lema “50 anos em 5”, o plano contemplava investimentos nas áreas de energia, indústria de base, comunicação, transporte, e educação; sendo até hoje **um dos principais projetos de integração nacional** já executados; destacando-se também, a construção de Brasília (1961) e a “rodoviarização” do país pautada na construção de estradas e no apoio à indústria

automobilística. Apesar de ter cumprido parte de seu objetivo de integrar o território brasileiro, o **Plano de Metas causou desequilíbrios econômicos** como, por exemplo, o endividamento público e a dependência de capital externo, sendo imediatamente abandonado por Jânio Quadros (1961-1961), sucessor de Juscelino.



Juscelino e o desenvolvimentismo econômico: “50 anos em 5”

No final da década de 50, ainda neste período, foram idealizados **órgãos de desenvolvimento regional**, em destaque ao atendimento das **regiões Norte e Nordeste**, que mais careciam de recursos. Em 1958, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (1958); além do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (1958), transformado no ano seguinte em **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959)**.

Nas décadas seguintes, a **SUDENE teve um importante papel na promoção do desenvolvimento socioeconômico do nordeste**. Neste período, foram realizadas melhorias na infraestrutura, na agricultura, na industrialização, e no combate às secas. Mesmo com a atuação da SUDENE, o nordeste ainda enfrenta diversos problemas, ainda hoje apresentando indicadores socioeconômicos inferiores ao centro-sul do país. Irregularidades e favorecimento de grupos específicos provocaram o fim da SUDENE em 2001.

Após o Plano de Metas, seguiu-se um conturbado período marcado pela a renúncia de Jânio a posse de **João Goulart (1961-1964)**. Em plena Guerra Fria, além de seu Plano Trienal de Desenvolvimento, o novo presidente propôs reformas progressistas nas áreas social e econômica: as famosas **Reformas de Base** que alteravam importantes setores da sociedade como a educação, a agricultura, a área fiscal, e as relações trabalhistas. De forte aproximação com a esquerda, a dupla Jânio-Jango foi derrubada pelo Governo Militar (1964-1985), que inaugurou uma nova fase de planejamento territorial no Brasil.

Governo Militar: o estado como agente de desenvolvimento

Quando os militares deram um “golpe” – ou promoveram a “contrarrevolução” – em 1964, trouxeram ao poder uma nova fase no planejamento territorial brasileiro, promovendo várias ações nos âmbitos econômico, territorial, político, militar, e estratégico. Sob o lema ufanista “Brasil: ame, ou deixe-o”, os militares realizaram diversas **obras de importância estratégica**, como as usinas hidrelétricas de Itaipu Binacional (Paraná) e Tucuruí (Pará) – que até hoje são as maiores do país; as usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2 (Rio de Janeiro); a imensa Rodovia Transamazônia de mais de quatro mil quilômetros de extensão; e a Ponte Rio-Niterói, a mais longa do hemisfério sul. Obras estas, que representam a ideia de **centralização da economia no estado**, ou o aprimoramento do **desenvolvimentismo** inaugurado por Juscelino Kubitschek. Apesar de desenvolverem largamente a economia nacional, estas obras deixaram um legado de **endividamento externo**, comprometendo os governos posteriores que vieram no período da redemocratização.



Usina de Itaipu (PR), a maior do Brasil, construída na época dos militares.

Além das obras “faraônicas” – como chamam seus críticos – o governo militar implantou várias medidas de **integração territorial**, como os programas de ocupação da Amazônia e do Cerrado. Vale salientar que para além de questões meramente econômicas, havia, com o avanço da Guerra Fria, uma preocupação em ocupar o território para fins de defesa e contenção de guerrilhas. Neste período, houve uma **grande migração para a Região Norte** estimulada pelo governo, principalmente de populações das regiões nordeste e sul. Não por acaso, em 1966, durante o mandato de Castelo Branco, foi criada a **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**, autarquia designada a desenvolver a Região Norte; também sendo criada a **Zona Franca de Manaus (1967)**, uma área industrial em plena Amazônia; além do **Projeto Radam** (Projeto Radar da Amazônia ou Radam Brasil) (1970-1985) que objetivava mapear a Amazônia por meio de radares acoplados em aviões.



Rodovia Transamazônica (BR-230): para integrar à Região Norte ao resto do país, era necessária infraestrutura de transporte. Apesar de bem intencionada, rodovia é criticada pelos seus impactos ambientais, como o desmatamento.

No âmbito econômico, o regime militar também idealizou subsequentes programas de planejamento e ação. O primeiro a ser adotado, ainda por Castelo Branco, foi o **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**, que vigorou entre 1964 a 1966. Ao contrário dos programas anteriores de João Goulart e Jânio Quadros, o PAEG preocupava-se em desenvolver o país sob a égide da **economia de mercado**, que embora fosse fortemente **regulada pelo estado** e de **cuinho nacionalista**, foi responsável pelo êxito no controle da inflação, na correção do déficit público, no aumento do crescimento econômico, e na geração de empregos; sendo um dos principais programas do governo militar.

Entre a grande quantidade de planos econômicos (a relação dos principais pode ser vista no quadro abaixo) destacam-se as **Metas e Bases Para Ação do Governo (1970 a 1972)** e o **Primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (1972 a 1974)**, implantados no governo Médici, que **alavancaram exponencialmente a economia nacional** por meio de políticas como a substituição de importações e o desenvolvimento regional.



Charge ironiza milagre econômico: a economia cresceu, mas o "bolo não foi dividido".

Exatamente pelo estrondoso “sucesso” dos planos, o início dos anos 1970 é conhecido como **milagre brasileiro**, caracterizando um período de **forte crescimento econômico**: se em 1968, o crescimento do PIB era de 9,8%, em 1973, esse valor passou para admiráveis 14%. [fonte]. No entanto, apesar do aparente êxito, o **“milagre brasileiro” não foi capaz de promover o bem estar social da população**: nas palavras do ministro Delfim Neto, era “preciso crescer o bolo para depois reparti-lo”, ato que nunca foi feito. Muito pelo contrário, após os efeitos do “milagre” houve **recrudescimento da desigualdade social** e da concentração de renda, além de **aumento da inflação e arrocho salarial**; fatos estes, que iniciaram uma grave crise econômica entre os anos 1970 e 1980.

Para piorar, a década de 1970 foi marcada por duas **crises do petróleo** – uma em 1973 e outra em 1979 – que impactando em quase toda a economia global, impactou diretamente o já fragilizado Brasil. Neste contexto, o **Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)** começou a priorizar o estímulo a pesquisas em petróleo e o desenvolvimento de alternativas energéticas como o álcool (que devidamente foi melhor estudado no Programa Pró-Álcool). Deste período, ainda no campo energético, destaca-se a construção da já mencionada **Hidrelétrica de Itaipu**, a maior do Brasil.

| Planejamento no Governo Militar - Principais planos | | |
|---|---|--|
| Programa | Objetivo e contexto | Principais Metas |
| Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 a 1966) | <i>Instituído por Castelo Branco, o PAEG visava o planejamento dentro de uma economia de mercado, contendo a inflação do período e assim, aumentando o crescimento econômico. Foi um dos mais bem sucedidos programas do governo militar.</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Aceleração do crescimento econômico • Contenção de inflação • Redução do déficit público • Manutenção de empregos • Desenvolvimento regional |
| Plano Decenal (1967 a 1976) | <i>Já no governo Costa e Silva, o Plano Decenal para ser uma continuação do bem sucedido PAEG, com as mesmas metas, mas não saiu do papel.</i> | |
| Programa Estratégico do Desenvolvimento (1968 a 1970) | <i>Mesmos objetivos dos planos anteriores (aceleração da economia, contenção da inflação, assegurar empregos, etc). O plano foi bem sucedido.</i> | |

| | | |
|--|--|---|
| <p>Metas e Bases Para Ação do Governo (1970 a 1972)</p> | | <ul style="list-style-type: none"> • Inserir o Brasil no mundo desenvolvido até o final do século • Crescimento da infraestrutura • Continuação dos objetivos anteriores |
| <p>Primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (1972 a 1974)</p> | <p><i>Crescimento extraordinário do PIB, no auge do famoso "milagre brasileiro". No entanto, apesar do crescimento econômico, os aspectos sociais pouco mudaram.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Inserir o Brasil no mundo desenvolvido até o final do século XX • Duplicar a renda per capita até 1980 • Crescimento anual do PIB de 8% a 10% |
| <p>Segundo Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (1975-1979)</p> | <p><i>Devido ao sucesso do plano anterior, o segundo plano visava manter o crescimento econômico. No entanto, foi o período da Crise do Petróleo, que abalando a economia mundial, também afetou o Brasil, marcando o final do milagre brasileiro.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Manter o crescimento econômico • Preservar a estabilidade social e política |
| <p>Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1980-1985)</p> | <p><i>Último plano do governo militar, elaborado em plena crise mundial. Ao contrário dos outros, fracassou. No final, a inflação havia voltado, a dívida do país havia aumentado, e a economia piorado como um todo.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Acelerar a criação de empregos • Elevar a renda e o PIB • Conter a inflação • Reduzir a pobreza |

Por fim, a última cartada do regime militar para retomar o crescimento da economia e preservar o status-quo foi o **Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1980-1985)**, já no governo Figueiredo. Todavia, este falhou em conter a grave crise econômica que havia se instalado nos anos 1970. Na década seguinte, devido aos péssimos indicadores econômicos – como a volta da inflação, o aumento do desemprego, o arrocho salarial, o aumento da dívida externa, e o crescimento negativo do PIB – somados à insatisfação popular em relação às torturas e violações dos direitos humanos praticados no regime militar, abre-se um novo período de planejamento com a **redemocratização do Brasil**.

Redemocratização no Brasil e as novas faces do planejamento

Conforme dito nos parágrafos anteriores, a transição entre o governo militar (1964-1985) e a nova república (1985-presente¹) foi marcado por uma intensa crise econômica, levando os analistas a chamarem os anos oitenta de “**década perdida**”. Neste contexto, para além do planejamento regional, o principal problema a ser enfrentado era a **inflação a níveis galopantes**, que somente nos anos de 1989 e 1990, fechou com **mais de mil por cento anual (!)** [\[fonte\]](#). Como este cenário econômico crítico inviabilizava a maioria dos

¹ Não se trata aqui, de fazer juízo de valor e/ou ideológico a partidos políticos ou presidentes da república em exercício recente. Os fatos foram expostos da forma mais neutra possível, de forma estritamente necessária ao edital.

investimentos governamentais, com o propósito de conter a inflação, houve uma pausa no planejamento territorial nos anos 1980 e 1990.



Nos anos 1980, o Brasil passava pela pior crise inflacionária de sua história, acarretando na pausa do planejamento territorial.

Além da inflação, questões ideológicas ajudaram a frear o planejamento territorial centralizado: com o final da Guerra Fria e a vitória do capitalismo ocidental juntamente ao avanço da globalização, o Consenso de Washington (1989) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pregavam a **redução da participação do estado na economia** e a retomada do **liberalismo econômico** no cenário brasileiro, ou para alguns, **neoliberalismo**. Neste contexto, quebrando uma tendência história que vinha pelo menos, desde a Era Vargas nos anos 1930, os governos brasileiros dos anos 1990 preocupavam-se em aumentar o poder da iniciativa privada, desonerando o estado, e aplicando **ampos programas de privatizações**, que incluíam, por exemplo, empresas de mineração, telecomunicações, e transportes.

Após o Plano Real (1994) que finalmente conseguiu estabilizar a inflação, os governos posteriores voltaram a se preocupar com a integração nacional, sobretudo após o fim do período de privatizações e o aumento do intervencionismo estatal no Brasil do século XXI. Destaca-se desta época mais recente, o **Plano Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2010)** e o **Segundo Plano Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC II) (2011-2015)**. Estes programas englobavam originalmente, investimentos em infraestrutura, economia, saneamento básico, habitação, transporte, entre outros. Neste período, também foram recriadas as **Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)** e do **Nordeste (Sudene)**. No entanto, visto que estes últimos programas são bastante recentes na historiografia nacional, não é possível analisá-los sem cair em partidarismos e convicções ideológicas. Ficamos, portanto, com um quadro final resumindo o planejamento territorial na história do Brasil.

| Resumão de Planejamento Territorial no Brasil | | |
|--|--------------------------------|--|
| Quadro geral | Período da História Brasileira | Principais características |
| Economia desarticulada em forma de Arquipélago Econômico (planejamento regional) | Período colonial (1500-1822) | Compartimentação do território em Capitanias Hereditárias , destinadas a donatários que se dispusessem a criar vilas, dinamizar a economia e enriquecer Portugal. Com exceção de Pernambuco e São Vicente, o modelo falhou. O território era pouco integrado, sem identidade nacional. |
| | Período Imperial (1822-1889) | Pouca integração territorial em formato de Arquipélago Econômico (café no sudeste, algodão no Maranhão, borracha na Amazônia, cana no Nordeste, etc). O governo era centralizado, |

| | | |
|--|--|--|
| | | <i>mas o planejamento era regional; apesar do comércio interno, não existia nação brasileira.</i> |
| | <i>Primeira República (1889-1930)</i> | <i>A estrutura social manteve-se igual à do final do Império. O planejamento territorial era exercido pelas oligarquias paulista e mineira, que defendiam seus interesses regionais.</i> |
| <i>Economia integrada com forte atuação do estado (planejamento central, desenvolvimentista)</i> | <i>Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e Gaspar Dutra (1951-1956)</i> | <i>A partir deste momento, houve a industrialização e a urbanização do Brasil. Pela primeira vez, tentava-se integrar o país e concebê-lo país como unidade cultural e geográfica. A economia era centralizada no estado. Houve uma verdadeira revolução no planejamento nacional.</i> |
| | <i>Juscelino Kubitschek (1956-1961)</i> | <i>O desenvolvimentismo de JK e seu Plano de Metas foram responsáveis pelo aumento da industrialização e da rodoviarização do Brasil. A construção de Brasília e a ampliação de estradas aumentaram a integração nacional. Apesar do país ter crescido, a dívida externa também aumentou.</i> |
| | <i>Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)</i> | <i>De caráter progressista, as Reformas de Base e o Plano Trienal de Jango encontraram forte oposição e obtiveram pouco êxito. O governo de Jango foi deposto pelos militares.</i> |
| | <i>Governo Militar (1964-1985)</i> | <i>Construção de obras faraônicas de infraestrutura e grande crescimento econômico seguido de crise (início e fim do milagre brasileiro). Grande preocupação no desenvolvimento das regiões norte e nordeste. Um dos períodos de maior atuação do estado no planejamento territorial e econômico. Os militares desenvolveram o Brasil, mas deixaram um legado de inflação, arrocho salarial, e dívida externa.</i> |
| <i>Pausa e retomada no planejamento.</i> | <i>Nova República (1985-presente)</i> | <i>Inicialmente, devido a inflação galopante e a grave crise econômica, o planejamento territorial foi estancado. No entanto, tem sido retomado - mesmo que de forma tímida - nos últimos anos. Ainda é cedo para traçar conclusões definitivas.</i> |

CESPE - Professor de Educação Básica (SEDF)/Geografia/2017

Com relação aos processos de regionalização no Brasil e no mundo, julgue o item subsequente.

- 1) Décadas depois da implementação do primeiro órgão responsável pelos estudos de planejamento macrorregional no Brasil, a SUDENE, os principais problemas e disparidades regionais do país persistem.

Sim, embora a SUDENE tenha atuado positivamente no Nordeste, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, ainda hoje persistem as desigualdades no território brasileiro. O nordeste e o norte do país ainda seguem com indicadores socioeconômicos inferiores ao do centro-sul. Gabarito: Certo



CESPE - Professor de Educação Básica (SEDF)/Geografia/2017

No que se refere ao tema do desenvolvimento regional brasileiro, julgue o item que se segue.

- 2) Ocorrem, no Brasil, políticas regionais de desenvolvimento pautadas em renúncias e isenções fiscais, instrumentos privilegiados que estimulam a atividade produtiva particular em determinadas regiões; entretanto não existem mecanismos capazes de medir, com exatidão, quanto deixou de ser arrecadado em impostos pela aplicação dessas políticas.**

Sim, os resultados destas renúncias fiscais não podem ser medidas com exatidão, pois são baseadas apenas em estimativas gerais. Por exemplo, não dá para saber com exatidão se uma indústria se instalou em uma determinada localidade devido a isenções fiscais ou se ela iria se instalar neste local de qualquer maneira independentemente das facilidades oferecidas. Gabarito: Certo

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2008

Nas pesquisas recentes para avaliar quem foi a maior liderança política do Brasil do século XX, o nome de Vargas apareceu, com alguma surpresa, em segundo lugar. Em primeiro ficou JK, mais ligado à confiança no Brasil e à promessa de um desenvolvimento sem conflitos, com democracia e liberdade para todos. Vargas, ao contrário, apesar do amor que lhe devotaram os pobres, graças à legislação trabalhista, e da tragédia de sua morte, em nome da bandeira nacionalista, deixou também como herança grandes inimigos, identificados com a oposição à ditadura do Estado Novo. É preciso reconhecer que Vargas foi o grande organizador do Estado brasileiro e o coordenador do pacto social que prevaleceu praticamente intocável durante mais de 50 anos. Podemos decretar o fim da era Vargas nas eleições de 1989 para a Presidência da República, nas quais o grande favorito era Leonel Brizola, derrotado no primeiro turno por dois novos personagens, oriundos de um ambiente político antagônico, mas, visivelmente, pós-Vargas. No entanto, mais surpreendente do que sua duração, é o tempo que estamos gastando para desconstruir o seu legado.

Aspásia Camargo. Era Vargas chegou ao final com as eleições de 1989. In: Folha de S. Paulo (Especial 50 anos da morte de Vargas), 22/8/2004, p. A8 (com adaptações).

- 01) A Crise de 1929, que teve na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque seu grande símbolo, atingiu em cheio a economia agroexportadora brasileira, assentada sobretudo nas exportações de café, o que contribuiu para o colapso da República Velha.**

Não só contribuiu para o colapso da República Velha, como também contribuiu para a substituição gradual da matriz econômica, abrindo caminho para a industrialização. Gabarito: Certo

- 02) Vargas comandou o processo de modernização do Brasil, inserindo-o na contemporaneidade que o século XX exprimia. Do ponto de vista econômico, verificou-se o estímulo à industrialização, com o Estado assumindo papel relevante na montagem da infraestrutura de que o país carecia.**



Embora o Brasil tivesse se industrializado de forma incipiente desde o século XIX, foi somente a partir da década de 1930 que a industrialização ocorreu de forma expressiva. Esta industrialização teve forte papel do Estado. Gabarito: Certo

03) Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), Fábrica Nacional de Motores e Companhia Vale do Rio Doce são símbolos da arrancada industrial brasileira que a Era Vargas patrocinou.

Correto. Acrescento que dos símbolos da Era Vargas, ainda faltou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A CSN e a Vale existem até hoje, já a FNM foi vendida nos anos 1960.

Gabarito: Certo

04) A popularidade de JK, mencionada no texto, decorreu de sua política desenvolvimentista de fundo radicalmente nacionalista, o que explica seu rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as dificuldades por ele impostas à presença do capital estrangeiro no Brasil.

JK chegou a romper com o FMI, mas isso não o torna nacionalista. JK estimulou a vinda de empresas multinacionais para o Brasil, abrindo assim, as portas para o capital internacional. Há, neste sentido, um rompimento com o nacionalismo exacerbado de Vargas. Gabarito: Errado

05) Sob o prisma econômico-social, o regime militar instaurado em 1964 foi coerente em seu propósito de desmontar a herança getulista. Com Geisel, especialmente, os militares afastaram qualquer veleidade de se imaginar o Estado como empresário ou indutor do desenvolvimento, deixando à iniciativa privada o caminho livre para seus investimentos.

Durante toda a sua existência, o regime militar foi responsável por estimular o desenvolvimento do país. Assim como ocorrido na era Vargas, o Estado era o principal indutor da economia.

Gabarito: Errado

06) O governo Fernando Henrique Cardoso afastou-se do modelo de Estado desenhado por Vargas. Esse afastamento presidiu muitas das medidas que tomou, a exemplo da privatização de empresas estatais e da flexibilização das leis trabalhistas.

Esse é um ponto importante. Embora houvessem profundas diferenças entre os governos de Vargas, JK, o regime militar, e os primeiros anos de redemocratização, todos eles ainda mantinham forte grau de intervencionismo estatal. Foi somente a partir dos anos 1990, com FHC, que este paradigma começou a ser quebrado. Gabarito: Certo

O Geoprocessamento e a Gestão do território (Item 2)

Basicamente, **geoprocessamento** é o **processamento informatizado de dados georreferenciados** que possam virar mapas e informações espaciais. Sendo assim, **um dos principais objetivos do**



geoprocessamento é fornecer subsídios para a tomada de decisões. Ou, especificamente ao que se refere o edital do IPHAN, auxiliar a **gestão do território**.

No entanto, embora tenha “geoprocessamento” no título, **este item do edital possui um viés puramente geográfico**, área na qual a Cespe possui grande tradição; tendo assim, pouco enfoque no geoprocessamento em si. A evidência disso são os subitens que se seguem: “**Dimensão política da organização do território**” e “**Processo histórico e geográfico da formação territorial no Brasil.**” O primeiro, pede para que o candidato tenha uma visão da organização territorial do Brasil; isto é, como o território se articula, tanto em âmbito mundial quanto do ponto de vista da federação. Já o segundo, diz respeito exclusivamente à formação do território brasileiro, o que inclui a evolução das fronteiras e das divisões internas. Conforme explicitamos nas primeiras páginas, estudaremos “Geoprocessamento” nas aulas 03 e 04.

Dimensão política da organização do território (Item 2.1)

Estado e território no mundo

Nos itens anteriores, vimos que para um bom entendimento dos processos que moldam o território, deve-se **levar em consideração a multiplicidade de escalas que o abrangem** e as diferentes formas de poder, do local ao global. Neste sentido, para Iná Elias de Castro, é **impossível entender a geografia atual sem entender a sua relação com a globalização**. São justamente estas relações que evidenciaremos agora.

Embora a economia seja um dos principais fatores de integração global outros componentes envolvem a globalização, tais como aspectos culturais, religiosos, políticos, e militares. Lá no início do curso, também vimos que a globalização não é homogênea: muito pelo contrário, pela perspectiva de **construção dialética do espaço**, é correto afirmar que enquanto **algumas regiões do globo se desenvolvem de forma expressiva**, tais como as cidades-globais e os países centrais no “xadrez” financeiro; outros pontos, como os países periféricos e as comunidades tradicionais, **resistem ao processo globalizante**.



Bolsa de Valores de Nova York: no mundo atual, o Estado nacional não é mais o principal ator geopolítico.

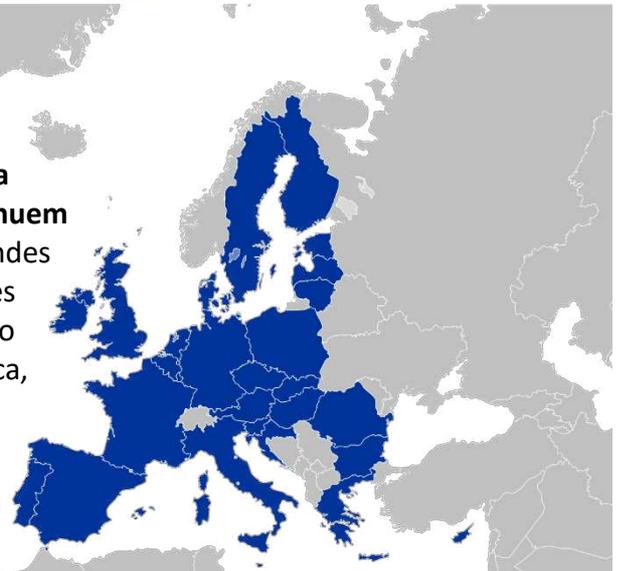
Do mesmo modo, o **protecionismo econômico** – tão combatido nos anos 1990, no auge da euforia da globalização – ainda não entrou em extinção. Muito pelo contrário, em alguns locais do mundo, tende a ser acentuado, restringindo a intensidade de alguns fluxos de comércio internacional. A **transição do modelo fordista para o modelo de acumulação flexível** possibilitou maior fluidez do território, bem como a diminuição – porém, não extinção – do poder dos Estados nacionais. O sistema geopolítico pós-moderno, portanto, é bastante diferente do encontrado no início do século XX, quando a maioria das teorias geopolíticas foram concebidas.

Com a integração financeira e a implantação do livre mercado em âmbito global, há uma tendência de diminuição de conflitos bélicos: conforme afirmou Milton Friedman, **quando as nações tendem a cooperar por meio do comércio e passam a depender mais uma das outras, conseqüentemente, diminuem seus instintos bélicos**. Atualmente, em contraste às duas grandes guerras do século XX que deixaram mais de cinquenta milhões de mortos, a Europa coopera entre si por meio da União Europeia, de forma jurídica, econômica, migratória, e política, quase como se fosse um único país.

Com a **maximização da tecnologia bélica**, especialmente no que diz respeito à corrida nuclear protagonizada pelos Estados Unidos e pela Rússia durante a Guerra Fria, **há uma preocupação maior com os conflitos globais**. Ao contrário do ocorrido na corrida imperialista do século XIX, quando a tecnologia bélica era relativamente precária, atualmente, as grandes potências sabem que uma Terceira Guerra Mundial aniquilaria a civilização humana. No mundo atual, organismos como Organização das Nações Unidas (especialmente o Conselho de Segurança) e os diferentes Blocos Econômicos e tratados internacionais (como o de Não Proliferação Nuclear), tornam mais remota a possibilidade de conflitos globais.

Isto não quer dizer que os conflitos deixaram de existir, mas sim, que mudaram sua natureza. Desde a Guerra Fria, e principalmente no decorrer do século XXI, **as principais guerras não ocorrem mais entre as potências, mas sim, entre potências contra países subdesenvolvidos, ou entre os próprios países subdesenvolvidos**. Então, embora seja discutível, por exemplo, um conflito envolvendo Estados Unidos (potência) e Coreia do Norte (país subdesenvolvido), atualmente seria muito improvável a ocorrência de conflitos armados diretos entre, por exemplo, Estados Unidos (potência) e China (potência).

Exemplos destes conflitos podem ser citados: as guerras do Golfo (1991), do Afeganistão (2001), do Iraque (2003), da Síria (2011), ou do Estado Islâmico (2013) Além disso, apesar das potências terem parado de guerrear diretamente entre si, **os conflitos sul-sul continuam bastante sangrentos, ou até se intensificaram**. Destacam-se, por exemplo: os massacres de Ruanda (1994), ou os conflitos separatistas na Iugoslávia (1991). Países subdesenvolvidos como Somália, Iêmen, Nigéria, Líbia, Síria, Egito, e Venezuela, atualmente passam por dolorosos processos de guerra civil interna, o que resulta em milhares de mortos



Com a União Europeia (foto) e os demais blocos, acordos, e grupos internacionais, hoje a chance de guerra é mais remota entre as potências.

anualmente. Importante frisar, portanto, que **no século XXI, os conflitos não deixaram de existir, apenas mudaram sua natureza, saindo do centro para a periferia global.**

Guerras civis entre 2000 e 2009



Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique: um monde à l'envers*. Paris Le Monde Diplomatique, 2009.

Mapa dos conflitos globais evidencia que os maiores focos de tensão estão no mundo subdesenvolvido.

Com a diminuição de poder dos Estados nacionais protagonizada pela globalização, o território deixa de ser tão importante quanto era na época de Ratzel, e posteriormente, na época de Mackinder, Mahan, e Spykman. Na atualidade, ao contrário do que ocorria no século XIX, possuir recursos naturais no “espaço vital”, não é tão “vital” assim: **por muitas vezes, com a aceleração dos fluxos, sai mais barato comprar recursos naturais do que invadir territórios para possuí-los.** Países como Nova Zelândia, Japão, Hong Kong e Singapura, são pobres em recursos naturais, porém, como constituem “nós” do capitalismo financeiro, são plenamente desenvolvidos. Por outro lado, países da África subsaariana – região rica em minerais – compõem os piores indicadores socioeconômicos do planeta. Evidentemente, países como Rússia, China, Índia, Indonésia e Brasil, possuem o crescimento facilitado pela questão dos recursos naturais, mas hoje, não é mais um fator primordial.

Aliada à globalização, a divisão internacional do trabalho também impulsiona as relações entre Estado e território. Na **Nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT)**, os **países centrais** desenvolvem tecnologias e produtos industriais de alto valor agregado. Enquanto isso, os **países periféricos** são responsáveis pela produção de commodities e produtos industriais de baixo valor agregado. Estes processos afetam diretamente o planejamento territorial. No Brasil, por exemplo, a exportação de grãos de soja in natura é maior do que a soja processada. Do mesmo modo, a exportação de minério de ferro bruto é maior do que a de produtos derivados do ferro, com maior valor de mercado. Apesar do Brasil contar com um parque industrial relativamente diversificado e de tecnologia moderna – como por exemplo, a produção de aviões pela Embraer – ainda exportamos maior quantidade de matérias primas de baixo valor agregado do que produtos industriais de alto e médio valor.

| Três fases da divisão internacional do trabalho e contexto geopolítico | | | |
|--|--|---|--|
| DIT | Período | Características | Contexto geopolítico |
| 1ª | Século XV ao XIX: Grandes Navegações e expansão colonial europeia “Era colombiana” | A Europa extraía matéria prima das colônias na América, na Ásia e na África, e vendia seus produtos manufaturados para estes locais. | Para extrair recursos naturais, precisava-se ter o domínio do território (colonialismo e espaço vital). Portanto, comercializava-se menos e invadia-se mais. |
| 2ª | Século XIX a primeira metade do século XX: Revolução Industrial e expansão industrial europeia | A Europa extraía matéria prima das colônias na América, na Ásia e na África, e vendia seus produtos industrializados para estes locais. | |
| 3ª | Anos 1970-presente: Revolução Técnico-Científica, globalização, compressão espaço-tempo, desconcentração industrial. | EUA, Europa e Japão (mais recentemente a China) consolidam-se como centros globais do capitalismo. Países periféricos fornecem matéria prima e produtos industrializados de baixo valor agregado. Países centrais fornecem produtos industrializados de alto valor agregado e tecnologia. | O domínio físico do território não é mais necessário. Há outros meios de aquisição de recursos naturais, como o comércio ou a internacionalização do capital financeiro. O imperialismo deu lugar à subjugação financeira. |

Os Estados nacionais, teorizada na geopolítica clássica como a principal unidade geopolítica no tabuleiro global, estão, cada vez mais, perdendo poder. A Guerra Fiscal entre as empresas está esvaziando tradicionais centros industriais, como em Detroit (EUA), e Ruhr (Alemanha) e deslocando o capital para onde a mão de obra é mais barata, como na China e nos Tigres Asiáticos. **Em nível global, portanto, a desconcentração industrial diminui o poder de barganha dos Estados nacionais.**

No entanto, embora tenha perdido força no jogo geopolítico, conforme afirma Milton Santos, **o Estado nacional continua forte**, pois é ele que regula o mundo financeiro, o estamento burocrático, as leis trabalhistas, as normas ambientais, os incentivos fiscais, e as demais regras jurídicas presentes no território. Além disso, o Estado ainda é dono de grande parte dos bancos de financiamento, sendo responsável também, pela construção de grande parte da infraestrutura dos países. Então, cuidado para não confundir: **o Estado nacional perdeu importância, mas não foi eliminado do jogo geopolítico!**



Detroit (EUA): antiga cidade industrial hoje está em ruínas. Os Estados nacionais perdem força com a volatilidade do capital.

Estado e território no Brasil

Brasil é um país de dimensões continentais: trata-se do **quinto maior território do mundo e maior da América Latina, com 8.515.767,049 km²** de superfície [fonte]. Apresentando vasto litoral e extensas linhas de fronteira, o território brasileiro é bastante diverso dos pontos de vista demográfico, econômico, e cultural. Há também, uma **imensa variedade natural**, tanto nos aspectos climáticos, quanto no que tange à disponibilidade de recursos hídricos e minerais, bem como às características da fauna e da flora. No entanto, nem sempre o Brasil teve estas dimensões: **durante os cinco séculos de povoamento, o território foi sendo progressivamente moldado** por esforços de colonização de interesses distintos, disputas territoriais, e acordos fronteiriços de natureza diversa.

Atualmente, o Brasil é uma federação. Isto significa que temos um governo centralizado (federal) e outras unidades administrativas (estados e municípios) que ao mesmo tempo que possuem caráter autônomo, também estão subordinados à legislação federal. Totalizando 26 estados mais o Distrito Federal (ao todo, 27) e 5.570 municípios, cada qual possuindo seus próprios poderes executivo e legislativo.

Conforme aponta Iná Elias de Castro, **o federalismo surgiu nos Estados Unidos** no século XVIII. Naquela época, após a independência do Reino Unido, era necessário garantir um sistema que beneficiasse todas as treze colônias britânicas; e isto ocorreu por meio da formação dos Estados Unidos da América. **Neste modelo, os estados gozam de autonomia jurídica, administrativa e econômica**, possuindo poderes executivo e legislativo próprios. O Congresso Nacional, por sua vez, representava a vontade dos Estados, ou seja, dos territórios autônomos que se configuravam naquele período. Para Alexis de Tocqueville, além da liberdade econômica, **o progresso dos Estados Unidos se deveu em grande parte, a esta autonomia administrativa das colônias**: uma vez que a política era exercida “de baixo para cima”, era mais fácil atender às necessidades da população.

Inspirado nos Estados Unidos da América, a república dos “Estados Unidos do Brasil” também foi, pelo menos teoricamente, concebida com base no modelo das treze colônias do norte. Entretanto, enquanto nos Estados Unidos o federalismo surgiu da necessidade de reunir as unidades administrativas; no Brasil, veio devido à necessidade de descentralizar o poder imperial. **Ao contrário dos Estados Unidos, onde o poder emana “de baixo para cima”; no Brasil, emana, na prática, de “cima para baixo” numa estrutura verticalizada e de pouca autonomia.**

No Brasil, **o Estado nacional foi artificialmente concebido.** Até o século XIX, vigoravam resquícios do modelo de “arquipélago econômico”, altamente **fragmentado e voltado para o exterior.** Durante o Período Regencial, por exemplo, ocorreram várias revoltas separatistas de grupos que não se viam representados pela unidade central de poder. Foi somente no século XX que, impulsionado pela maciça propaganda do Governo Federal, o regionalismo foi progressivamente cedendo espaço ao sentimento de identidade nacional.

O que é pacto federativo?

É um acordo de base territorial no qual grupos localizados em diferentes partes de um território organizam-se em busca da harmonização entre suas demandas particulares e os interesses gerais da sociedade que eles têm por objetivo construir. Por se tratar de acomodação de diferenças há, portanto, uma constante tensão nesse pacto, cabendo aos arranjos institucionais organizar os interesses e controlar os conflitos.



Atualmente, no entanto, embora seja mascarado pelo bem construído imaginário de unidade nacional, **o regionalismo ainda é bastante expressivo**, exercendo influência na política e na economia do país. Conforme analisa Castro, como no Brasil existem poucas diferenças étnicas, linguísticas e religiosas regionalizadas – que na maioria dos países constituem os signos a identidade territorial –, as estratégias políticas regionais raramente mereceram lugar de destaque na literatura acadêmica ou em documentos técnicos.

No final da aula, a qual estudaremos **regionalização do Brasil**, ficará bastante evidente que a maior parte das formas de divisão do território ocorreram de forma arbitrária, levando em consideração, na maioria das vezes, **os aspectos naturais em detrimento dos antrópicos**. No Brasil, a identidade nacional foi principalmente moldada pelos aspectos naturais, como por exemplo, “o verde das matas”, o “amarelo dos recursos minerais”, ou “o verde das florestas”, o que historicamente dificultou a formação de uma identidade histórica para o país. A partir dos anos 1940, no entanto, aspectos culturais como o samba, a feijoada, o folclore, e a arte moderna foram sendo, muito lentamente, e de forma artificial, incorporados ao imaginário de identidade nacional. Nos dias atuais, no entanto, a **Regionalização Oficial do IBGE** leva em conta tanto aspectos naturais quanto humanos, possuindo cinco áreas: norte, nordeste, sul, sudeste, e centro-oeste.

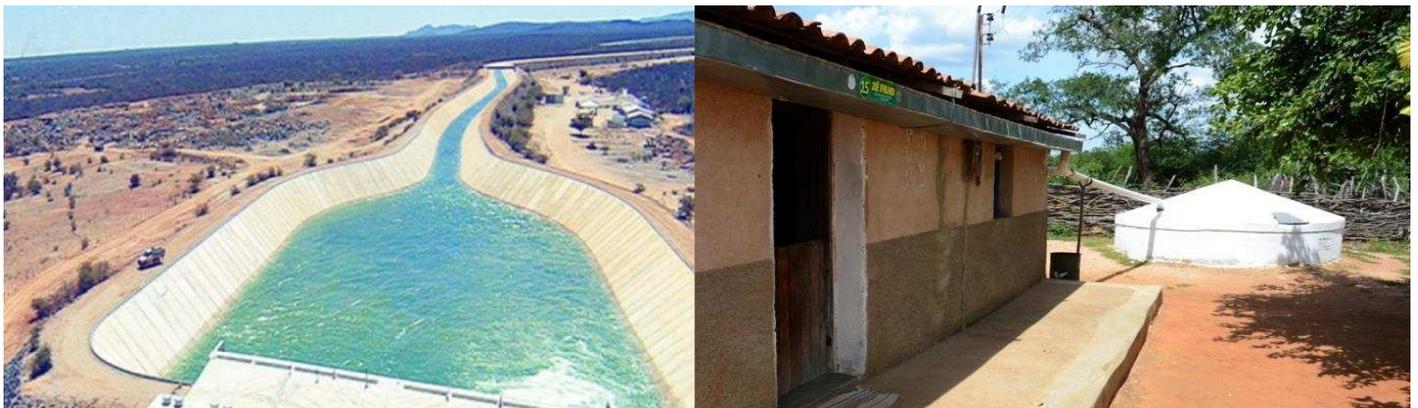


O Brasil é abrangido uma **grande disparidade territorial regional**, tanto nos aspectos de produção, povoamento, distribuição de renda, ou no que diz respeito ao acesso aos equipamentos sociais. Não por acaso, o Índice de Gini brasileiro – que mede a desigualdade social – possui média superior aos demais países da América Latina. Este imenso contraste entre os estados e municípios provoca um **abismo na arrecadação de impostos no Brasil**. Confrontando os dados do Portal da Transparência (2015) sobre o montante pago pelos estados da federação [[fonte](#)] com os dados de população do Censo Demográfico (2010) do IBGE, é possível saber a situação fiscal de cada unidade da federação; ou seja, quem “sustenta” e quem é “sustentado” no Brasil. A diferença entre o que é recebido pelo que é fornecido, pode ser visualizada no gráfico abaixo:

Diferença do valor per capita (R\$ por habitante) pago (azul) ou recebido (vermelho) para/do Governo Federal em impostos (2015)



Nota-se, que enquanto paulistanos e fluminenses desembolsam mais de dez mil reais para manter a “máquina” funcionando, acreanos e roraimenses recebem mais de três mil. Os sete estados mais superavitários são das regiões sudeste e sul. Da região nordeste, o único estado que “dá lucro” é Pernambuco, que depende menos dos repasses federais. Grosso modo, o Governo Federal arrecada impostos das regiões mais ricas e investe em estados mais pobres, onde a vulnerabilidade social é maior.

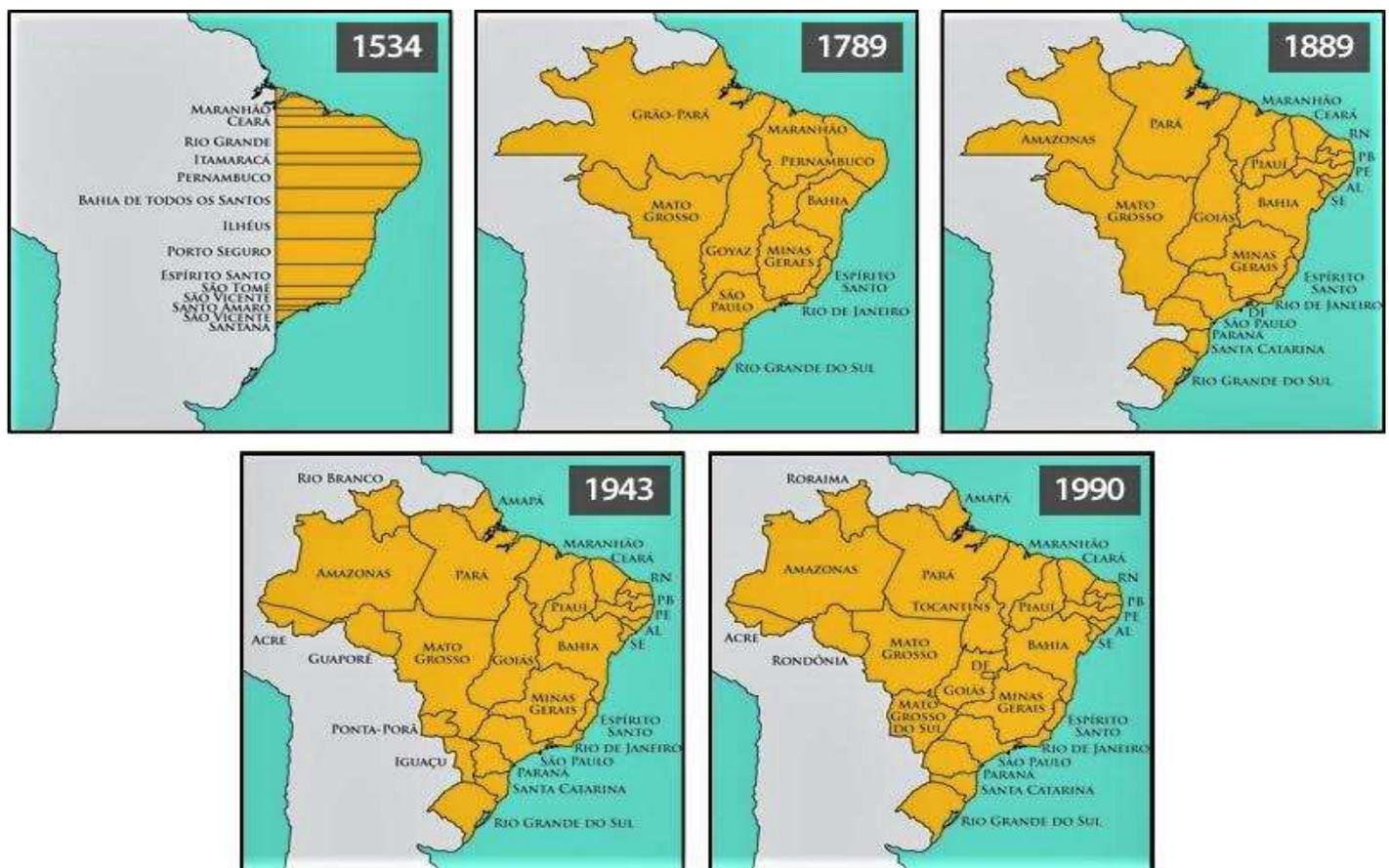


Os impostos arrecados no sul e no sudeste servem para minimizar as disparidades territoriais. Na foto, transposição do Rio São Francisco e Sistemas de Cisternas, na região nordeste.

Este assunto deve ser tratado com bastante cuidado. Por um lado, moradores da região concentrada certamente devem se indignar com esta situação, fomentando inclusive, anseios separatistas. Por outro, sem estes impostos, as áreas mais pobres do país – que já se encontram em situações delicadas de desenvolvimento humano – ficariam ainda mais vulneráveis. Além disso, para alguns economistas, as diferenças do território teriam seu lado positivo, como por exemplo, a exportação de produtos da região Sudeste para as demais áreas do Brasil, ou a histórica incorporação de mão de obra do Nordeste que impulsionou a construção econômica do Centro-Sul. Para o entendimento destes números, portanto, devem ser consideradas as diferentes formas de ocupação histórica do território, que no Brasil, ocorreram de forma bastante desigual. Não cabe aqui, portanto, encerrar o assunto.

Processo histórico e geográfico da formação territorial no Brasil (Item 2.1.1)

Agora que já estudamos as principais relações entre Estado e território no Brasil e no mundo contemporâneo, vamos falar de formação territorial do Brasil. Primeiramente, o **início da ocupação do território brasileiro ocorreu no século XVI**, pouco após o descobrimento do país. Nesta fase inicial, a então colônia portuguesa foi dividida em **capitanias** hereditárias e **sesmarias** (terras doadas a aristocratas da corte), respeitando sempre a linha imaginária que dividia a América Espanhola da América Portuguesa (**Tratado de Tordesilhas**). Com a **União Ibérica** – período em que as cortes portuguesa e espanhola permaneceram sob o mesmo governo –, esta controversa divisão perdeu sentido, e o território se expandiu a oeste, principalmente devido à interiorização da economia e à ação de bandeirantes e jesuítas. Esta marcha para oeste fez com que os limites fossem revistos, e com base no **princípio *uti possidetis*** (cada parte deve ficar com o que possui), o **Tratado de Madri (1750)** revisou os antigos limites, ampliando significativamente o território português a algo próximo do que é hoje.



Principais alterações nos limites externos e internos do Brasil. Repare que no século XVIII, o território já estava quase todo consolidado; cabendo aos períodos posteriores o delineamento das áreas de fronteiras e a demarcação das unidades internas da federação.

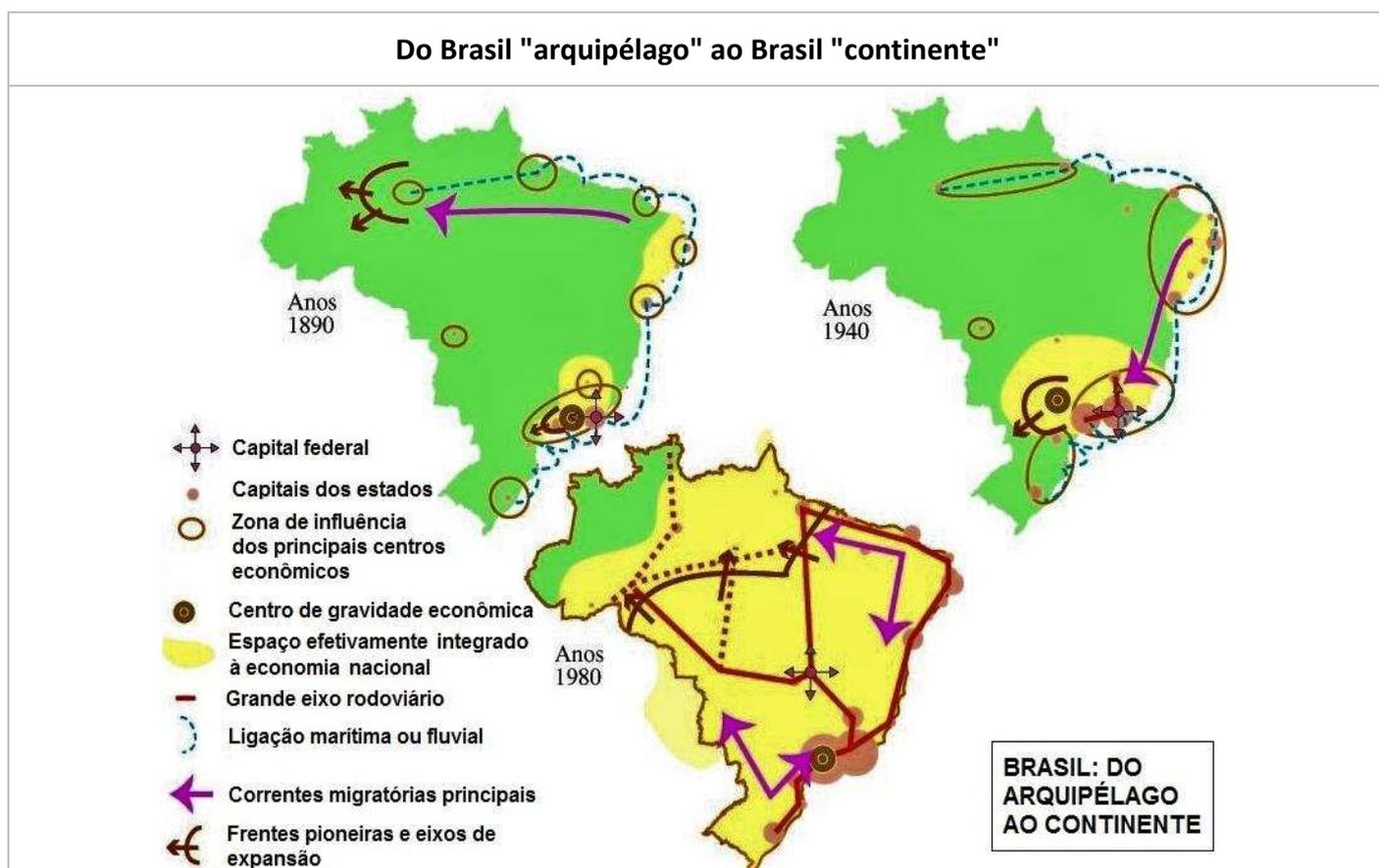
Contudo, o Tratado de Madri não foi definitivo: **conflitos entre Portugal e Espanha na região dos Pampas** (atual Uruguai e Rio Grande do Sul) pela posse das colônias do **Sacramento** e **Sete Povos de Missões** impulsionaram conflitos e a assinatura de outros tratados de paz. A região foi definitivamente pacificada somente em 1828, com a derrota do Brasil na **Guerra da Cisplatina**, o que delimitou, de forma quase definitiva as fronteiras atuais. Inclusive, além deste conflito, no século XIX também ocorreu a **Guerra do Paraguai (1872)** que alterou significativamente as fronteiras do Brasil no atual Mato Grosso do Sul.

Estes conflitos encerraram-se no final do século XIX e início do século XX, quando **Barão de Rio Branco**, de forma diplomática, resolveu a grande maioria dos impasses de fronteira restantes no Brasil, tais como: a Questão do Amapá (1900), a Questão do Pirara em Rondônia (1904), ou a Questão de Palmas em Santa Catarina (1895). Também realizou acordos fronteiriços com a Colômbia (1907) e com a Bolívia (1903), desta vez, intermediando a famosa compra do Acre.

Uma vez que **no início do século XX todas os impasses de fronteira haviam sido resolvidos**, foi a hora do Governo regionalizar o Brasil, resolvendo os limites e divisões internos. A partir dos anos 1940, a criação do **IBGE impulsionou a divisão regional do Brasil, cuja última versão é de 1970**. Para além da regionalização oficial, autores como **Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e Pinchas Geiger também apresentaram suas propostas de regionalização**.

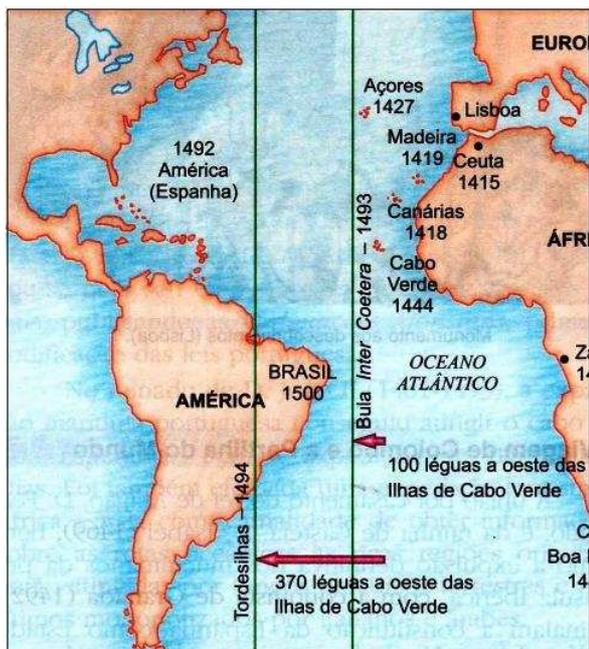
Em relação à divisão interna, os últimos estados a serem desmembrados foram Mato Grosso do Sul (que em 1977 se separou de Mato Grosso) e Tocantins (que em 1988 se separou de Goiás). A Constituição de 1988 extinguiu os Territórios Federais, transformando-os em estados da federação. Desde então, **o território brasileiro permanece inalterado desde 1988**. No entanto, apesar desta estabilidade, há a proposta de criação de diversos estados no Brasil, sendo a mais emblemática ocorrida no Pará (2011), com um plebiscito a respeito da separação do estado em três unidades: Pará, Carajás e Tapajós, o que foi rejeitado pela população.

Não se preocupe se você não entendeu nada dos parágrafos acima. Este foi apenas parte do resumo da aula que será desenvolvida abaixo. **Sugiro, após chegar ao final do capítulo, que releia estes parágrafos introdutório para retomar os conteúdos aprendidos.**



Tão importante quanto entender as questões de fronteiras, é entender as transformações do “**Brasil arquipélago**” para o “**Brasil continente**”. Isto é, de uma economia fragmentada e desarticulada, para uma economia integrada e um território contínuo. Perceba que historicamente, o **espaço efetivamente integrado à economia nacional** (em amarelo) era escasso e fragmentado, cenário que só foi mudar nas últimas décadas.

O início da formação territorial



Divisão territorial de acordo com Capitánias Hereditárias. Sistema viria a fracassar pouco tempo após a implantação.

ocorreu no século XVI por meio da implantação de **capitánias hereditárias** ao longo da costa brasileira. Tratava-se de um sistema no qual o **donatário** (nobre da coroa que recebesse a terra) podia ocupá-la e desenvolvê-la, cabendo-lhe também, o direito de escravizar indígenas e aplicar a justiça em sua jurisdição. Cabia também aos donatários, a distribuição de terras a terceiros que se dispusessem a cultivá-las. Estes lotes distribuídos eram chamados de **sesmarias**, uma tradição em Portugal desde o século XIV, cujo modelo viria a ser replicado no Brasil. Estes sistemas – que protagonizavam a concentração de terras – foram responsáveis pela origem das amplas desigualdades fundiárias brasileiras, pois **somente a aristocracia portuguesa tinha direito** ao seu usufruto.

A navegação marítima luso-espanhola iniciou-se no século XV, com o desbravamento de oceanos em busca de novos caminhos para as Índias. Neste contexto, a expansão concorrente dos dois países ibéricos exigiu a assinatura de tratados territoriais para assegurar a paz. Ainda no século XV, antes do descobrimento do Brasil, Portugal e Espanha assinaram a Bula Inter Coetera (*Inter cætera*) (1493) e posteriormente, o famoso **Tratado de Tordesilhas (1494)**, acordos que determinavam as regiões de exploração de cada país.

O Brasil inicialmente não suscitou o interesse econômico de Portugal. Logo, a **ocupação inicial ocorreu de forma pontual**, com Portugal estabelecendo pequenos entrepostos no litoral nordestino. O **povoamento do Brasil, de fato, só foi ocorrer no século XVII com a instalação da empresa açucareira** exportadora no litoral nordestino.

A primeira tentativa de planejar e ocupar o país

| | |
|------------------|---|
| Capitania | Sistema administrativo semelhante a "estados coloniais", no qual cada porção era concedida a donatários que deveriam exercer o poder e distribuir sesmarias. Sistema fracassou em poucos anos. |
| Sesmaria | Lote de terra concedido à um determinado beneficiário a mando do rei de Portugal com o objetivo de cultivá-las. Cada donatário de capitania deveria conceder sesmarias dentro de sua unidade de poder. |



Localização aproximada dos governos do Norte e do Sul. Com o tempo, os estados foram se fragmentando.

No entanto, devido principalmente à ausência de recursos e falta de interesse de alguns donatários em ocupá-las, **o sistema de capitanias fracassou** como política de planejamento territorial: de toda a costa brasileira, somente Pernambuco e São Vicente (atual estado de São Paulo) atingiram o propósito inicial. **Apesar do modelo de capitanias hereditárias ter falido, a distribuição de sesmarias vigorou durante todo o período colonial**, sendo recorrente até a independência do Brasil, em 1822.

Após a falência deste modelo ainda no século XVI, a fim de retomar o controle do território, a coroa portuguesa implantou um **Governo Geral** na Baía-de-Todos-os-Santos, mais especificamente em Salvador, que viria a ser a primeira capital do Brasil. O comando político outrora descentralizado em “faixas” de terra (capitanias), passou a ser centralizado em Salvador. Mais tarde, em 1572, Portugal dividiu o Governo Geral em dois: o **Governo do Sul (posterior Estado do Brasil)**, e o **Governo do Norte (posterior Estado do Maranhão)**. E com o passar dos anos, com a criação de novos estados, como Grão-Pará, São Paulo, e Minas Gerais, esta divisão binária foi sendo progressivamente extinta.

Tratados e a ocupação do interior

A **União das Monarquias Ibéricas (1580-1640)** – período em que Portugal ficou sob administração da Espanha – favoreceu bastante a ocupação do território brasileiro. Com ambos os países sendo administrados pelo mesmo rei, a linha que dividia as Américas perdeu o sentido original. Este contexto político fez com que **Portugal ultrapassasse o Tratado de Tordesilhas rumando ao interior do Brasil**, ajudando a formar as fronteiras atuais. Além dos fatores políticos, a economia também voltava-se para “dentro” do país. Enquanto a indústria canaveieira concentrava-se no litoral, **a criação de gado foi a primeira atividade desenvolvida no interior do Brasil**.

Ainda no século XVII, a extração aurífera em Minas Gerais ganhava peso, deslocando o eixo econômico para a região sudeste para além do limite imposto pelo Tratado de Tordesilhas.



Com a União Ibérica, o limite entre as américas “perdeu o sentido”, o que facilitou as bandeiras pelo território. O Tratado de Madri (1750) legitimaria as áreas conquistadas.

Uma vez que o Tratado de Tordesilhas deixou de ser significativo, a partir do século XVI, o território começou a ser desbravado, tanto por bandeirantes quanto por jesuítas. **Os bandeirantes (ou sertanistas) eram homens em busca de escravos fugitivos, de índios a serem escravizados, e de riquezas minerais a serem extraídas** – especialmente ouro e prata, já abundantes na América Espanhola.

Estes homens foram os **pioneiros na ocupação do centro-sul brasileiro**, especialmente em São Paulo, onde ocorreu a maior parte da captura de índios: neste estado, bandeirantes como Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), Raposo Tavares e Fernão Dias foram homenageados em nomenclaturas de rodovias que cortam o território paulista. A figura dos bandeirantes, no entanto, é bastante polêmica: se por um lado, são admirados por terem “quebrado” o Tratado de Tordesilhas e por terem sido responsáveis pela ocupação do interior brasileiro; por outro, são justamente condenados pelos maus tratos à índios e escravos em decorrência de sua expansão.

Para além de interesses econômicos, os portugueses também estavam propensos a ampliar a fé religiosa no “novo mundo”. Por isso, neste período, além dos bandeirantes, **a Igreja Católica também teve papel importante na configuração territorial do Brasil**. Por meio da Ordem de Jesus, a Igreja tinha como objetivo aumentar o número de fiéis no continente americano. O governo português, neste contexto, estimulou o estabelecimento de **jesuítas** missionários, que além de catequizar os índios, acabavam exercendo funções administrativas e educacionais. Posteriormente, dada a sua grande autonomia, que preocupava a corte portuguesa, os jesuítas foram expulsos do Brasil na segunda metade do século XVIII por Marquês de Pombal.



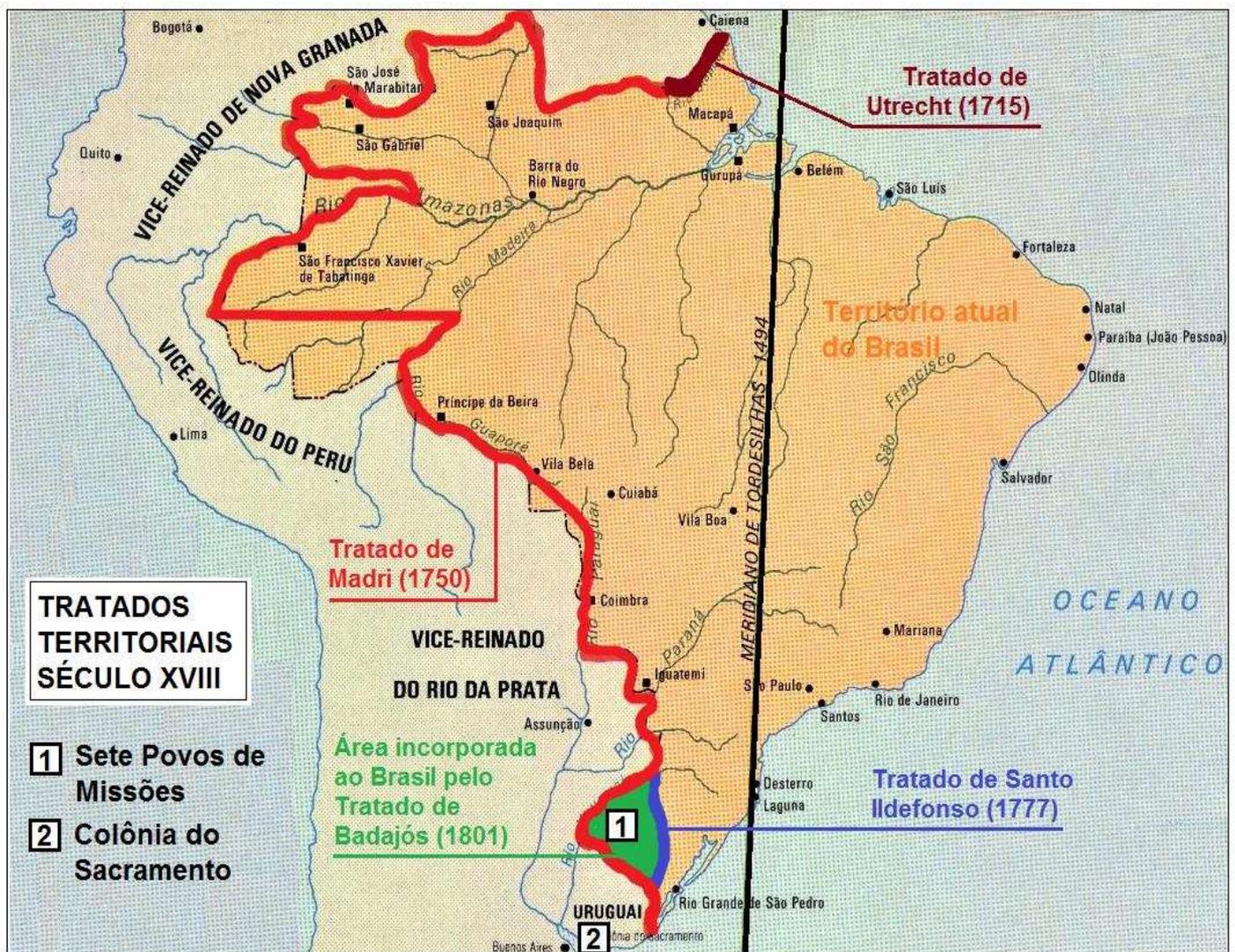
Comparação entre os tratados de Tordesilhas e Madrid, já com as alterações de Santo Ildefonso (1777).

Após as bandeiras, as missões jesuíticas, e o estabelecimento de ciclos econômicos no interior, o território brasileiro havia **aumentado de forma bastante significativa no século XVIII**, atingindo **contornos semelhantes aos atuais**. Porém, apesar das regiões sudeste, centro-oeste e nordeste já estarem bem delimitadas, a região norte ainda era pouco conhecida: estados como Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá não tinham sido territorialmente definidos. Além disso, o Brasil ainda guardava litígios na região sul. Deste modo, durante todo o século XVIII, a coroa portuguesa realizou grandes esforços para resolver as disputas de fronteira, principalmente com a Espanha, onde haviam os maiores conflitos.

Para substituir o Tratado de Tordesilhas, que na prática, já não correspondia à realidade, as coroas portuguesa e espanhola decidiram estabelecer um novo acordo, desta vez

levando em consideração à real ocupação dos territórios sul-americanos. Com base no princípio *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), o **Tratado de Madri (1750)** foi o acordo territorial mais importante do Brasil, responsável pela maior parte da configuração territorial atual. Por meio deste documento, o **governo espanhol reconhecia a soberania portuguesa do interior da América do Sul, e dava posse à maior parte das atuais regiões centro-oeste, sul, sudeste, e norte do país, revogando o antigo Tratado de Tordesilhas**. O território brasileiro oficial, portanto, mais que dobrava de tamanho.

No Tratado de Madri também foram resolvidas questões polêmicas envolvendo as históricas **disputas sobre a Colônia do Sacramento (Uruguai) e os povoados de Sete Povos das Missões (Rio Grande do Sul)**. O acordo previa que enquanto a primeira área ficaria com a Espanha; a segunda, seria de domínio português, o que deveria encerrar os conflitos na região sul. No entanto, índios guaranis se recusaram a sair de Missões, e rebelaram-se contra os colonos espanhóis, iniciando assim, a **Guerra Guaranítica**, que dizimou o povoado de Missões. Como os ânimos na região sul estavam bastante acirrados, **Espanha e Portugal resolveram anular o Tratado de Madri por meio do Tratado de El Pardo (1761)**. Com o acordo anterior não valendo mais, Portugal aproveitou para invadir novamente a Colônia do Sacramento, a qual só desocupou anos mais tarde.



Mapa mostrando o imenso ganho territorial do Tratado de Madri (vermelho), a perda territorial do Tratado de Santo Ildefonso (1777) (azul), e a retomada do território pelo Tratado de Badajós (1801) (verde).

Após muitos anos de conflitos sobre estas áreas limítrofes, veio nova decisão. Intermediado pela França e pela Inglaterra, o **Tratado de Ildefonso (1777) dava a posse de Sete Povos de Missões e Colônia do Sacramento para a Espanha**, “diminuindo” o território brasileiro. **Em troca, Portugal ficaria com as terras localizadas à margem esquerda do Rio do Prata** e com a Ilha de Santa Catarina (atual Florianópolis) que também eram alvos de disputa.

Com a assinatura do Tratado de Ildefonso, a região do Prata parecia estar pacificada. No entanto, anos mais tarde haveria uma guerra entre Portugal, Espanha e França evento conhecido como Guerra das Laranjas (1801) que inicialmente se desenrolou no continente europeu, longe das colônias ultramarinas, mas que depois, foi transposto para a fronteira entre Brasil e Uruguai. **Aproveitando o clima de guerra, Portugal tomou de volta a posse de Missões**, bem como grande parte do atual território de Rio Grande do Sul, desrespeitando assim, os limites o Tratado de Santo Ildefonso. Terminada a Guerra, assinou-se, na Europa, o **Tratado de Badajoz (1801), que reconhecia os limites atuais. Ficou definido que Sacramento ficaria com a Espanha; e Missões, com o Brasil**, ampliando assim, o território português.

| Disputas entre Portugal e Espanha nas colônias do Sul | | | | |
|---|--|---|--|--|
| Área de disputa | Tratado de Madri (1750) | Tratado de El Pardo (1761) | Tratado de Sto. Ildefonso (1777) | Tratado de Badajoz (1801) |
| Contexto do Tratado | Formalizou a ocupação do interior do Brasil, revogando o Tratado de Tordesilhas | Revogou o Tratado de Madri assinado onze anos antes. | Finalizou os conflitos na região sul. Cada país ficou com “seu pedaço”. | Com a Guerra das Laranjas na Europa, Portugal desrespeita o tratado anterior e invade as missões, cuja resolução deu-se pela assinatura deste tratado. |
| Consequências para o Brasil | Território praticamente dobrou. | Clima de instabilidade na região sul. | Brasil perdeu territórios no sul. | Brasil ganhou territórios no sul, configuração que se mantém até hoje. |
| O que decidiu sobre Colônia do Sacramento? | Ficaria com Espanha, e ficou tudo bem até 1761. | Nada. Em clima de guerra, Portugal ocupou de novo a Colônia do Sacramento. | Ficaria com Espanha | Continuaria com a Espanha para sempre até a independência do Uruguai |
| O que decidiu sobre Missões? | Ficaria com Portugal, mas índios sob colonização espanhola se recusaram a sair, iniciando a Guerra Guaránítica. | Nada. Com o fim da guerra, o povoado ficou destruído. Espanhóis e portugueses continuaram disputando a região. | Ficaria com Espanha. Em troca de ambos os territórios, Portugal ganharia outras áreas no sul. | Ficaria com Portugal para sempre até a independência do Brasil |



CAI NA PROVA

Cespe – Diplomacia – 2012 – Questão 28

Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos à formação histórica do território brasileiro.

1. A formação histórica do território brasileiro iniciou-se com a assinatura do Tratado de Madri, que determinou, por meio da criação de uma linha imaginária, o primeiro limite territorial da colônia portuguesa nas Américas.



COMENTÁRIO

O tratado que a questão se refere não é o de Madri, mas o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, antes mesmo do descobrimento do Brasil. Gabarito: Errado

2. *No início do século XX, o governo brasileiro assegurou a posse de novas terras por meio de acordos diplomáticos que envolveram questões fronteiriças com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru e Suriname, nos quais se destacou a figura do Barão do Rio Branco.*

COMENTÁRIO

A questão está quase correta, mas tomem cuidado com as pegadinhas: a ideia de Barão do Rio Branco não era “assegurar a posse de novas terras”, mas sim, regularizar as situações fronteiriças já existentes. Gabarito: Errado

3. *Os séculos XVII e XVIII constituem marcos da exploração de imensas propriedades rurais, com limites mal definidos, doadas pela Coroa portuguesa a aristocratas portugueses.*

COMENTÁRIO

A alternativa se refere à distribuição de sesmarias, cujos limites (devido à cartografia da época) eram pouco claros. De fato, somente a aristocracia portuguesa tinha acesso à terra. Gabarito: Certo

4. *Mesmo após cinco séculos de ocupação e povoamento, a configuração atual do território brasileiro permanece conforme a implantação das capitanias hereditárias.*

COMENTÁRIO

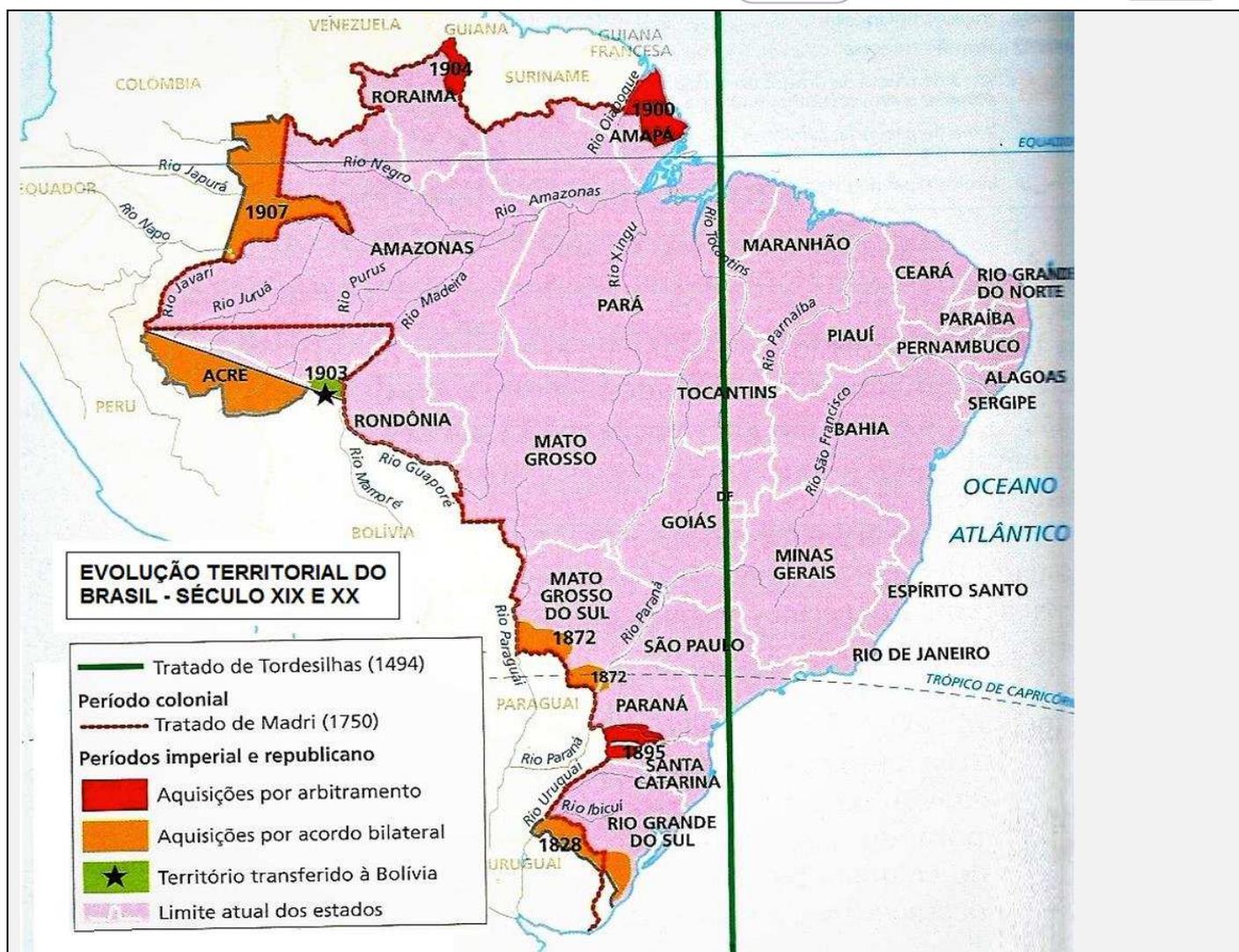
Errado! As capitanias hereditárias abrangiam somente uma pequena faixa litorânea em relação ao território atual. O território atual é MUITO diferente do implantado pelas capitanias. Gabarito: Errado

Formação territorial do Brasil nos séculos XIX e XX

Após os acordos entre Portugal e Espanha – cujo o último foi o Tratado de Badajoz (1801), o século XIX foi palco de dois grandes conflitos que alteraram substancialmente as fronteiras do país: a **Guerra da Cisplatina (1825-1928)** e a **Guerra do Paraguai (1872)**, que respectivamente mudaram as fronteiras do Rio Grande do Sul e do atual Mato Grosso do Sul. Posteriormente, na transição do Período Imperial para o Período Republicano, por meio do diplomata **Barão de Rio Branco**, o país arbitrou vários litígios, resolvendo os limites com a França, a Argentina, a Colômbia, o Peru, entre outros. O quadro e o mapa abaixo resumem as principais alterações de fronteira dos séculos XIX e XX:



| Principais alterações de fronteira – séculos XIX e XX | | |
|---|---|-----------------------------|
| Guerras do Império | | |
| Evento | O que aconteceu? | Consequências para o Brasil |
| Guerra da Cisplatina | Dom João invadiu a Cisplatina (atual Uruguai) em 1816, ampliando o território do Brasil. No entanto, com a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o Uruguai tornou-se independente, emancipando-se do Brasil. Apesar de ter perdido a Cisplatina, o território brasileiro ficou maior do que ao existente antes da invasão de 1816. | Ganhou territórios |
| Guerra do Paraguai | Derrotado na guerra, o Paraguai cedeu parte do território à Argentina e ao Brasil , ampliando o atual estado do Mato Grosso do Sul, região de Ponta Porã. | Ganhou territórios |
| Diplomacia de Barão de Rio Branco | | |
| Questão de Palmas (1895) – Argentina x Brasil | Alegando erro nas fronteiras estabelecidas no Tratado de Madri (1750), a Argentina reivindicou, no final do século XIX, a anexação da área compreendida pelo oeste catarinense (atual região de Chapecó). A arbitragem foi contrária à Argentina e o território continuou pertencente ao Brasil. | Manteve territórios |
| Questão do Amapá (1900) – França x Brasil | A França invadiu o Amapá e forçou a reestruturação da fronteira até o Rio Araguari. Por meio de arbitragem internacional, a França devolveu o território conquistado e a fronteira voltou a ser o que era antes, ou seja, delimitada pelo Rio Oiapoque. | Manteve territórios |
| Questão do Acre (1903) – Bolívia x Brasil | Com o boom da borracha, o Acre – até então, território boliviano –, foi ocupado por brasileiros, iniciando as disputas por poder na região. A solução veio por meio do Tratado de Petrópolis (1903), no qual o Brasil se comprometeu: a comprar o Acre da Bolívia; a indenizar o Bolivian Syndicate (empresa que explorava a região); e a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. O Brasil também cedeu pequenos territórios a leste do Acre. | Ganhou territórios |
| Questão do Pirara (1904) – Inglaterra x Brasil | Quando os ingleses (atual Guiana) ocuparam o Planalto das Guianas , reivindicaram a mudança de fronteiras do atual estado de Roraima, o que foi atendido pela arbitragem internacional. Com o redesenho das fronteiras, o Brasil perdeu territórios na região. | Perdeu territórios |
| Acordo de Navegação Fluvial (1907) | Acordo amistoso entre Brasil e Colômbia. O território brasileiro foi ampliado no extremo-oeste do Amazonas. | Ganhou territórios |
| Mapa das principais alterações de fronteira (abaixo) | | |



CAI NA PROVA

CESPE – Diplomacia – 2017 – Questão 45

No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.

COMENTÁRIO

De fato, os bandeirantes/sertanistas – especialmente tendo São Paulo como origem – foram os responsáveis pela exploração do território brasileiro. Isso, inclusive, acabou corroborando para a fim do Tratado de Tordesilhas e a assinatura do Tratado de Madri, que dava a Portugal as áreas ocupadas por estes sertanistas.
Gabarito: Certo

2. Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.

COMENTÁRIO

De fato, o Tratado de Madri dava à Portugal a posse de Mato Grosso e da Amazônia, mas NÃO dava a posse da margem oriental do Rio do Prata. Além disso, nesta época, parte da Amazônia ainda era da Colômbia (os limites atuais foram definidos somente em 1907). Gabarito: Errado

3. Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.

COMENTÁRIO

Ao contrário do afirmado, com o Tratado de Badajoz, a posse da região dos Sete Povos PASSOU À PORTUGAL, e não à Espanha. Vale lembrar que este tratado delimitou a configuração territorial atual, no qual a Colônia do Sacramento passou à Espanha (atual Uruguai, ex-colônia espanhola) e os Sete Povos de Missões à Portugal (atual Brasil, ex-colônia portuguesa, estado do Rio Grande do Sul). Gabarito: Errado

4. A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.

COMENTÁRIO

Sim, apenas o Oceano Atlântico, e NÃO o Pacífico. Qualquer dúvida, revejam o mapa do Tratado de Tordesilhas deste PDF que vocês entenderão melhor. Gabarito: Certo

CESPE – Diplomacia – 2009 – Questão 64

Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

- 1) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

COMENTÁRIO

A agroindústria açucareira ficou restrita ao litoral nordestino. A expansão do Tratado de Tordesilhas ocorreu principalmente pelas bandeiras, pelas missões jesuíticas, pela criação de gado, e pela extração de ouro em Minas Gerais. Gabarito: Errado

1. A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

COMENTÁRIO

Exatamente, com a União Ibérica (união entre Portugal e Espanha), não faz sentido um tratado separando os dois países. Nesse período, a conjuntura política facilitou a expansão territorial do lado português. Gabarito: Certo



- Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

COMENTÁRIO

Ao contrário do que afirma a questão, os atritos entre os colonos foram muito relevantes, principalmente na região dos Pampas (Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina), onde ocorria a maior parte dos desentendimentos. Gabarito: Errado

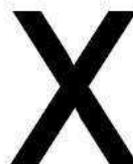
Desenvolvimento econômico e regionalização do Brasil (Itens 2.1.2 e 2.2.3)

Após estudarmos a formação territorial do Brasil, e seguindo o tema “geoprocessamento e gestão do território” (item 2. do Edital), falaremos agora sobre a **gestão território sob a perspectiva da regionalização**. Esta relação aparece em dois momentos no edital, ocorrendo nos subitens “**2.1.2 Desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil**” (que é sequência do subitem das páginas anteriores); e lá na frente no subitem “**2.2.3 O problema da região e a produção do conhecimento geográfico**”. Como são temas complementares, trataremos ambos de forma integrada, porém sem perda de conteúdo. Então vamos lá!

O problema da região na produção do conhecimento geográfico

Quando a Cespe se refere a “problema da região e a produção do conhecimento geográfico”, está querendo, na verdade, que o aluno tenha uma **visão teórica a respeito do conceito de região e sua aplicação na ciência geográfica**; ou seja, uma abordagem acadêmica. Então, nas linhas abaixo, vamos fazer uma breve explicação do conceito de região e sua aplicabilidade.

Desde o surgimento da geografia no século XIX, há um consenso de que região geográfica seria **um local delimitado por características em comum**, ou seja, representando identidades físicas culturais relativamente homogêneas. O conceito foi amplamente utilizado na Geografia Tradicional como áreas distintas entre si, principalmente entre os anos



Fonte: BECKER, Bertha. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 34, n. 4.

Existem diversas formas de regionalizar o espaço, não existindo uma forma 100% perfeita. Por isso, o conceito de região está atrelado à delimitação de critérios.

1940 e 1960, auge da Geografia Regional.

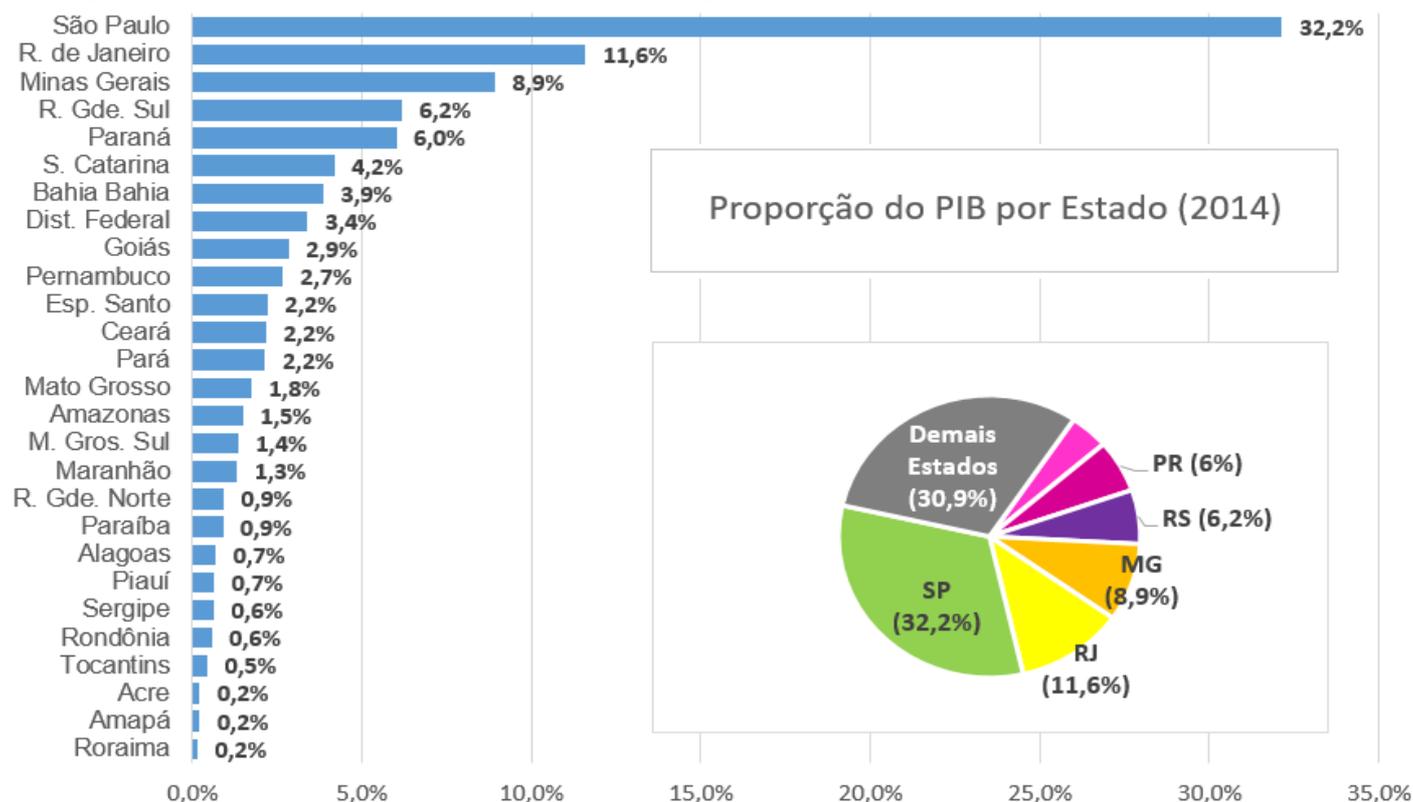
Região

Área relativamente homogênea delimitada de acordo com critérios elaborados pelo pesquisador. Uma região, para ser definida como tal, deve ter pelo menos um aspecto em comum. Por exemplo, região canavieira de São Paulo (produto agrícola), região norte do Brasil (bioma e demografia), ou região subtropical (clima).

Logo, pode-se dizer **que o conceito de região está intimamente relacionado à delimitação de critérios**. É por isso que apesar de ser conceitualmente simples, a região, enquanto categoria de análise é bastante complexa, podendo existir em diversas escalas e situações. Por exemplo, aqui no Brasil, vamos fazer um exercício e nos perguntar: por que a Região Sudeste é denominada como tal? Se for por causa do alto nível tecnológico, por que não incluir o litoral nordestino que também é bastante avançado neste quesito? Se for devido à agricultura mecanizada, por que não incluir Mato Grosso do Sul e parte do Centro-Oeste que também possuem esta característica? Se for por causa da vegetação, por que não incluir Paraná e Santa Catarina que, assim como o Sudeste, também têm Mata Atlântica? Podemos perceber que **o conceito de região é subjetivo**, podendo variar de acordo com o enfoque (critério) do pesquisador.

Desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil

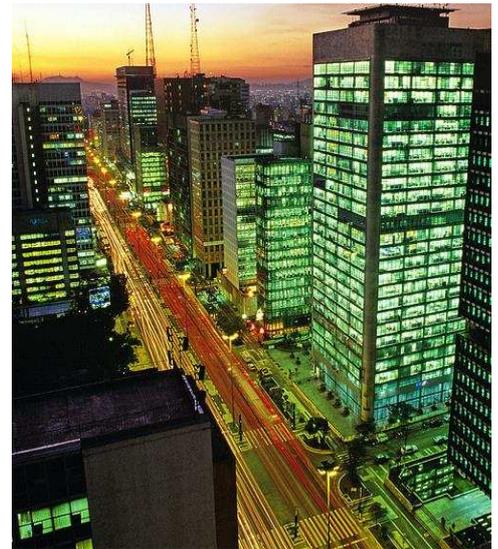
Agora que você já sabe o que é uma região, vamos estudar a **questão regional brasileira** e sua relação com o **desenvolvimento econômico** do país. Será um item bem denso que o anterior. Primeiramente, você vai entender **como o Brasil está regionalizado**, entendendo as desigualdades socioeconômicas inerentes ao território. Depois, de forma individualizada, as características **dos três complexos regionais brasileiros: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia**. Para esta introdução, no entanto, consideraremos inicialmente as cinco regiões oficiais do IBGE: **sudeste, sul, centro-oeste, nordeste, e norte** [mapa [aqui](#)], utilizadas para o Censo Demográfico e para as demais coletas de dados do governo brasileiro.



Conforme vimos anteriormente, Brasil é a nona maior economia do mundo, no entanto, a distribuição das riquezas produzidas em território nacional é **extremamente desigual**: somente os seis estados mais ricos da federação – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – representam incríveis 70% de todo o PIB brasileiro. Neste caso, os quatro estados do Sudeste concentram a quase 55% do total; sendo São Paulo correspondendo a 32,2% o PIB nacional, mais do que os 21 estados restantes somados (!). De forma geral, enquanto as regiões **Sudeste e Sul concentram significativa parcela da economia** nacional, as regiões Norte e Nordeste representam as menores parcelas do Produto Interno Bruto.

Proeminente desde o século XIX em virtude da economia cafeeira, a **Região Sudeste**, atrai, historicamente, a maior quantidade de imigrantes; fluxos estes, que se intensificaram durante o século XX com as transformações socioespaciais ocorridas em detrimento da industrialização e da urbanização da região. Conforme observamos no gráfico acima, atualmente, os estados de **São Paulo e Rio de Janeiro concentram quase a metade de toda a geração de riqueza do Brasil**, sendo considerados os maiores polos tecnológicos, científicos, financeiros, culturais, e econômicos do país. Não por acaso, de acordo com estudo do IBGE (2007), os municípios de **São Paulo e Rio de Janeiro**, capitais dos estados homônimos, são as duas únicas **idades globais** do país, tendo assim, expressividade internacional. Apesar da riqueza, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, possuem juntas, quase 4 milhões de pessoas vivendo em “aglomerados subnormais” – nome politicamente correto para favela – correspondendo, respectivamente, a 11% e a 14% da população total destas metrópoles [fonte]. Assim, não obstante a sua

importância econômica, a **Região Sudeste encontra profundas desigualdades espaciais** em seu território. Portanto, seria leviano afirmar que toda a região é rica e desenvolvida; ocorrendo, na verdade, um grande contraste entre a riqueza produzida nos centros financeiros, industriais e agrícolas, e parte da população residente nas favelas, áreas rurais, e demais “espaços marginais” (conforme definição de Rogério Haesbert). Além disso, há de se ressaltar, que por exemplo, o Vale do Jequitinhonha, ao norte de Minas Gerais, que oficialmente faz parte da Região Sudeste, é na verdade, uma das áreas mais pobres do Brasil.



São Paulo: um dos maiores centros financeiros do mundo. Estado é responsável por 1/3 do PIB do país.



Apesar de produzir a maior parte da riqueza nacional, a Região Sudeste é profundamente desigual: na foto, área nobre contrasta com favela no Rio de Janeiro.

Com uma economia razoavelmente equilibrada, em destaque aos setores de agricultura, pecuária, indústria, serviços, e extrativismo, a **Região Sul é a segunda mais rica do país**. Os três estados da região, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, contribuem juntos com aproximadamente 16% do PIB total. Não por acaso, Milton Santos e Maria Laura Silveira chamam os sete estados das regiões Sul e Sudeste de **Região Concentrada**, onde se verifica a expressão mais intensa do meio técnico-científico-informacional, sendo, apesar das profundas desigualdades, loco das inovações científicas e do aporte tecnológico no Brasil.



Economia da soja no Centro-Oeste: produto levanta o PIB nacional.

Terceira região mais rica do Brasil (e também a terceira mais pobre), o **Centro-Oeste encontra-se numa posição intermediária** entre a riqueza produzida no eixo sul-sudeste e a pobreza encontrada na porção norte-nordeste do país. Em destaque ao setor do agronegócio, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás correspondem à grande parte da soja produzida no Brasil, consolidando-se como líderes nacionais. O Distrito Federal, destaque no setor de serviços e sede do governo brasileiro, possui mais de 20% dos domicílios com renda superior a cinco salários mínimos, maior média nacional.

Compondo a maior parte da população rural brasileira a **Região Nordeste também é a segunda mais pobre do Brasil**: estados como Sergipe, Piauí, Alagoas, e Paraíba geram, cada um, menos de 1% do total das riquezas que compõem o PIB nacional. O sertão nordestino, alvo de disputas políticas, ainda hoje enfrenta problemas como clima semiárido, seca constante, solo de baixa produtividade, falta de empregos, e corrupção; cuja população, durante o século XX compôs grandes movimentos migratórios para as demais áreas do país. Apesar das dificuldades climáticas e econômicas, a **Região Nordeste também tem centros de prosperidade**: estados como Bahia e Pernambuco fazem parte do grupo dos dez estados mais ricos do Brasil, abarcando respectivamente, 3,9 e 2,7% do PIB nacional. O município de Salvador, por exemplo, capital do Brasil durante o período colonial, é a quarta maior cidade do país. O Nordeste, apesar da agricultura de subsistência praticada no interior, possui polos de agricultura mecanizada, além de importantes regiões industriais.



Nordeste não é só sertão: Porto de Suape (PE), um dos maiores do país.

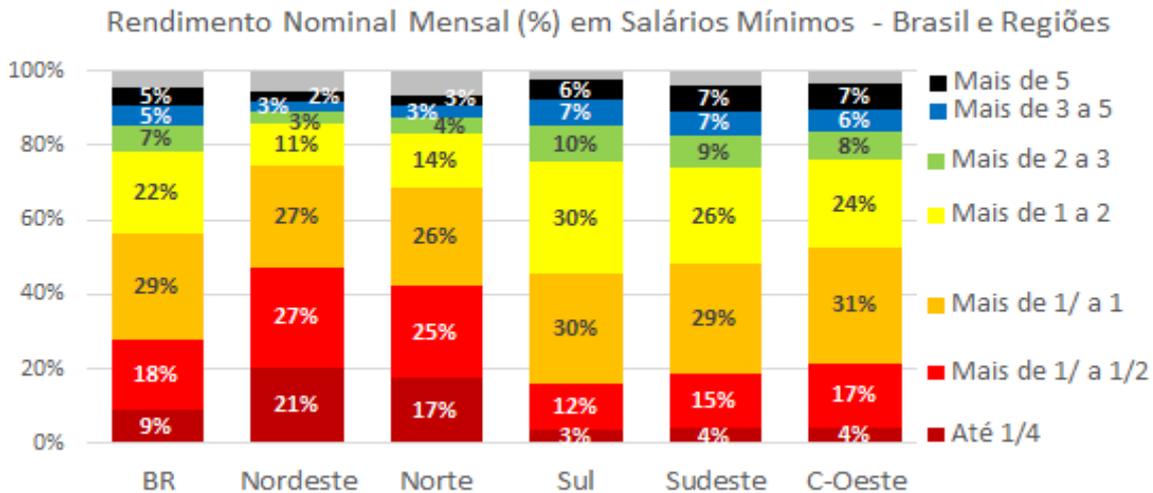


Norte não é só floresta: Operações da Vale no Pará: a maior mina de ferro do mundo

Os estados de Roraima, Amapá, Acre, Tocantins, Rondônia somam juntos, menos de 2% do PIB nacional, sendo os menos expressivos da federação; curiosamente, todos pertencentes a **Região Norte, área menos desenvolvida do país**; cujos estados mais prósperos são Pará e Amazonas. Apesar de ser a menos rica do Brasil, a Região Norte é destaque na produção de minério de ferro – sendo relevante no setor extrativista de forma geral – abrigando também, significativa parte do rebanho bovino e da produção de soja no Brasil, além da Zona Franca de Manaus e; atividades estas, que contrastam com a preservação da Floresta Amazônica, considerada a maior do mundo. Belém, capital do Pará e maior cidade da região com mais de um milhão de habitantes,

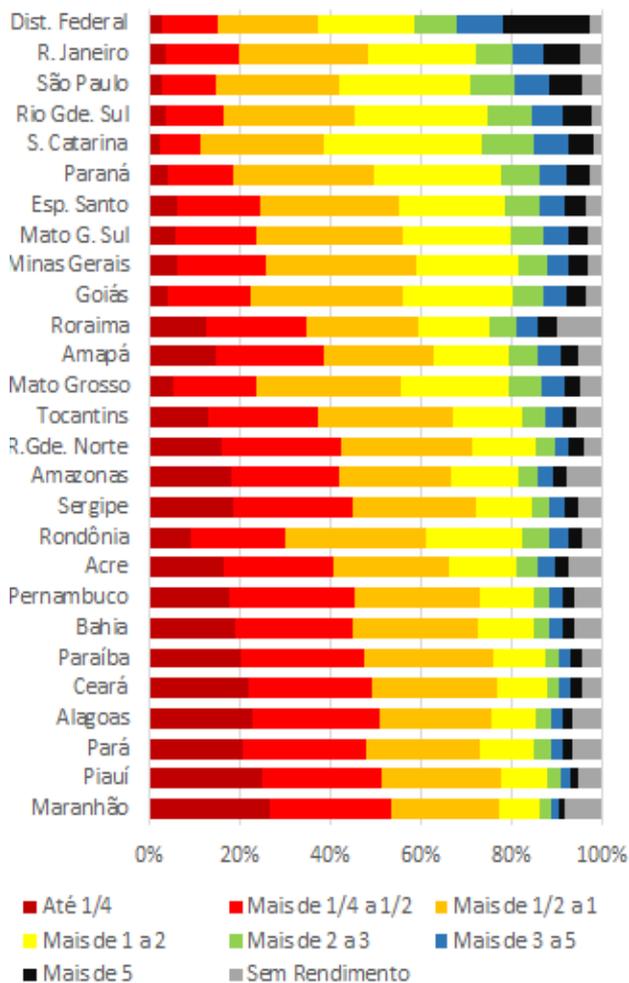
possui 53,9% de sua população vivendo em aglomerados subnormais, maior percentual da federação [fonte].

Como o Produto Interno Bruto mede o **total da riqueza produzida no país**, não necessariamente correspondendo ao **ganho real da população**, para completarmos nossa análise, segue abaixo gráfico mostrando o percentual da soma do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes das diferentes regiões do Brasil de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010:



Por esta perspectiva, **confirma-se que as regiões Nordeste e Norte são as mais pobres do Brasil**: aproximadamente ¼ de seus domicílios são sustentados com menos que ½ salário mínimo, apresentando assim, alto grau de vulnerabilidade social. Além disso, quase a metade da população destas regiões ganha até meio salário mínimo, e aproximadamente 2/3 possuem rendimento inferior a um salário mínimo. Lembrando que este valor é o somatório da renda de todos os ocupantes de uma residência; ou seja, neste caso, a situação é mais dramática do que parece ser. Por outro lado, as **regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste** concentram o maior percentual de domicílios sustentados com mais de três salários mínimos, sendo assim, as **regiões mais ricas** do país. Curiosamente, apesar de ter PIB bastante inferior ao Sudeste, o Centro-Oeste possui o mesmo percentual de habitantes de alta renda desta região.

Rendimento Nominal Mensal (%) em Salários Mínimos por Estado

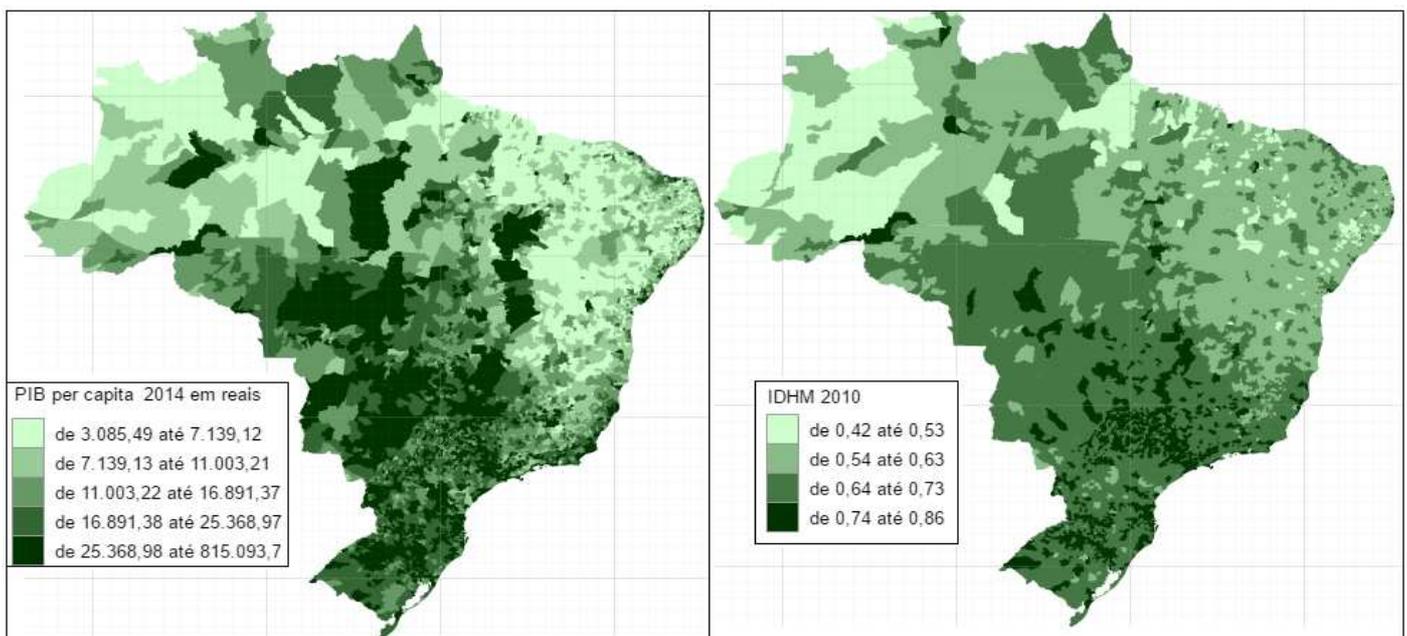


Analisando o rendimento nominal mensal por estado (gráfico ao lado), é possível perceber que, independentemente da região, a maior parte das residências brasileiras possui renda entre ½ e 1 salário mínimo (faixa laranja). Constata-se que os mais pobres – isto é, os que possuem maior população vivendo com menos de ¼ de salário mínimo – concentram-se no Maranhão, Piauí, Pará, Alagoas, Ceará, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Acre; estados da região nordeste e norte do Brasil. Nestes locais, a maior parte da população mora em domicílios sustentados por até ½ salário mínimo. A

surpresa fica por conta de estados como Pernambuco, Pará e Bahia que apesar de possuírem PIB elevado – conforme constatado acima – apresentam grande percentual de pobreza, falhando portanto, na distribuição de renda. Por outro lado, a maior proporção de domicílios sustentados com mais de cinco salários mínimos está no Distrito Federal, que apesar de não possuir PIB tão elevado quanto Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (segundo, terceiro, e quarto estado nesta categoria), é capital política e administrativa do Brasil.

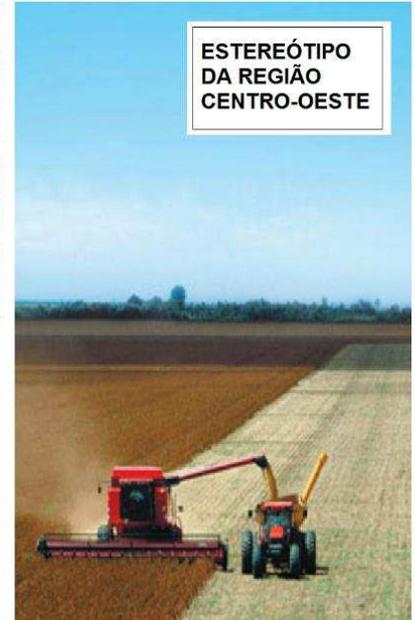
Nos **mapas abaixo** é possível comparar o PIB per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros. O IDH mede a **qualidade de vida da população** levando em consideração os fatores saúde, renda, e educação. Já o PIB per capita consiste no PIB dividido pela população. Novamente, é possível evidenciar as **disparidades regionais no Brasil**: enquanto o Sudeste, o Sul, e o Centro-Oeste estão em tons escuros, evidenciando maior renda e qualidade de vida; as regiões norte e nordeste aparecem em tons claros, revelando maior vulnerabilidade social. Convém ressaltar que apesar do Centro Oeste configurar grande volume de PIB – logo, alta produtividade – esta riqueza não necessariamente acompanha a qualidade de vida da população (conforme mapa da direita), denotando um possível cenário de concentração de renda; ou seja, um **descompasso entre qualidade de vida e a produção de riqueza**.

Brasil: PIB per capita (2014) e IDHM (2010) – IBGE



Apesar das profundas diferenças entre os diferentes territórios no Brasil, é importante não cairmos em preconceitos ou adotarmos **estereótipos regionais** que não condizem com a realidade. No imaginário popular, a visão do nordestino ainda é aquela do sertanejo que sofre com a seca e que recebe ajuda do governo; já a visão do sulista é daquele sujeito que se veste de vermelho e bebe chimarrão; do nortista, do morador da selva, ou “no meio do nada”; do centro-oeste, do agricultor ou pecuarista rico; e do sudeste, do trabalhador urbano. Conforme anteriormente dito, esta visão é equivocada: não é possível afirmar, por exemplo, que “todo o nordeste é pobre”, e tampouco que “todo o sudeste é urbano e desenvolvido”.

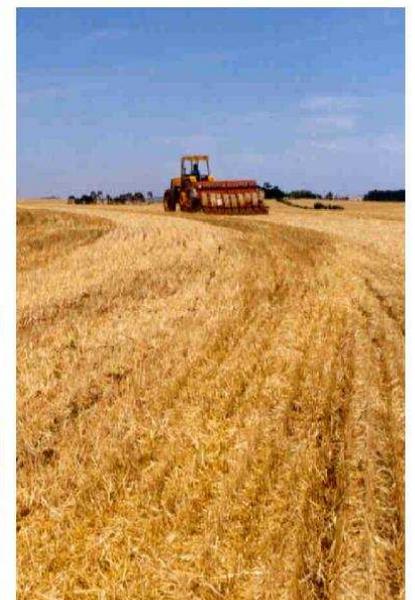
Brasil – Alguns estereótipos regionais



Brasil e seus estereótipos regionais: mesmo com o mundo cada vez mais informatizado, visão ainda persiste no país.

Acompanhando a montagem abaixo, vejamos alguns exemplos: dentro do vazio demográfico da Região Norte, existem grandes cidades, como Manaus (AM) e Belém (PA); próximo às grandes cidades do sudeste existem as maiores reservas de mata atlântica do Brasil; em meio à “seca” do nordeste, Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) situam-se um dos maiores polos de produção de frutas tropicais do Brasil; na região sul, apesar do pampa gaúcho e das araucárias, há imensas plantações de soja, principalmente no Paraná; por fim, no centro-oeste, região mais interiorana do Brasil, há praias simuladas por resorts de turismo, como em Caldas Novas (GO). Portanto, devemos admitir que apesar das regiões apresentarem características gerais que as definem, **a realidade do espaço geográfico é complexa e diversificada**, sendo exclusiva em cada contexto diferente, e deste modo, impossível de ser homogeneizada por rótulos.

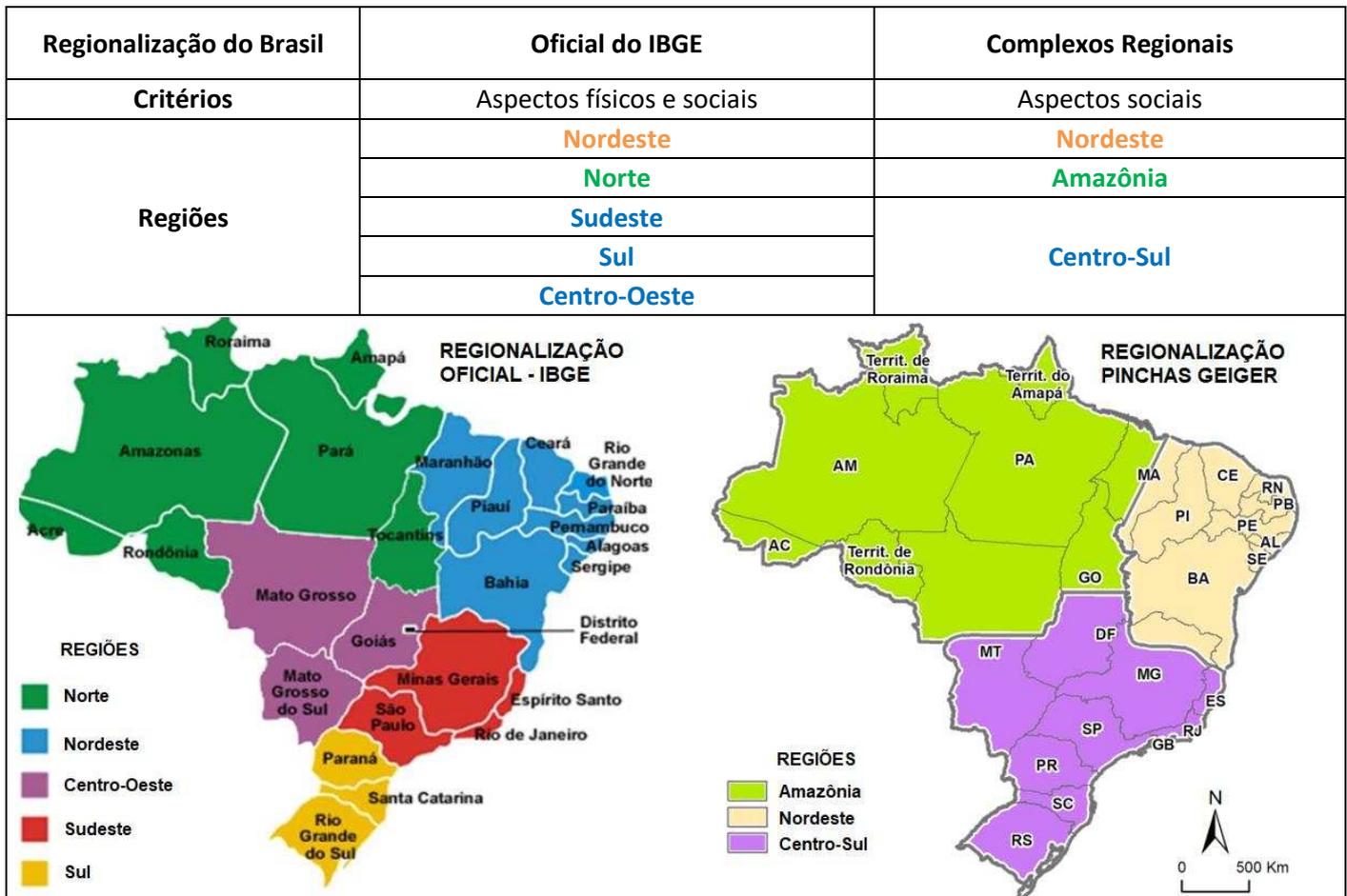
Brasil – Quebrando estereótipos regionais



Quebrando estereótipos regionais: Área urbana no Norte (AM); Reserva florestal no Sudeste (SP); produção de uva no Nordeste (BA), praia simulada no

Introduzindo os Complexos Regionais

Não queremos aqui reforçar estereótipos, mas regionalizar é preciso. Para este PDF, consideraremos a regionalização feita pelo em 1964 pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, que difere da classificação oficial do IBGE. Apesar de antiga, esta forma de divisão do território é amplamente utilizada em livros didáticos de Geografia, pois ao contrário do IBGE, Geiger dá um peso maior aos aspectos antrópicos (humanos), como **economia e processos históricos de ocupação**, tornando mais fácil a compreensão da Geografia Humana no território, exatamente o que pede o edital do IPHAN. Conhecida por “Três Brasis”, esta regionalização possui três Complexos Regionais, ou Complexos Geoeconômicos: **Amazônia, Nordeste, e Centro-Sul**.



Agora que você já entendeu porque não utilizamos a classificação territorial do IBGE, vamos ao que interessa: estudar a relação entre economia e território nos três complexos regionais: Centro-Sul, Nordeste, e Amazônia.

Complexo regional do Centro-Sul

Embora apresente grandes desigualdades intra-regionais, o **Complexo Geoeconômico do Centro-Sul**, subordinado aos polos urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro, é o mais desenvolvido do país, **englobando as regiões Sudeste, Sul, e Centro-Oeste do IBGE**. Nele situam-se as principais áreas industriais do Brasil, bem como as modernas empresas agrícolas e as principais sedes do capital financeiro globalizado.

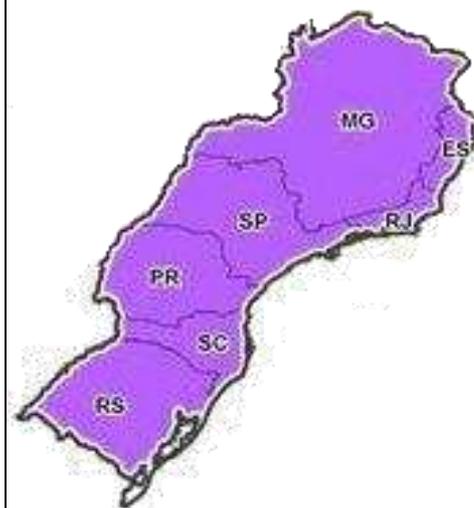


No **sudeste do Centro-Sul**, em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se as áreas de polarização e industrialização mais intensas, no qual a partir de suas metrópoles partem as redes de integração nacional. É neste local onde situa-se a **maior população, a maior renda, o maior investimento tecnológico, e a mais densa agricultura do país**.

No **sul do Centro-Sul**, em estados como Santa Catarina, Paraná, e Rio Grande do Sul, situam-se as áreas de colonização europeia e seus descendentes: em contraste à predominância dos climas equatorial e tropical no Brasil, trata-se de um território de clima subtropical. Assim como no Sudeste, o Sul também possui **indústrias de alta tecnologia**, principalmente em Santa Catarina e Paraná. Também possui a **agricultura menos desigual** do país, inclusive, com grande parte de produção familiar.

Já no **centro-oeste do Centro-Sul** – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Goiás – destaca-se a **economia agropecuária mecanizada**, onde observa-se a grande **integração entre indústria, agricultura, e pecuária**. Nesta área – onde predomina o bioma Cerrado – ocorre uma transição entre o sudeste modernizado e o precário norte do país, que está predominantemente preservado devido à Floresta Amazônica. Embora esteja situado no Centro-Sul, trata-se, portanto, da periferia do complexo regional. Vale destacar que esta área abriga também o **Distrito Federal** (Brasília e imediações), onde predomina a **economia de serviços** e a mais altas rendas do país.

A Região Concentrada – Onde a globalização é mais forte



O geógrafo Milton Santos chama a somatória das regiões Sul e Sudeste do Brasil de **Região Concentrada**. Conforme o próprio nome sugere, nesta área ocorre a maior **concentração de densidade técnica, espacial, financeira, e econômica do Brasil**, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, onde estão as cidades globais mapeadas pelo IBGE. É lá onde estão situadas as sedes das maiores empresas do país, bem como as mais robustas malhas de transporte e comunicação, e também a esmagadora maioria dos polos industriais. De acordo com Santos, a **Região Concentrada apresenta maior densidade de fluxos, caracterizando assim, “espaços iluminados”,** onde a infraestrutura é mais intensa. Trata-se, portanto, de uma área **mais ligada à globalização do que as demais**. Repare que o Centro-Oeste não está incluso nesta classificação.

É no Centro-Sul do país – principalmente nas porções sul e sudeste – onde ocorre a **maior densidade técnica e conectividade com os processos de globalização**. Esta área abriga **as maiores cidades do país** (São Paulo e Rio de Janeiro); e também, a única megalópole em formação, a **maior parte da população** brasileira, um dos maiores polos de **mecanização agrícola** do continente, a **rede de cidades mais densa** e integrada em território nacional, a **maior malha industrial** do Brasil (não obstante a desconcentração observada a partir dos anos 1970). A economia do Centro-Sul é, em síntese, tão dinâmica e diversificada, que é impossível resumi-la aqui. Para facilitar esta árdua tarefa, vamos dividir o Complexo Regional Centro-Sul entre **Região Concentrada** (somatório de sul e sudeste) e **Centro-Oeste**:

⇒ Região Concentrada (parte do Centro-Sul)

De acordo com estudo realizado pelo IBGE [fonte] (o qual retomaremos na próxima aula que envolverá Geografia Urbana), **São Paulo é o principal estado do Brasil**, cuja capital homônima concentra atualmente 5% da população e 10% do PIB do Brasil [fonte]. Sua **rede urbana é densa, povoada, bem articulada, e dotada de fartos sistemas de transporte e comunicação**. Nesta área do país, as intensas e consequentes ondas de migração interna e urbanização ocorridas entre as décadas de 1960 e 1990, produziram as maiores concentrações de renda e população do país, dinamizando todas as áreas da economia, em especial, o setor de serviços. No entanto, apesar da pujança econômica, o Centro-Sul também é caracterizado por profundas desigualdades espaciais, bem como inúmeros problemas ambientais decorrentes do crescimento desenfreado, como por exemplo, o desmatamento da Mata Atlântica e a poluição e contaminação dos recursos hídricos.

Além de grande expressividade na urbanização e na infraestrutura, o Centro-Sul também concentra o principal parque industrial do Brasil. **O estado de São Paulo, líder absoluto no setor, produz mais de 40% de todo o valor agregado à indústria de transformação no Brasil** [fonte]. Conforme veremos nos itens posteriores, a desconcentração industrial fez com que o setor secundário paulista se deslocasse para o interior: confrontando a hegemonia da Região Metropolitana de São Paulo, nas últimas décadas, as regiões metropolitanas de Campinas e São José dos Campos consolidaram-se como as principais referências tecnológicas na indústria brasileira.



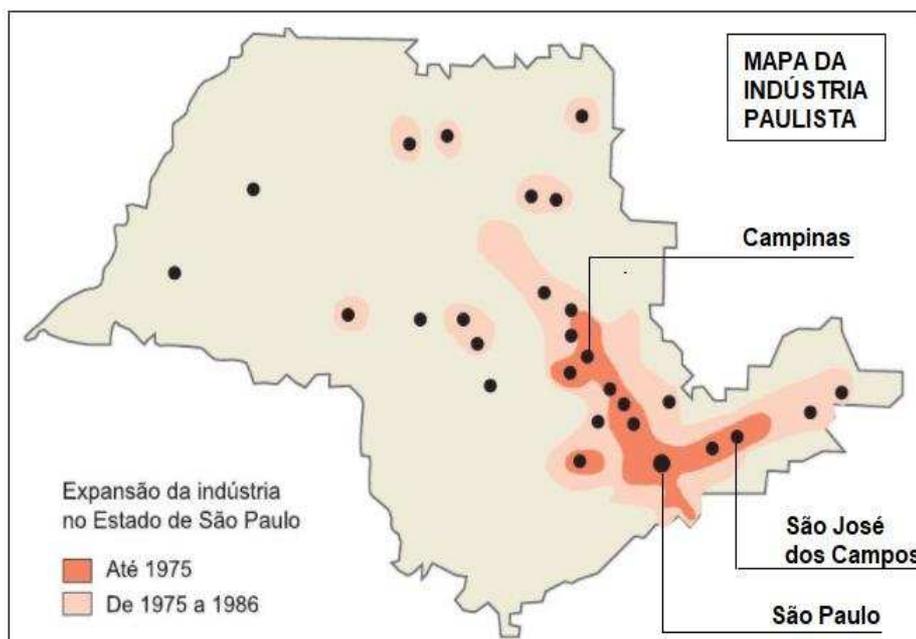
A região Centro-Sul é a mais rica do país, no entanto, sua paisagem não é só riqueza. Na foto, bairros do Brooklin e Paraisópolis, que estão a poucos quilômetros de distância em São Paulo, capital.

Situado no Vale do Paraíba paulista, o **Parque Tecnológico de São José dos Campos** possui modernas empresas voltadas às áreas de pesquisa, tecnologia, defesa e aeronáutica; como por exemplo, Embraer e Boeing (aviação), e Volkswagen e General Motors (montadoras de veículos); concentrando também importantes universidades e instituições de ensino [fonte] [fonte] [fonte]. Além do Vale do Paraíba, o interior de São Paulo também se destaca pela **Região Metropolitana de Campinas**. Conhecida como **Vale do Silício brasileiro**, Campinas abriga instalações de 50 das 500 maiores empresas do mundo; possuindo destaque no setor **tecnológico** (Hewlett Packard, Dell, IBM, Samsung, entre outras), na **produção automobilística** (Honda, Toyota, General Motors, Mercedes-Benz, entre outras) e no setor de **alimentos** (Kraft, Arcor, entre outras) [fonte].



São Paulo possui modernos e abrangentes parques industriais e tecnológicos. Na foto, produção de aviões em São José dos Campos (SP).

Instalado na década de 1970 nas bordas de Serra do Mar, quando a legislação ambiental era mais frouxa, o complexo ficou internacionalmente conhecido pelos **graves casos de poluição e contaminação** [fonte] [fonte].



O mapa da indústria paulista revela o movimento de desconcentração vivido pelo estado. A indústria cresce no interior e declina na capital. A metrópole torna-se cada vez mais um polo de serviços e distribuição.

por alguns, como o maior polo têxtil da América Latina [fonte] – e a microrregião de **Joinville**, que abriga indústrias de diversos setores [fonte].

Assim como ocorre com a indústria, a agricultura do Centro-Sul é bastante desenvolvida – e aí podemos incluir o Centro-Oeste também. Nesta região, ocorre um fenômeno já observado pelo geógrafo Henri Lefebvre, no qual a **forte mecanização da agricultura corrói a distinção entre as áreas rural e urbana**. A agricultura do Centro-Sul é tão interligada com a globalização e com o meio técnico-científico-informacional, que assemelha-se aos processos urbanos de produção. Neste modelo de alta produtividade,

São Paulo ainda possui outros importantes centros industriais. Embora tenha perdido importância relativa nas últimas décadas, a região paulista do **ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema)**, ainda é uma das principais áreas industriais do país, sobretudo nos ramos químico e automobilístico, abrigando importantes empresas como Volkswagen, GM, e Mercedes-Benz. Instalada entre os anos 1970 e 1980, a região possui mais de 24 mil indústrias, empregando aproximadamente 26% da população economicamente ativa [fonte]. Trata-se também, de um dos berços do sindicalismo no Brasil. Além do ABCD, a **Região Metropolitana de São Paulo** ainda se destaca pela produção industrial diversificada de municípios como **Guarulhos** e **Osasco**. Por fim, cabe citar o **Complexo Industrial de Cubatão**, que de acordo com a CIESP, constitui o maior polo industrial da América Latina, contando com 25 empresas de grande porte.

Além de São Paulo, a região Centro-Sul conta com relevantes centros industriais. No Rio de Janeiro, destacam-se as regiões da **Baía de Sepetiba** (Baixada Fluminense), **Niterói/Macaé** (economia petrolífera), e **Volta Redonda** (siderurgia). Devido à forte atuação da Petrobrás, no Rio de Janeiro, há especial atenção as indústrias vinculadas aos setores naval e petrolífero. Em Minas Gerais, destaca-se a indústria extrativa-mineral, protagonizada pela **Grande Belo Horizonte** e pelo **Quadrilátero Ferrífero**, em destaque para a produção de ferro vinculada à Companhia Vale do Rio Doce. Em Santa Catarina, salienta-se o **Vale do Itajaí** – considerado

destacam-se cultivo como **cana-de-açúcar** e **laranja** (São Paulo), **café** (Minas Gerais), **eucalipto** (Minas Gerais e Espírito Santo), **soja** e **milho** (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Goiás), e **algodão** (Mato Grosso e Goiás).



A agropecuária do centro-sul é globalizada, tem alto grau técnico e está intimamente ligada aos setores industrial e tecnológico. Na foto, Usina de Açúcar e Etanol em São Paulo.

Enquanto nas regiões sudeste e centro-oeste predominam as **monoculturas comerciais mecanizadas (em destaque à soja e à cana de açúcar)**, no sul do Brasil ainda persistem as policulturas de agricultura familiar. Embora nesta área também seja expressiva na produção de soja em grandes latifúndios (especialmente presentes no estado do Paraná) a **estrutura agrária da região sul não é tão desigual** quanto ocorre no Sudeste e no Centro-Oeste. Neste sistema familiar, destaca-se a **produção de vinho e erva mate** (Rio Grande do Sul); **arroz e feijão** (Paraná e Rio Grande do Sul), e **trigo** (Rio Grande do Sul) – este último, com maior grau de mecanização. É por isso que o Centro-Sul não possui um único padrão de agricultura, mas diversas formas de produção. Por fim, vale destacar que no extremo-sul do Brasil, especificamente no sul do Rio Grande do Sul, no bioma Pampa, a principal atividade é a **pecuária extensiva**, presente na região desde a colonização ibérica. [\[fonte\]](#).

| Resumão da economia do Centro-Sul | |
|-----------------------------------|---|
| Infraestrutura | Possui a maior densidade técnico-informacional do país, com modernos sistemas de transporte e comunicação. |
| Urbanização | Possui as cidades mais influentes do país: São Paulo, Rio de Janeiro, e Brasília. |
| Demografia | Abriga a maior parte da população brasileira, em grande parte oriunda da imigração de outras áreas do Brasil, sobretudo, do Nordeste. |
| Indústria | São Paulo representa mais de 40% do total nacional. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, e Santa Catarina também são expressivos. |
| Problemas | Há problemas sociais e impactos ambientais decorrentes da urbanização desenfreada e dos fenômenos de periferização. |

⇒ Região Centro-Oeste (parte do Centro-Sul)

Já no Centro-Oeste do Centro-Sul (ou simplesmente na Região Centro-Oeste do IBGE), a **agropecuária constitui a principal matriz econômica**. Grande parte deste crescimento ocorre no Centro-Oeste, em destaque para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Neste quesito incluem-se: a agricultura mecanizada, especialmente de soja e de milho; a pecuária extensiva, a agroindústria, e as demais formas de cultivo e criação de animais. Também entram neste circuito econômico as atividades indiretas daí derivadas

como o transporte de mercadorias, o processamento industrial, e também, as cidades cuja urbanização é intensificada por estes processos.

E não é pouca coisa: de acordo com o Governo Federal, **o agronegócio participa com 23% a 24% do PIB**, pois compreende, além das atividades primárias realizadas no estabelecimento, as atividades de transformação e de distribuição. Além disso, de acordo com o Governo Federal, **a agropecuária é um dos setores que está tirando o Brasil da crise**: somente em 2017, o crescimento acumulado do setor foi de 14,5% [fonte].

Comparação entre área do Cerrado e área da soja

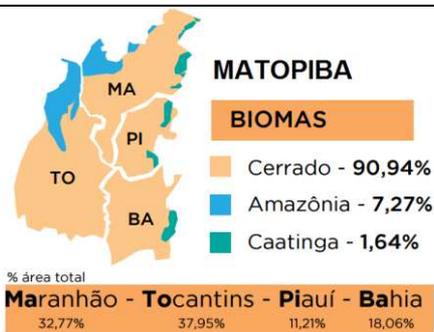


A distribuição do bioma Cerrado no Brasil (mapa da esquerda) coincide em grande parte, com as áreas de produção de soja mecanizada (mapa da direita)

Assim como ocorre na Amazônia, o solo do Cerrado – bioma presente no Centro-Oeste do Brasil – é naturalmente impróprio para grandes cultivos. No entanto, o bioma também é dotado de **características naturais favoráveis** à expansão agrícola, como topografia relativamente plana, regime de chuvas bem definido, e relativa fartura hídrica. Deste modo, a partir dos anos 1970, com o incentivo de projetos governamentais como a criação da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (1973)**, o Centro-Oeste – e também o bioma Cerrado – foram concentrando a maior parte da produção agropecuária brasileira (conforme evidenciado no mapa acima). Com a Revolução Verde e a consequente introdução de técnicas modernas como a utilização de sementes transgênicas, pesticidas, e máquinas específicas, **a partir dos anos 1970, o cerrado tornou-se a principal frente de expansão agrícola. O centro-oeste é responsável por 45% da produção de soja brasileira**, sendo Mato Grosso o maior produtor, com 1/3 do total nacional.

Se por um lado, a soja trouxe prosperidade econômica, por outro, um estudo realizado pela EMBRAPA [fonte] indica que **as áreas de produção de soja no Brasil “coincidem” com a cobertura original do Cerrado**, e portanto, são grandes responsáveis pelo desmatamento no bioma. E se **entre os anos 1970 e 1990, a soja “invadiu” os estados do centro-oeste, a tendência para os próximos anos é que se expanda para o Nordeste** – como já está acontecendo no oeste baiano (ver quadro abaixo) – e conforme veremos adiante, **também para a floresta Amazônica**.

MATOPIBA – A nova fronteira agrícola do Brasil



Região compreendida por parte dos estados de **Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia**. Trata-se de uma região **altamente promissora no aspecto agrícola**, essa região deverá produzir cerca de 24,4 milhões de toneladas de grãos em 2025/26 (**aumento de 91,3% em relação a 2015/16**) e uma área plantada de grãos entre 7,8 milhões e 10,3 milhões de hectares ao final do período das projeções. [[fonte](#)]

Além da agricultura mecanizada, a pecuária também é uma significativa fonte de renda para o Centro-Oeste. De acordo com a EMBRAPA, **o cerrado concentra mais da metade da produção de carne bovina do país**, havendo **um boi por hectare** neste bioma [[fonte](#)]. No entanto, de acordo com estudo da Universidade Federal de Goiás, em um período de cinquenta anos, **30% da cobertura original do bioma virou pastagem**, e quase 50% da cobertura original foi desmatada [[fonte](#)]. Vale destacar que apesar do elevado número de cabeças de gado, o maior problema é o tipo de pecuária exercida na região, que na maior parte ocorre de forma **extensiva**. Embora precise de menos investimentos, este tipo de pecuária demanda grandes áreas, fazendo com que intensifiquem-se os desmatamentos.



A agropecuária consiste na principal matriz econômica do Centro-Oeste. 25% do PIB brasileiro está ligada a este setor.

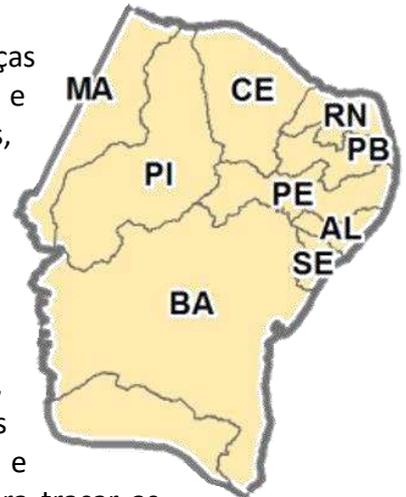
Tipos de pecuária

| | |
|------------------|--|
| Extensiva | Criação em grandes pastos, com baixo investimento. Quanto maior a área, maior a possibilidade de lucro. Este tipo de pecuária causa mais impactos ambientais . É praticada principalmente em países subdesenvolvidos. |
| Intensiva | Criação em confinamento, com alto investimento e elevado grau de mecanização. É praticada principalmente em países desenvolvidos, e causa menos impactos ambientais. |

Complexo regional do Nordeste

O **Complexo Geoeconômico do Nordeste** apresenta grandes diferenças internas, sendo a primeira região definitivamente ocupada pelos portugueses e explorada durante o período colonial. De acordo com o geógrafo Milton Santos, esta região consiste em uma área de povoamento antigo, onde a introdução do meio técnico-científico-informacional ocorre apenas de forma pontual e pouco densa. Baseada no trabalho humano, a agricultura nordestina apresenta **baixo grau de mecanização**.

Nesta região, a inserção de **territórios globalizados** (como alguns pontos da Zona da Mata e do Vale do São Francisco) ocorre apenas de forma esparsa, contrastando com o baixo nível de densidade técnica existente nas demais porções do território do Nordeste. É subdividida entre **Zona da Mata**, **Sertão**, e **Agreste**; ocorrendo ainda, uma quarta sub-região: o **Meio Norte**. Vamos agora traçar as características de cada uma destas áreas.



Nordeste não é tudo igual – A região e suas subdivisões

| | |
|--|--|
| | <p>Zona da Mata: Área litorânea úmida, de Mata Atlântica, solo fértil (massapé) favorável à agricultura. Com exceção de Teresina (PI) e São Luis (MA), todas as capitais encontram-se nesta sub-região. Concentra a mais expressiva economia do Nordeste, incluindo as indústrias de ponta.</p> <p>Sertão: Área interiorana semiárida, com Caatinga e solo impróprio à agricultura. Concentrando a maior parte da população rural, nesta área predomina a agropecuária de subsistência e também os piores indicadores socioeconômicos.</p> <p>Agreste: simplesmente a transição entre Zona da Mata e Sertão, combinando características de ambos.</p> <p>Meio Norte: Área de transição entre Amazônia e Cerrado, com predomínio do extrativismo vegetal.</p> |
|--|--|

Apesar de metrópoles bem estruturadas como Salvador, Recife e Fortaleza, a economia do nordeste – sobretudo no **Sertão** – ainda mantém alguns aspectos tradicionais, ainda resistindo a agricultura e a pecuária de subsistência, bem como a forte dependência do meio natural. É no sertão nordestino onde encontram-se os mais baixos índices pluviométricos do Brasil, o que dificulta o desenvolvimento agrário e econômico da região (embora este desenvolvimento não esteja totalmente condicionado ao clima). A porção **Meio-Norte**, região característica pela criação de gado e pelo extrativismo de babaçu, tanto em relação aos aspectos naturais quanto sociais, consiste em uma área de transição entre a Caatinga semiárida e a Amazônia úmida. Na **Zona da Mata** (litoral), de clima úmido e Mata Atlântica, ainda predomina a economia canaveieira, porém, observam-se estruturas relativamente modernas como equipamentos portuários e industriais, e também, algumas das principais cidades do Brasil.

Do ponto de vista econômico, o Nordeste vem sendo **ocupada desde o início da colonização** portuguesa no Brasil. Em meados do século XVII, enquanto a Mata Atlântica do litoral era suprimida para dar

lugar aos plantations de cana de açúcar, as Caatingas do agreste e do sertão eram desmatadas para ceder espaço às **pastagens de gado** que alimentariam o incipiente mercado urbano do litoral.

O nordeste é a região que possui o **menor grau de urbanização**, com 27% da população vivendo em áreas rurais; sendo também, uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Devido a estes e outros fatos, atualmente, a economia predominante no sertão nordestino é a **agricultura e a pecuária de subsistência**. Embora no mundo contemporâneo o sertanejo já conte com maior acesso às tecnologias modernas – como a substituição do transporte de mulas pelas motocicletas – as tradicionais formas de economia ainda persistem, pois o sertanejo ainda retira do solo aquilo que lhe é necessário para sobreviver.



Paisagem típica da caatinga: clima semiárido e economias de subsistência.

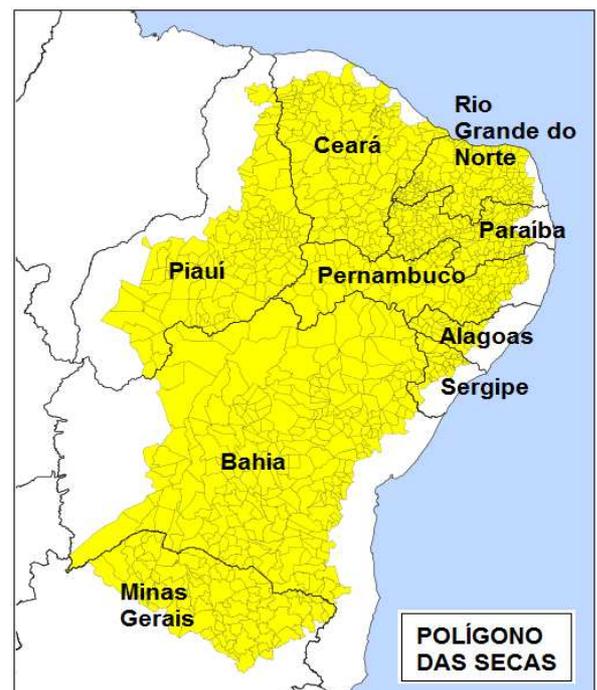


A carnaúba é o principal produto de extrativismo vegetal na Caatinga.

Assim como ocorre na Amazônia, o **extrativismo vegetal** também é importante para a região – embora em menor grau que na região norte do país. Junto com o babaçu oriundo principalmente da Mata dos Cocais no Maranhão, um dos principais “produtos” extraídos da floresta é a **carnaúba**; encontrada principalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte e em menor densidade no Tocantins, Goiás, no Norte de Minas Gerais e vale do São Francisco. De acordo com o Ministério da Agricultura, **tudo na carnaúba pode ser aproveitado**: tronco, frutos, folhas, palmito, raízes e as sementes; servindo para alimentação, artesanato, cosméticos, produtos farmacêuticos, adubação do solo, e até servindo à indústria automobilística. [fonte]. O nordeste ainda é responsável pela maior produção de sal do Brasil, em especial Rio Grande do Norte, líder absoluto no setor [fonte].

O Nordeste sofre com inúmeros problemas sociais, muitos deles advindos das **prolongadas secas** que afligem a região. Inclusive, durante quase todo o século XX, área constituiu um polo de dispersão populacional, com a emigração para as demais regiões do Brasil – tendência que só foi se reverter no século XXI com a imigração de retorno. No entanto, **não é correto afirmar que a pobreza do nordeste é fruto das condições naturais da Caatinga**. Isto ocorre principalmente devido às más políticas públicas, ao coronelismo, à “indústria da seca”, e às condições históricas de desigualdade fundiária e social. Ou seja, **a pobreza está mais vinculada aos fatores sociais do que aos naturais**. Exemplos disso são as prósperas agriculturas de Israel e da Califórnia (Estados Unidos), que contam com sistemas naturais hostis ao cultivo.

Inclusive, quando falamos em “semiárido” não estamos nos referindo somente à uma unidade climática, mas também à uma **unidade administrativa** criada pelo governo brasileiro para distribuir fundos de auxílio à seca. Trata-se do **Polígono das Secas**, área que atende os seguintes critérios: a) **precipitação média anual inferior a 800 milímetros**; b) índice de aridez de até 0,5 calculado pelo



Polígono das secas: delimitação oficial do semiárido brasileiro.

balanço hídrico e, c) risco de seca maior que 60%. De acordo com estes parâmetros, portanto, o semiárido brasileiro (ou o Polígono das Secas) passou a englobar 1.133 municípios. Estes, passaram a ter direito de receber 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), além de subsídios e créditos agrícolas. [\[fonte\]](#).

Devido à baixa disponibilidade de água, a maior parte da população da Caatinga é abastecida pelo sistema de **cisternas**, que consistem em reservatórios domésticos para a captação da água da chuva. O suprimento de água – tanto para o consumo humano quanto para o animal ou até mesmo irrigação – também é realizado por meio de **açudes** artificialmente construídos no sertão. Embora suas implementações nem sempre sejam feitas por critérios técnicos, mas também políticos, estes equipamentos técnicos são de vital importância para a sobrevivência das populações sertanejas.



Captação de água em área rural via implantação de cisternas.

Embora o Nordeste seja conhecido pela sua pobreza, seca, e precariedade nos meios de produção, **a região possui polos de excelência agrícola, industrial, e turística**, a maioria localizada no litoral da Zona da Mata. A **produção de cana-de-açúcar do Nordeste é a segunda maior do Brasil**, com destaque para Pernambuco e Alagoas – que desde o período colonial dedicam parte de seus solos a este fim. Além disso, de acordo com a EMBRAPA, **a Região Nordeste² responde por 27% da produção nacional de frutas**, destacando-se em diversos cultivos como coco, goiaba, mamão, manga, maracujá, abacaxi e melão. Esta produção está concentrada principalmente no irrigado **Vale do São Francisco**, onde também registra-se grande produção de vinho. [\[fonte\]](#). No oeste baiano – em municípios como Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, parte do MATOPIBA – ainda destaca-se a produção de soja mecanizada para exportação.



Apesar de ser conhecido pela agricultura de subsistência, o Nordeste possui vários polos agrícolas de ponta: nas fotos, soja do oeste baiano, uva do Vale do São Francisco, e cana-de-açúcar do litoral pernambucano.

² Aqui, a EMBRAPA refere-se a Região Nordeste do IBGE, e não a de Pinchas Geiger.



Complexo Industrial e Portuário de Camaçari (Bahia), um dos maiores do Brasil, exemplo da prosperidade industrial do Nordeste.

O litoral nordestino também apresenta importantes centros industriais. O **Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)**, abriga mais de 70 empresas de diversos setores como energia, alimentos, produção de plásticos, metais, e demais artefatos [fonte; fonte]. Nas proximidades de Suape, está instalada a refinaria Abreu e Lima, da Petrobrás; a fábrica da Jeep, e as instalações da Queiroz Galvão. Destaca-se também, o **Polo Petroquímico de Camaçari (BA)**. Trata-se do maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, com mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústria automotiva, de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços; destacando-se a presença de empresas como Ford (automóveis), Basf (química) e Bridgestone (pneus) [fonte]. Também merece ser mencionada a indústria cearense, em especial o **Complexo Industrial e Portuário de Pecem (CE)**, no qual destacam-se os setores de petróleo

e siderurgia.

Além disso, o **Nordeste é líder no setor de turismo, sendo o principal destino doméstico no Brasil** [fonte]. As cidades do Nordeste – especialmente Fortaleza, Natal, Recife, Porto Seguro e Salvador – são os **principais destinos de interesse dos turistas europeus** que visitam o Brasil [fonte]. A inserção do Nordeste na cadeia global do turismo tem trazido profundas modificações nas paisagens e economias regionais: um estudo acadêmico aponta que no ano 2000, havia apenas um resort no litoral nordestino; porém, em 2015, já eram **19 resorts pertencentes a 13 redes internacionais**; estimulando empregos como de garçons, camareiras, recreadores e babás [fonte].



O litoral nordestino é o principal destino de turistas brasileiros e estrangeiros, o que estimula o setor de serviços.

| Resumão da economia do Nordeste | |
|---------------------------------|---|
| Agricultura | Principais gêneros: cana-de-açúcar (litorais de Pernambuco e Alagoas), soja (oeste da Bahia), e frutas (Vale do São Francisco). Os sertanejos praticam agropecuária de subsistência. |
| Extrativismo | Principais gêneros: babaçu (Maranhão), carnaúba (subregião do Meio Norte), e sal (Rio Grande do Norte, em especial Mossoró) |
| Indústria | Complexos de Camaçari (Bahia), Suape (Pernambuco) e Pecém (Ceará); todos no litoral. |
| Turismo | É o destino preferido dos brasileiros e dos estrangeiros, o que dinamiza o setor de serviços. |
| Geografia física | <i>Sertão</i> : solo infértil (rochoso), clima semi-árido com vegetação de Caatinga. <i>Zona da Mata</i> : solo fértil (massapé), clima tropical e vegetação de Mata Atlântica. |

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2004

Nos últimos anos, constata-se um processo de mudança no desenho regional brasileiro em que se nota uma certa desconcentração das atividades econômicas depois de décadas de intensa concentração em São Paulo. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

01) O processo de desconcentração identificado é seletivo, pois o Nordeste do país é ainda uma região fora do alcance desse processo.

Embora o sertão nordestino esteja pouco integrado à esta nova realidade, a zona da mata – próxima ao litoral – apresenta significativas áreas industriais, em especial na Bahia, em Pernambuco, e no Ceará. Especialmente no nordeste, estas áreas são intimamente integradas ao setor portuário. Gabarito: Errado

02) O processo de industrialização vivido pelo país, ao promover maior integração do território, minimizou as disparidades entre as regiões brasileiras, originárias da política agroexportadora herdada do passado.

O Brasil se industrializou, mas ainda continua apresentando um território de profundas desigualdades. Gabarito: Errado

Complexo regional da Amazônia

O **Complexo Regional da Amazônia** compõe um grande território, que na maior parte, é desprovido de população e ocupado de grandes domínios naturais. Com exceção do observado em Belém e Manaus – onde habita a esmagadora maioria da população – a rede urbana do Norte é frágil e pouco volumosa. Na **Embocadura Amazônica** – onde situa-se a foz do Rio Amazonas e a cidade de Belém – a densidade populacional é mais elevada, e a economia é mais dinâmica. Destaca-se, neste sentido, o setor de serviços, a exportação de minério de ferro e manganês, a exportação de pimenta do reino, e a criação de gado.



No **Vale Amazônico** – isto é, nas planícies aluviais do Rio Amazonas – além da cidade de Manaus (que é a principal cidade da região), destaca-se a produção agrícola de subsistência de gêneros como mandioca, milho, e criação de animais. Portos fluviais de Santarém, Óbidos, Parintins e Itacoatiara funcionam como centros regionais de circulação. Nos **Afluentes do Rio Amazonas**; ou seja, nas áreas mais isoladas, a população se distribui de forma dispersa e linear, sempre margeando os cursos d’água. A economia destas regiões ribeirinhas é voltada ao extrativismo, principalmente de borracha e castanha do pará. Em **Roraima**, unidade pouco conectada ao restante do país, destaca-se a presença de pequenos garimpos e a criação extensiva de gado. O complexo geoeconômico em questão também possui uma vasta área não habitada, denominada por Pinchas Geiger de **Aneúmeno Amazônico**, onde predomina a massa florestal.

De acordo com o geógrafo Milton Santos, a **Região Amazônica é composta por “espaços opacos”, isto é, sem atratividade para o grande capital, com pouca infraestrutura e baixa densidade técnica** (as exceções ficariam por conta de Manaus e Belém, dois grandes centros demográficos e industriais). Sendo caracterizada como região de “rarefações demográficas”, a Amazônia apresenta um **território viscoso**, isto é, de baixa fluidez de comunicação, transporte, e circulação de pessoas; cuja movimentação ainda depende do lento **transporte hidroviário**. Em comparação com as demais regiões, foi a última a receber técnicas de mecanização agrícola – sendo ainda muito restritas às bordas deste complexo regional.

⇒ Retrato econômico da Amazônia

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a **Amazônia possui mais de 80% de cobertura florestal original**, constituindo assim, uma **cobertura florestal preservada e conservada** [fonte]. Devido a este fato, historicamente a economia amazônica esteve atrelada ao **extrativismo vegetal**; isto é, à extração econômica de produtos da natureza.

Neste sentido, a **borracha extraída do látex** das seringueiras amazônicas foi o principal produto regional no final do século XIX e início do século XX, tendo sido expressivo também durante a Segunda Guerra Mundial. Curiosamente, na década de 20, Henry Ford – produtor de carros que necessitava de borracha – adquiriu uma grande propriedade no Pará para plantar seringueiras, empreitada que fracassou. Hoje o local, que está abandonado, sendo conhecido como **Fordlândia**. Atualmente – sobretudo em estados como Acre, Amazonas e Rondônia – a borracha continua sendo produzida, mas em volume pouco significativo.



Látex da seringueira

Atualmente, com o fim dos ciclos da borracha, o extrativismo vegetal ocorre de forma mais significativa com outros produtos. Apesar do nome, a **castanha-do-pará** – conhecida no exterior como *brazil nut* – é extraída em vários estados como Amazonas e Tocantins e não só no Pará. O fruto é obtido de forma primitiva nas partes altas da floresta (terra firme), sendo majoritariamente destinado à exportação: de acordo com pesquisadores da USP, somente 2% da castanha-do-pará é consumida no mercado nacional [fonte]. Outras espécies de extrativismo incluem: o **guaraná**, extraído no Amazonas e base para refrigerantes, estimulantes, e indústria farmacêutica; e o **babaçu**, extraído no Tocantins e no Maranhão, já nas proximidades do Cerrado, cujas amêndoas são aproveitadas na indústria de alimentos.



Castanha do Pará

O **extrativismo mineral** também é bastante expressivo na região amazônica: juntamente com o Maranhão, o Pará abriga o Programa Grande Carajás (PGC), uma extensa área de extração de ferro em meio aos rios Xingu, Tocantins e Araguaia; que começou a ser operada desde os anos 1970 pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em **Carajás (PA)** situa-se a **maior mina de ferro do mundo**, responsável por grande parte das exportações brasileiras para a Europa e para a China. O Pará também é rico em ouro, manganês e bauxita.

Durante os anos 1980, a descoberta de ouro em **Serra Pelada (PA)** atraiu cerca de 100 mil garimpeiros para a região. Estima-se que foram extraídas mais de 50 toneladas de ouro, de forma legal ou contrabandeada [fonte]. Com a promessa de ficarem ricos, garimpeiros trabalhavam de forma arriscada e insalubre, muitos inclusive morrendo em trabalho. Alguns enriqueceram, outros perderam tudo. No extremo-norte do Brasil, o **estado de Roraima também ficou famoso pelo extrativismo mineral**, principalmente de ouro e diamante. Durante os anos 1940, devido ao garimpo, o até então Território Federal de Rio Branco (posteriormente Território Federal de Rondônia) passou por um surto de crescimento urbano.



Altamente impactante, o extrativismo mineral é bastante expressivo na Amazônia. Na foto, ex-garimpo de Serra Pelada (PA)

Atualmente, no entanto, a maior parte da economia roraimense vem do setor de serviços.

Ao contrário do extrativismo vegetal – que é menos prejudicial ao meio ambiente – **o extrativismo mineral provoca grandes impactos**. A extração de ouro, por exemplo, utiliza mercúrio para identificar e dar liga ao mineral; e sendo altamente poluente, o mercúrio contamina o solo, as águas, e o ar. As atividades garimpeiras também provocam o desmatamento e a conseqüente intensificação de processos erosivos, a contaminação de águas superficiais, a mortandade de peixes, e a poluição sonora. Além disso, o **garimpo ilegal**, muito frequente no Pará e em Roraima, tornou-se um grande problema no Brasil, pois ao contrário dos garimpos legalizados, neles não são aplicadas as devidas legislações ambientais.

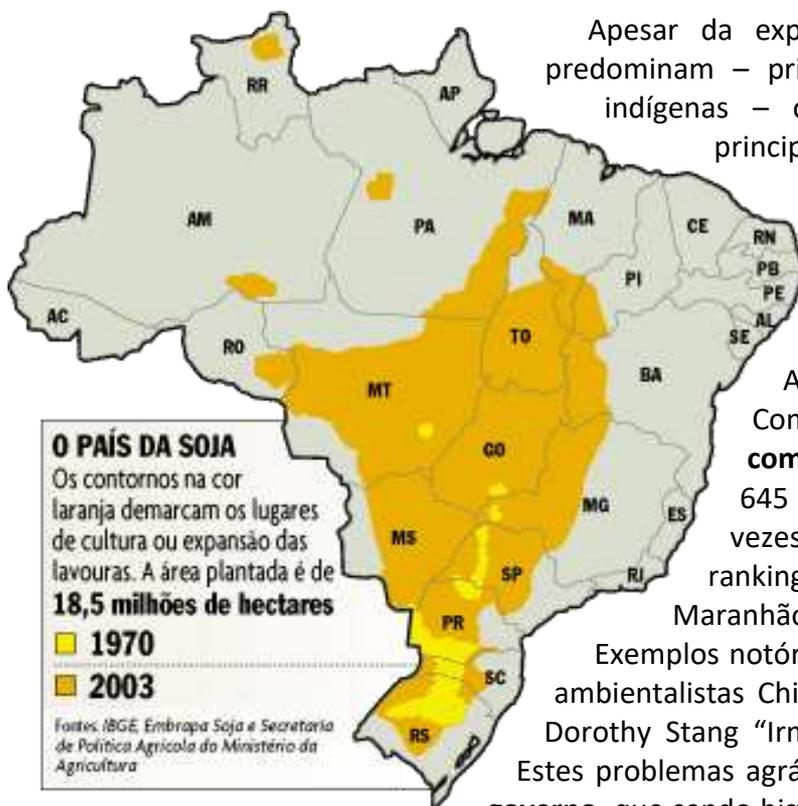


Garimpo ilegal no Pará. Atividade exerce grandes impactos no meio natural.

É comum a **extração de minério em terras indígenas**. Um estudo recente conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), mostra que, por exemplo, a contínua invasão ilegal de garimpeiros em seu território tem trazido **graves consequências para a Terra Indígena Yanomami**, em Roraima: algumas aldeias chegam a ter 92% das pessoas examinadas contaminadas por mercúrio [[fonte](#)].

Por mais contraditório que possa parecer, a agropecuária também é outro grande problema ambiental no bioma amazônico: apesar de ter 80% de floresta nativa preservada, **é nas bordas da Amazônia onde se encontram as fronteiras agrícolas modernas**. Inicialmente introduzida na região sul nos anos 1960, a soja passou para a região centro-oeste na década de 1970 – onde rapidamente se tecnificou e se projetou para o exterior –; e a partir dos anos 1990, para a região nordeste, onde estabeleceu-se entre a caatinga e o cerrado. Atualmente, no entanto, **a soja expande-se no sentido de Rondônia, do norte do Mato Grosso, do Tocantins, e do sudeste do Pará**, em pleno solo amazônico, o que poderá comprometer a qualidade ambiental da região.

Além disso, devemos ressaltar que o **Pará abriga cerca de 8% do rebanho bovino brasileiro**, também constituindo área de expansão da pecuária no Brasil. Do mesmo modo, Rondônia – que já está bastante desmatada – abriga mais de 6% do rebanho nacional, também sendo grande produtora de café robusta. A Amazônia, no entanto, **possui solo pobre**, de grande carga sedimentar, naturalmente impróprio para o cultivo em larga escala; que graças às modernas técnicas agrônômicas, possibilitam a produção agrícola.



Apesar da expansão dos latifúndios na Amazônia, ainda predominam – principalmente nas comunidades ribeirinhas e indígenas – os **cultivos de subsistência**, destacando-se principalmente as produções de mandioca, milho, e animais para abate. Neste contexto, catalisados pelas grandes desigualdades, pela falta de fiscalização, pela grilagem de terras, e pela ação de grupos organizados, os conflitos de terra são uma realidade na Amazônia, principalmente no Pará. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), **o Pará é o estado com mais mortes e conflitos no campo**, registrando 645 mortes 1985 e 2013. O número é quase cinco vezes maior que o registrado pelo segundo estado no ranking de assassinatos por questões fundiárias, o Maranhão, com 138 casos no mesmo período [fonte].

Exemplos notórios de assassinatos na Amazônia foram os dos ambientalistas Chico Mendes (assassinado em 1988 no Acre) e Dorothy Stang “Irmã Dorothy” (assassinada em 2012 no Pará). Estes problemas agrários são acentuados pela **falta de suporte do governo**, que sendo historicamente negligente com a reforma agrária, fornece mais benefícios políticos e creditícios aos grandes produtores do que aos pequenos.

Conforme vimos anteriormente, **grande parte da economia amazônica foi fruto de incentivos estatais**, sobretudo os realizados durante o regime militar. Uma destas iniciativas deu origem a **Zona Franca de Manaus**, implantada na capital do estado do Amazonas em 1967. Viabilizada por **generosos incentivos fiscais**, a Zona Franca tinha como objetivo **viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental**, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, e garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras [fonte].

Atualmente, este polo possui **aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia** gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, produtos agropecuários, entre outros [fonte].

PRODUZIDO NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS



CONHEÇA A AMAZÔNIA

Logomarca da Zona Franca de Manaus:
incentivos fiscais para estimular a indústria na floresta.

CESPE – Oficial (CBM AL) – Combatente – 2017

Julgue o próximo item, acerca da formação territorial e de questões ambientais brasileiras.

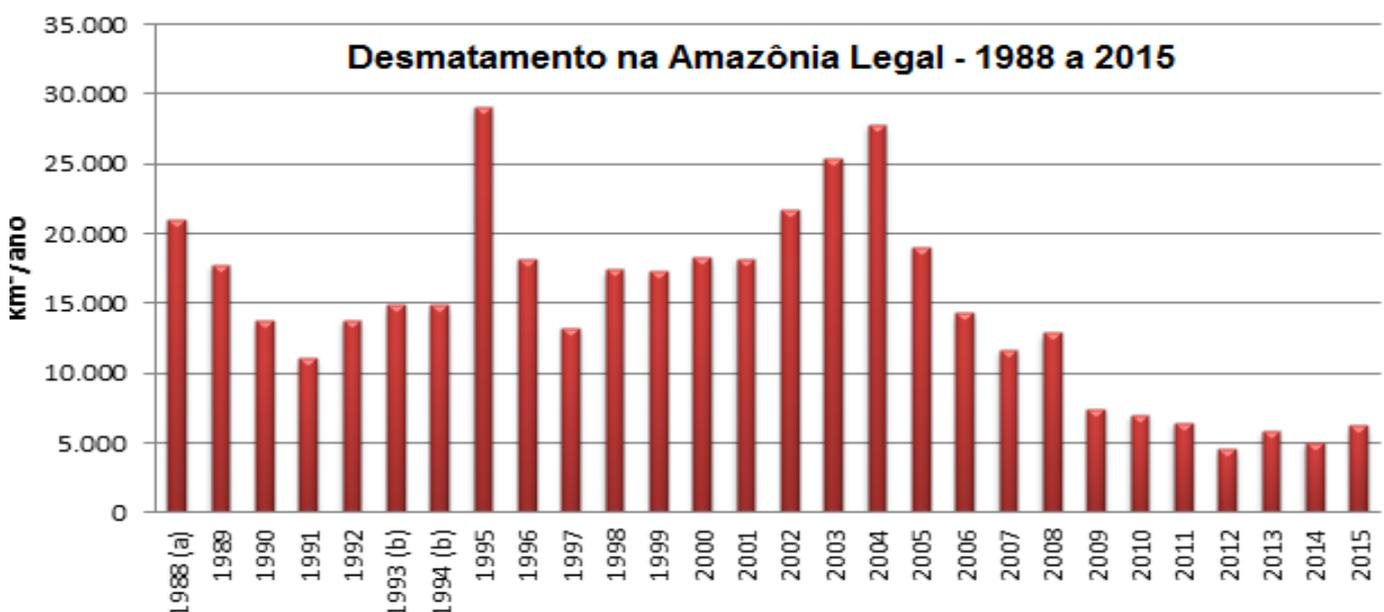
- 1) Os estados da região Norte do Brasil são predominantemente agrários e extrativistas, com reduzida urbanização e sem rede de telecomunicações eficiente e investimentos voltados à industrialização, razão por que encontram dificuldades de inserção no processo de articulação territorial regional/global.

É verdade que a Região Norte do Brasil possui menor densidade técnica de comunicações e transporte, mas ao contrário do afirmado na questão, esta região possui SIM investimentos em industrialização. O exemplo mais nítido é a Zona Franca de Manaus. Gabarito: Errado.

⇒ Desmatamento na Amazônia

Apesar da Floresta Amazônica estar seriamente ameaçada pelas atividades antrópicas, o **desmatamento vem caindo desde 2004**. Entre os motivos que acarretaram nesta diminuição estão, por exemplo, a implantação de programas governamentais como Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a melhoria da economia, que diminuiu as atividades ilegais na região. No entanto, o principal catalisador dessa redução foi a **suspensão de crédito às empresas “desmatadoras”** e a **certificação de carne e de soja que não viessem de áreas desmatadas** [fonte]. Mesmo assim, juntamente com a grave crise econômica e política evidenciada nos últimos anos, **o desmatamento voltou a crescer após 2014**. Inclusive, devido a este fato, recentemente a Noruega – maior financiadora do Fundo Amazônia – resolveu, em ato questionador, diminuir drasticamente a verba destinada à proteção do bioma. O país nórdico já investiu quase R\$ 3 bilhões em projetos de preservação e proteção de povos indígenas e da Amazônia – o Brasil recebia o equivalente a R\$ 400 milhões por ano. [fonte].

Este monitoramento é feito por meio de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que mantém conjuntamente o **projeto PRODES**. Este projeto realiza o **monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal** e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, sendo sadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. De acordo com o próprio PRODES, as taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal [fonte].



Como se não bastassem as questões madeireiras, minerárias e agropecuárias, **a Amazônia é o segundo bioma que mais sofre com queimadas no Brasil**, atrás apenas do Cerrado – conforme do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Embora muitas vezes seja provocada por raios, a maior parte das queimadas está diretamente relacionada com atividades humanas como a queima de vegetação e a abertura de pastos. Veremos este assunto detalhadamente no item sobre “Cerrado”.

⇒ Geopolítica da Amazônia: o controle de fronteiras

Sabemos que o controle de fronteiras é essencial para a soberania nacional. Na Amazônia, contudo, este monitoramento é especialmente delicado por dois motivos: primeiramente, **dos 17 mil quilômetros de fronteiras brasileiras, nove mil estão na Amazônia** [fonte; fonte]; ou seja, quase a metade. Além da extensa linha de fronteira, **a densa floresta e o vazio demográfico dificultam o monitoramento** efetivo destas áreas. Na imensidão da floresta, é fácil escoar **drogas e produtos de contrabando**, especialmente na **tríplice fronteira com Peru e a Colômbia**, que são os maiores produtores de cocaína do mundo. Só em Manaus, principal destino dos entorpecentes que entram pela fronteira, o volume de drogas apreendidas cresceu nada menos que 1.324% entre 2011 e 2015 de acordo com a Secretaria de Segurança do Amazonas [fonte].



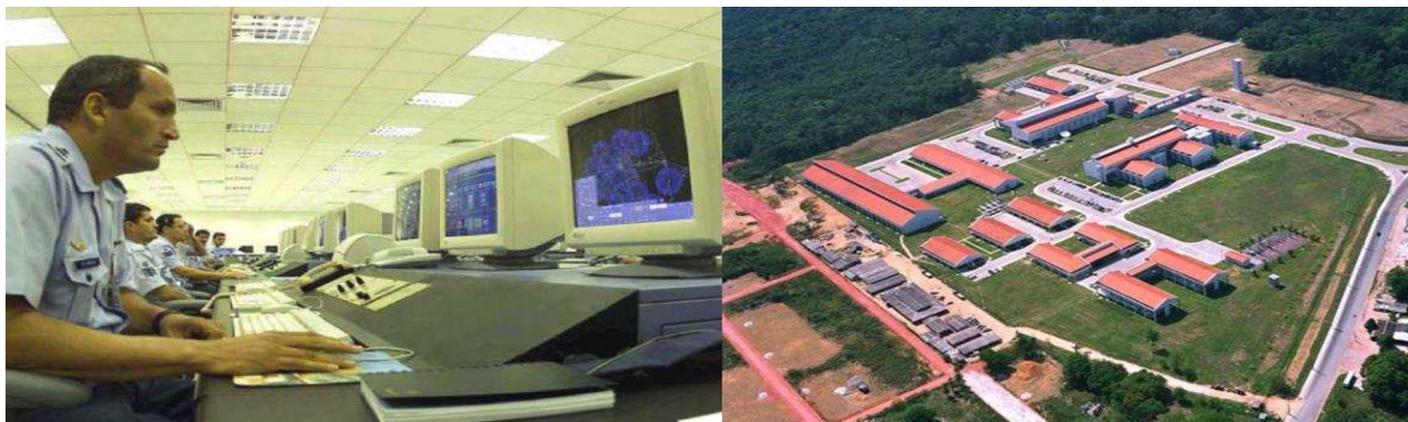
Na imensidão da Amazônia (foto) fica difícil controlar o fluxo de mercadorias ilegais.

Apesar das falhas operacionais, o governo brasileiro admite a importância da região amazônica para a soberania nacional. Nos anos 1970, o governo militar empreendeu o **Projeto Radam (Projeto Radar da Amazônia) (1970-1985)**, que visava a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia. O projeto RADAM recomendou, ao final, a criação 35 milhões de hectares de unidades de conservação de proteção integral e mais 71 milhões de hectares de uso sustentável na Amazônia [fonte].

Em 1985, após a redemocratização do país, foi empreendido o **Projeto Calha Norte (1985)**. Com intensa participação das Forças Armadas, o projeto busca ocupar militarmente as fronteiras amazônicas. Inicialmente desenvolvido apenas ao norte do Rio Amazonas, o Calha Norte está presente também na Ilha do Marajó (PA) e na região ao sul da bacia do Amazonas, alcançando os limites dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Atualmente, o Programa abrange 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) [fonte].

Em 2002, o governo implantou o **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**. Trata-se de um projeto do Exército para aprimorar o patrulhamento e o controle das fronteiras do país. No entanto, o SISFRON só cobre 660 quilômetros, cerca de 4% das fronteiras nacionais, o que põe em xeque a sua real eficácia. [fonte].

Um dos mais importantes projetos neste sentido foi o estabelecimento do **Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) (2002)**, o qual faz parte do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Este sistema é responsável pelo **controle ambiental** do bioma, envolvendo ações como o controle do tráfego aéreo, o monitoramento das condições meteorológicas, o controle de ações de contrabando, entre outros. [fonte].



Sede do SIVAM em Manaus (AM), inaugurado em 2002: infraestrutura majestosa e tecnologia de ponta. Sistema de capital estrangeiro diminuiu o desmatamento, mas irritou nacionalistas.

Um dos pontos mais polêmicos do SIVAM diz respeito ao seu financiamento, que é feito por meio de um **convênio entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos**. A utilização de verba e tecnologia estrangeira neste empreendimento catalisou as discussões sobre a soberania nacional [fonte]. Esta desconfiança com o capital estrangeiro ocorre desde pelo menos o final do século passado, quando vários líderes políticos, entre eles Mikhail Gorbachev (URSS), Al Gore (EUA), e François Mitterrand (França), questionaram a capacidade do Brasil de preservar a Amazônia. Para o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, **“ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é só deles, mas de todos nós”** [fonte]. Não cabe aqui fomentar o debate da internacionalização do bioma: no entanto, é importante saber que dadas as possíveis pretensões estrangeiras na Amazônia, **o estabelecimento do SIVAM, de financiamento norte-americano, foi visto com extrema desconfiança** por vários setores da sociedade.

Para além do SIVAM, uma das políticas territoriais mais recentes da Amazônia foi o estabelecimento da **Estratégia Nacional de Defesa (2012)**, que trata, entre outros temas, sobre a organização e a articulação das Forças Armadas. Um dos itens deste documento afirma que o exército deve **“priorizar a região amazônica”** em suas ações, passando “pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença” [fonte].

⇒ **Amazônia e a questão da Biopirataria**

O aumento da biotecnologia e das pesquisas em produtos farmacêuticos e alimentícios evidenciaram a relevância da biotecnologia no século XXI. Cada vez mais, **o acesso ao material genético vai tornando-se cada vez mais estratégico**, caracterizando assim, um novo elemento no jogo geopolítico global. De acordo com estudo acadêmico [fonte], **o Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, concentrando entre 15% a 20% do número total de espécies do globo**. Neste contexto, a Amazônia vai ganhando projeção internacional. Empresas multinacionais – especialmente europeias e japonesas – vêm concentrando seus esforços para a **apropriação de conhecimentos de comunidades** tradicionais como indígenas, ribeirinhos, e agricultores.

O que é biopirataria?

É a apropriação de conhecimentos e de recursos genéticos de comunidades tradicionais, agricultores e indígenas, por indivíduos, instituições e empresas que procuram o controle exclusivo do monopólio sobre seus recursos e conhecimentos. [fonte]

Neste sentido, várias **empresas europeias e asiáticas têm registrado patentes de produtos da Amazônia**. Um dos casos mais polêmicos é o do **cupuaçu**, fruto típico do bioma, que foi registrado no Japão em 1998 pelas multinacionais *Asahi Foods* e *Cupuaçu International*. O Brasil só descobriu a patente em 2002, quando uma cooperativa de produtores de doces foi impedida de exportar derivados da fruta com esse nome para a Alemanha. Em 2008, após intensos esforços de advogados e embaixadores brasileiros, o registro do cupuaçu foi cancelado, voltando a ser genuinamente brasileiro [fonte].



Cupuaçu

Em 2011, o IBAMA notificou cerca de 30 instituições de pesquisa e 70 empresas – muitas delas multinacionais que atuam no Brasil – investigadas por **coleta ilegal de material genético da biodiversidade**. Segundo o Ibama, as investigações indicam um "volume gigantesco" de elementos da biodiversidade brasileira enviados ilegalmente para o exterior por empresas dos ramos de cosméticos, medicamentos, alimentos e biotecnologia [fonte].

O **açai**, fruto largamente consumido na região norte, também passou pelo mesmo problema: estava desde 2003 registrado no Japão como marca de propriedade da empresa *K.K. Eyela Corporation*. Somente em 2007, após esforços de autoridades brasileiras, o açai voltou a ser propriedade nacional [fonte]. Em 2006, o governo brasileiro divulgou a **Lista Não-Exaustiva de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumeiro no Brasil**; uma lista com aproximadamente 3.000 nomes científicos de espécies da flora nacional, para evitar registros indevidos de nomes de uso comum no país, como por exemplo, “açai” e “cupuaçu”.



Açai

| Resumão da economia da Amazônia | |
|---------------------------------|--|
| Agricultura | Embora o solo seja infértil, as fronteiras agrícolas comerciais estão se expandindo para suas bordas. Índios e ribeirinhos praticam agricultura de subsistência. |
| Extrativismo vegetal | Principais gêneros: castanha do pará, guaraná, açai, látex . Extração de madeira ilegal é um grande problema ambiental. |
| Indústria | Zona Franca de Manaus (AM) |
| Extrativismo mineral | Um dos principais setores da região. Pará possui a maior mina de ferro do mundo. Destaque também, para o garimpo ilegal que causa problemas ambientais. |
| Pecuária | Praticada após a derrubada da floresta. Pará lidera o rebanho da região. |
| Controle de fronteiras | Fronteira muito grande, pouco ocupada, com vegetação preservada, e de difícil patrulhamento. Não possui atividade econômica relevante em âmbito nacional. |
| Desmatamento | Está caindo desde 2004, mas voltou a subir após 2015. Órgãos internacionais pressionam o Governo Federal. |

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2008

Perduram imagens obsoletas sobre a região amazônica, verdadeiros mitos. Não apenas os mitos tradicionais da terra exótica e dos espaços vazios, mas também mitos recentes que obscurecem a realidade regional e dificultam a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Nas últimas décadas do século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na

região, tanto no que se refere a aspectos políticos e econômicos quanto no que diz respeito a políticas públicas. As populações regionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo o papel do Estado.

B. K. Becker. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: M. Coy e Kohlhepp (Coords.). Amazônia sustentável. Garamond, 2005, p. 23-4 (com adaptações). Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca das transformações político-econômicas que têm ocorrido na região amazônica.

01) A forma de ocupação da Amazônia mudou, e a valorização de seus produtos extrativos no mercado internacional, que persiste na atualidade, determina a ocorrência de novos ciclos econômicos.

Um “ciclo econômico” pressupõe a uniformidade econômica. Logo, ao contrário dos ciclos da borracha e das drogas do sertão anteriormente ocorridos na Amazônia, atualmente, a região amazônica não está inserida em nenhum ciclo, mas possui economia bastante diversificada, incluindo: mineração, extração de madeira, agropecuária, e evidentemente, as tradicionais atividades extrativistas. Gabarito: Errado

02) A implementação de novas políticas regionais trouxe como consequência para a Amazônia a desarticulação dessa região da dinâmica socioeconômica no Brasil, prevalecendo, então, os interesses locais, isto é, da própria região.

Muito pelo contrário, a Amazônia – embora nesta ainda persistam os vazios demográficos e as dificuldades de infraestrutura – está cada vez mais integrada ao território nacional, sendo, inclusive, alvo de cobiça internacional. Gabarito: Errado

3) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.

Isto mesmo, este fluxo foi incentivado pelo Governo Militar e ocorreu sobretudo para estados da parte sul-sudoeste da Amazônia, como Acre, Rondônia, e norte do Mato Grosso. Há muitos imigrantes de outros estados, em destaque os oriundos das regiões sul e nordeste. Gabarito: Certo

Bom... Chegamos ao final da primeira aula! Basicamente, falamos sobre território/territorialidade, histórico de formação territorial do Brasil, e sobre a relação entre desenvolvimento econômico e regionalização do Brasil; mas infelizmente ainda não “matamos” os dois primeiros itens do edital. **Ficou faltando estudar urbanização, organização e modernização do território, e escalas geográfica e cartográfica.** Mas fiquem tranquilos, aula que vem finalizaremos os itens 1. e 2. Lembrando que os itens 3, 4 e 5 serão tratados nas duas últimas aulas, ok?



| Acompanhamento dos Itens 1 e 2 do edital do IPHAN | |
|--|---------------------|
| 1 Territorialidade e políticas públicas. | Já estudamos |
| 2. O geoprocessamento e a gestão do território. | Já estudamos |
| 2.1 Dimensão política da organização do território. | Já estudamos |
| 2.1.1 Processo histórico e geográfico da formação territorial no Brasil. | Já estudamos |
| 2.1.2 Desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil. | Já estudamos |
| 2.3 Urbanização. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.3.1 Processo de urbanização dinâmica. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.3.2 Complexidade e tendências no Brasil. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.3.3 Características da natureza do fato urbano brasileiro. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.3.4 Rede urbana, dinâmica. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.2 Organização do território. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.2.1 Dimensão política da modernização. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.2.2 O problema da escala geográfica e cartográfica para o conhecimento do território. | <i>Próxima aula</i> |
| 2.2.3 O problema da região e a produção do conhecimento geográfico. | Já estudamos |

Treinamento em questões objetivas

Simulado

Em todo o nosso curso, ao final de cada aula, haverá um simulado de questões. Nem preciso dizer que **vamos priorizar questões da Cespe**, pois ela é a banca do IPHAN; mas quando não houver nada específico dela, estudaremos outras provas. Então, vamos às questões!

CESPE - Analista do Ministério Público da União – Perícia – Geografia – 2010

A respeito das diversas abordagens existentes acerca do conceito de território, julgue o item que se segue.

01) A partir da difusão dos princípios da geografia crítica, a ideia de relação de poder deixou de ser fundamental para a caracterização do território.

02) Na tradicional geografia política, espaço geográfico diferencia-se de território, por ser mais amplo e englobar também as áreas vazias que ainda não sofreram ocupação humana efetiva.

CESPE – Diplomacia – 2017



03) Até 1930, a economia brasileira era essencialmente agroexportadora, tendo o café como seu principal produto.

CESPE - Professor de Educação Básica (SEDF)/Geografia/2017

Com relação aos processos de regionalização no Brasil e no mundo, julgue o item subsequente.

04) Décadas depois da implementação do primeiro órgão responsável pelos estudos de planejamento macrorregional no Brasil, a SUDENE, os principais problemas e disparidades regionais do país persistem.

CESPE - Professor de Educação Básica (SEDF)/Geografia/2017

No que se refere ao tema do desenvolvimento regional brasileiro, julgue o item que se segue.

05) Ocorrem, no Brasil, políticas regionais de desenvolvimento pautadas em renúncias e isenções fiscais, instrumentos privilegiados que estimulam a atividade produtiva particular em determinadas regiões; entretanto não existem mecanismos capazes de medir, com exatidão, quanto deixou de ser arrecadado em impostos pela aplicação dessas políticas.

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2008

Nas pesquisas recentes para avaliar quem foi a maior liderança política do Brasil do século XX, o nome de Vargas apareceu, com alguma surpresa, em segundo lugar. Em primeiro ficou JK, mais ligado à confiança no Brasil e à promessa de um desenvolvimento sem conflitos, com democracia e liberdade para todos. Vargas, ao contrário, apesar do amor que lhe devotaram os pobres, graças à legislação trabalhista, e da tragédia de sua morte, em nome da bandeira nacionalista, deixou também como herança grandes inimigos, identificados com a oposição à ditadura do Estado Novo. É preciso reconhecer que Vargas foi o grande organizador do Estado brasileiro e o coordenador do pacto social que prevaleceu praticamente intocável durante mais de 50 anos. Podemos decretar o fim da era Vargas nas eleições de 1989 para a Presidência da República, nas quais o grande favorito era Leonel Brizola, derrotado no primeiro turno por dois novos personagens, oriundos de um ambiente político antagônico, mas, visivelmente, pós-Vargas. No entanto, mais surpreendente do que sua duração, é o tempo que estamos gastando para desconstruir o seu legado.

Aspásia Camargo. Era Vargas chegou ao final com as eleições de 1989. In: Folha de S. Paulo (Especial 50 anos da morte de Vargas), 22/8/2004, p. A8 (com adaptações).

06) A Crise de 1929, que teve na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque seu grande símbolo, atingiu em cheio a economia agroexportadora brasileira, assentada sobretudo nas exportações de café, o que contribuiu para o colapso da República Velha.



07) Vargas comandou o processo de modernização do Brasil, inserindo-o na contemporaneidade que o século XX exprimia. Do ponto de vista econômico, verificou-se o estímulo à industrialização, com o Estado assumindo papel relevante na montagem da infraestrutura de que o país carecia.

08) Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), Fábrica Nacional de Motores e Companhia Vale do Rio Doce são símbolos da arrancada industrial brasileira que a Era Vargas patrocinou.

09) A popularidade de JK, mencionada no texto, decorreu de sua política desenvolvimentista de fundo radicalmente nacionalista, o que explica seu rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as dificuldades por ele impostas à presença do capital estrangeiro no Brasil.

10) Sob o prisma econômico-social, o regime militar instaurado em 1964 foi coerente em seu propósito de desmontar a herança getulista. Com Geisel, especialmente, os militares afastaram qualquer veleidade de se imaginar o Estado como empresário ou indutor do desenvolvimento, deixando à iniciativa privada o caminho livre para seus investimentos.

11) O governo Fernando Henrique Cardoso afastou-se do modelo de Estado desenhado por Vargas. Esse afastamento presidiu muitas das medidas que tomou, a exemplo da privatização de empresas estatais e da flexibilização das leis trabalhistas.

Cespe – Diplomacia – 2012 – Questão 28

Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos à formação histórica do território brasileiro.

12) A formação histórica do território brasileiro iniciou-se com a assinatura do Tratado de Madri, que determinou, por meio da criação de uma linha imaginária, o primeiro limite territorial da colônia portuguesa nas Américas.

13) No início do século XX, o governo brasileiro assegurou a posse de novas terras por meio de acordos diplomáticos que envolveram questões fronteiriças com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru e Suriname, nos quais se destacou a figura do Barão do Rio Branco.

14) Os séculos XVII e XVIII constituem marcos da exploração de imensas propriedades rurais, com limites mal definidos, doadas pela Coroa portuguesa a aristocratas portugueses.

15) Mesmo após cinco séculos de ocupação e povoamento, a configuração atual do território brasileiro permanece conforme a implantação das capitanias hereditárias.

16) Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.

17) Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.

18) A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.



CESPE – Diplomacia – 2017 – Questão 45

No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

19) Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.

CESPE – Diplomacia – 2009 – Questão 64

Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

20) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.

21) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.

22) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2004

Nos últimos anos, constata-se um processo de mudança no desenho regional brasileiro em que se nota uma certa desconcentração das atividades econômicas depois de décadas de intensa concentração em São Paulo. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

23) O processo de desconcentração identificado é seletivo, pois o Nordeste do país é ainda uma região fora do alcance desse processo.

24) O processo de industrialização vivido pelo país, ao promover maior integração do território, minimizou as disparidades entre as regiões brasileiras, originárias da política agroexportadora herdada do passado.

CESPE – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – 2008

Perduram imagens obsoletas sobre a região amazônica, verdadeiros mitos. Não apenas os mitos tradicionais da terra exótica e dos espaços vazios, mas também mitos recentes que obscurecem a realidade regional e dificultam a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Nas últimas décadas do

século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na região, tanto no que se refere a aspectos políticos e econômicos quanto no que diz respeito a políticas públicas. As populações regionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo o papel do Estado.

B. K.. Becker. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: M. Coy e Kohlhepp (Coords.). Amazônia sustentável. Garamond, 2005, p. 23-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca das transformações político-econômicas que têm ocorrido na região amazônica.

25) A forma de ocupação da Amazônia mudou, e a valorização de seus produtos extrativos no mercado internacional, que persiste na atualidade, determina a ocorrência de novos ciclos econômicos.

26) A implementação de novas políticas regionais trouxe como consequência para a Amazônia a desarticulação dessa região da dinâmica socioeconômica no Brasil, prevalecendo, então, os interesses locais, isto é, da própria região.

27) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.

Gabarito

| Gabarito | | | | | |
|----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| 1 | <i>E</i> | 10 | <i>E</i> | 19 | <i>C</i> |
| 2 | <i>E</i> | 11 | <i>C</i> | 20 | <i>E</i> |
| 3 | <i>C</i> | 12 | <i>E</i> | 21 | <i>C</i> |
| 4 | <i>C</i> | 13 | <i>E</i> | 22 | <i>E</i> |
| 5 | <i>C</i> | 14 | <i>C</i> | 23 | <i>E</i> |
| 6 | <i>C</i> | 15 | <i>E</i> | 24 | <i>E</i> |
| 7 | <i>C</i> | 16 | <i>E</i> | 25 | <i>E</i> |
| 8 | <i>C</i> | 17 | <i>E</i> | 26 | <i>E</i> |
| 9 | <i>E</i> | 18 | <i>C</i> | 27 | <i>C</i> |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.